

Revista AduSP

Associação dos Docentes da USP
Seção Sindical da Andes-SN - Dezembro de 2015 - Nº58

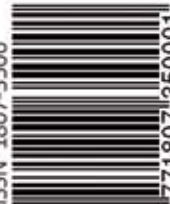


ENTREVISTA:
Bosi, Alfredo. Poesia
e contra-hegemonia



TROTES VIOLENTOS,
abusos machistas,
racistas, homofóbicos,
CRIMES SEXUAIS.
Há algo de errado
na Medicina da USP

E mais: Reitoria ataca carreira docente • Cotas na USP, quando?



00058

ISSN 1807-3506
9 771807 350001

6

ENTREVISTA: Alfredo Bosi

Poesia como resistência à ideologia dominante

BRASIL

18

Descaso e repressão, política para ensino público em SP e PR

João Peres, Moriti Neto, Thiago Domenici

AMÉRICA LATINA

28

Ataque midiático à Democracia e aos projetos nacionais

Frederico Füllgraf

35

Um governo que sangra depois de “virar do avesso”

Tatiana Merlino

USP EM XEQUE

43

As veias abertas da Faculdade de Medicina

Luiza Sansão

POLÍTICAS AFIRMATIVAS

64

A USP que se nega a ser preta, parda e indígena

João Peres, Moriti Neto, Tadeu Breda e Thiago Domenici

70

Como a USP tem tratado a questão das ações afirmativas

Adriana Alves

USP

79

Desmanche tem como alvos RDIDP e caráter público da universidade

Pedro Estevam da Rocha Pomar

87

EACH, sob “investigação detalhada”, convive por ora com aterro ilegal

Paulo Hebmüller

94

HU e HRAC, ou como se livrar de hospitais de renome acadêmico

Paulo Hebmüller

NOVOS OLHARES

100

Paleoantropologia corre risco na USP, adverte Walter Neves

Vinicius Crevilari

107

Crise do jornalismo leva ECA a adaptar o currículo do curso

Luciano Victor Barros Maluly

DITADURA MILITAR

111

Violência do regime intimidava docentes, lembra Emília Viotti

Pedro Estevam da Rocha Pomar

PONTO DE VISTA

115

Revisitando as alternativas de renda básica

Francisco Nóbrega

DIRETORIA

César Augusto Minto, Kimi Aparecida Tomizaki, Elisabetta Santoro,
Rosângela Sarteschi, Heloísa Daruiz Borsari, Adriana Pedrosa Biscaia Tufaile,
Ivã Gurgel, José Nivaldo Garcia, Sérgio Paulo Amaral Souto,
César Antunes de Freitas, Annie Schmaltz Hsiou, Ozírde Manzoli Neto

Comissão Editorial

Antonio Carlos Cassola, Elenice Mouro Varanda, Gladys Beatriz Barreyro, Hélio Mitio Morishita,
Marcos Barbosa de Oliveira, Pedro Paulo Chieffi, Primavera Borelli, Sumaya Mattar

Editor: Pedro Estevam da Rocha Pomar

Assistente de redação: Vinícius Crevilari

Revisão desta edição: André Merli e Vinícius Crevilari

Ilustração de capa: Vitor Flynn

Ilustrações desta edição: Ohi e Vitor Flynn

Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara

Assistente de produção: Rogério Yamamoto

Secretaria: Alexandra Moretti e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Tiragem: 5.500 exemplares

Gráfica: Eskenazi

Adusp - S. Sind.

Av. Prof. Almeida Prado, 1366

CEP 05508-070 - Cidade Universitária - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br> • E-mail: imprensa@adusp.org.br

Telefone: (011) 3724-8900

A Revista **Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade.

Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

MERGULHO NAS ENTRANHAS DA MEDICINA

O que nos propusemos a fazer nesta edição da *Revista Adusp* foi um mergulho nas entranhas da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP). A ampla reportagem da jornalista Luiza Sansão iniciada na p. 43 abre grande espaço às vítimas de abusos e crimes sexuais praticados há décadas na, talvez, mais importante escola de Medicina do país. Praticados, é bom que se diga, com a conivência da instituição, que nunca se preocupou em coibir (e muito menos em punir) os trotes violentos e as manifestações machistas, homofóbicas, racistas que têm caracterizado, de modo sistemático, a atuação de duas antigas organizações mantidas por estudantes veteranos: a fraternidade Show Medicina e a Associação Atlética.

Pesquisadores revelam como o trote violento se presta à criação de redes de poder que extrapolam o período de estudos na universidade e espraiam-se por círculos profissionais e sociais. Nesse contexto, não surpreende que crimes sexuais sejam naturalizados, na mesma medida em que as vítimas dispostas a denunciar os agressores passam a sofrer assédio moral para que se calem.

Bosi, Alfredo

O leitor está convidado a usufruir a entrevista concedida ao jornalista Paulo Hebmüller pelo professor Alfredo Bosi (FFLCH), cuja erudição dispensa comentários. Bom passeio, perdão: boa leitura!

Profissão: Professor(a)

Vale a pena conferir as difíceis condições de trabalho dos professores das redes públicas de ensino dos estados de São Paulo e Paraná, bem como as renhidas lutas travadas pela categoria. Na p. 18.

Cotas na USP, quando?

Reportagem de João Peres, Moriti Neto, Tadeu Breda e Thiago Domenici na p. 64 e instigante artigo da professora Adriana Alves (IGC) na p. 70 questionam a vetusta resistência da USP à adoção de cotas étnicas e sociais. Leitura obrigatória.

Reitoria comanda retrocesso

A que veio o mandarinato M.A. Zago-V. Agopyan? Dois anos depois da posse, não há dúvidas a respeito: o projeto é desmontar a USP tal como a conhecemos, tendo como alvos principais a dedicação exclusiva dos docentes (Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa, ou RDIDP) e o caráter público, gratuito e de qualidade socialmente referenciada. Reportagens nas p. 79 e seguintes abordam a nova “supercomissão” instituída pelo reitor para liderar a reforma do Estatuto (em contraposição à Estatuinte Soberana e Democrática reivindicada pelas entidades representativas), o *imbroglio* da EACH e a trágica situação do Hospital Universitário (HU) e do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC).

Emília e o regime militar

“A violência dos governantes intimidava a maioria”, recorda a professora emérita, da FFLCH e da Universidade de Yale, Emília Viotti, ao falar de sua aposentadoria pelo AI-5, em 1969, quando recebeu a solidariedade de Sérgio Buarque de Hollanda e Antonio Candido. Confira na p. 114 as declarações de Emília, grande pesquisadora do período da escravidão e uma das maiores historiadoras brasileiras.

Ponto de vista

Inauguramos nesta edição, com a publicação de um artigo do professor aposentado Francisco Nóbrega (ICB) sobre o tema da Renda Básica, a seção fixa *Ponto de Vista*, aberta a contribuições de livre escolha de leitores e leitoras, avaliadas e referendadas pela Comissão Editorial.

ENTREVISTA
Alfredo Bosi

POESIA COMO RESISTÊNCIA À IDEOLOGIA DOMINANTE



Concedida aos jornalistas Paulo Hebmüller e Daniel Garcia (fotos)

Não são poucas as áreas em que atua e intervém Alfredo Bosi: história, política, Igreja e militância contra usinas atômicas estão entre elas. Mas é a literatura, que lecionou na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) durante praticamente meio século — entre 1959 e 2006, quando se aposentou — que talvez mais mobilize o professor. “A literatura tem uma função muito rica, humanizadora, e dá uma grande abertura para qualquer tipo de profissional — mas a escola de alguma maneira diminuiu muito a sua dosagem, talvez até por causa dos vestibulares”, lamenta.

Nascido em São Paulo em agosto de 1936, Bosi iniciou sua trajetória na USP com o ingresso na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1954. Graduado em Letras Neolatinas, fez especialização em Filologia Românica e, entre 1961 e 62, especialização em Literatura Italiana, em Florença, na Itália. Seu doutorado (1964) e a livre docência (1970) também versaram sobre literatura italiana. Contudo, as letras da terra natal são um dos focos principais de sua produção acadêmica e da carreira docente.

Seu livro *História concisa da literatura brasileira*, publicado pela primeira vez em 1970, já alcançou 49 edições. Bosi é autor também de *O conto brasileiro contemporâneo*, *O ser e o tempo da poesia*, *Dialética da colonização*, *Literatura e resistência*, *Ideologia e contraideologia* e outros títulos. Muitos dos temas dos quais o professor se ocupa são abordados nos ensaios reunidos em seu livro mais recente, *Entre a literatura e a história* (2013), alguns dos quais citados nesta entrevista. Casado com a psicóloga social e escritora Ecléa Bosi, professora do Instituto de Psicologia da USP, e pai de José Alfredo e Viviana, Bosi é membro da Academia Brasileira de Letras desde 2003 e recebeu o título de Professor Emérito da USP em 2009. Continua ligado à Universidade principalmente pelas atividades no Instituto de Estudos Avançados (IEA), do qual já foi diretor e onde edita desde o primeiro número, em 1987, a revista *Estudos Avançados*. Sobre muitas das questões que o ocupam, Alfredo Bosi concedeu na sede do IEA, na Cidade Universitária, a entrevista a seguir.

Revista Adusp. O escritor Mia Couto, numa entrevista que me concedeu no ano passado, disse o seguinte: “Não há outra maneira de reconquistar um sentido de felicidade que seja pleno que não vá pelo caminho de nos restituir um olhar poético”. O senhor diz que “a poesia exprime a subjetividade mais radical do ser humano”. A poesia pode fazer a ponte entre essa felicidade e essa subjetividade?

ALFREDO BOSI. A poesia tem mais de um horizonte. Essa frase do Mia Couto, que eu endosso, realmente é o caminho mais feliz da poesia, não só para quem a produz — o artista que conhece aquele momento de iluminação — como sobretudo para os seus leitores. Um adolescente numa crise existencial de repente abre um livro de poemas da Cecília Meireles e sente que há coisas belas na existência. Ou então abre um Carlos Drummond de Andrade e tem contato com uma concepção mais irônica ou crítica, ou mesmo de grande resistência moral. A observação do Mia Couto vale principalmente para esses momentos em que a poesia liberta o leitor das suas preocupações do cotidiano e dá um sentido à existência.

A minha experiência de leitor de poesia começou muito cedo. Eu tinha meus 13, 14 anos, já ia à Biblioteca Mário de Andrade e lia tudo o que me caía sob os olhos. Nem tudo eu entendia, como em textos de poetas difíceis como Jorge de Lima ou Murilo Mendes, mas mesmo não entendida a poesia transmite um sentimento básico da existência através das imagens, menos do que pelos conceitos. A leitura de



poesia alimentou muito a minha vocação de professor. Agora, além dessa visão digamos mais feliz e mais eufórica, que conduz a uma expansão da alma, há uma forma de poesia que me atraiu desde cedo e sobre a qual escrevi bastante: a chamada forma de resistência. Essa ideia de *literatura como resistência* foi amadurecendo para mim desde principalmente os anos da Ditadura Militar — não que eu faça uma relação determinista de causa e efeito, porque a literatura tem uma riqueza de possibilidades que felizmente transcende o momento político. Mas nesse caso, como se tratava do longo período de vinte e um anos de ditadura, os intelectuais mais sensíveis à luta social e aqueles que tinham depositado muitas esperanças no governo deposto de João Goulart, e tinham passado por um momento muito construtivo no começo dos anos 1960, de repente se viram confrontados com um baque. Aqueles projetos que estavam amadurecendo foram cortados vio-

lentamente. Então me pareceu que a concepção de poesia apenas como expressão da subjetividade, sem dúvida uma visão básica que está na maioria dos autores de estética, poderia ser pensada também como uma forma de resistência à ideologia dominante.

*Quando escrevi **O ser e o tempo da poesia** (1977), destinei um capítulo inteiro ao conceito de poesia resistência e verifiquei que há mais de uma forma de resistência. A mais evidente é a poesia de crítica social, de ataque, de sátira. Mas não é a única*

Ao lado da prosa pragmática que predominava na época e das ciências naturais e sociais, os poetas também vivem uma tensão entre o seu universo subjetivo, que é múltiplo, e as forças hegemônicas, sejam do capital ou do Estado. Essa tensão seria a matriz de uma poesia de resistência. Quando escrevi *O ser e o tempo da poesia* (1977), destinei um capítulo inteiro ao conceito de *poesia resistência* e verifiquei que há mais de uma forma de resistência. A forma mais evidente é a poesia de crítica social, de ataque, de sátira. Mas não é a única. Às vezes o poeta entra muito dentro de si mesmo e sua forte carga subjetiva involuntariamente se opõe àquilo que é a prosa do mundo, a prosa ideológica. Não que ele faça uma proposta formal de ataque à sociedade, mas a sua linguagem é tão estranha e tão diferenciada em relação àquilo que é a linguagem ideologizada, ou a do senso comum, que ela se transforma em resistência. Isso foi muito bem estudado por Theodor Adorno, filósofo marxista que via essa característica em certos poetas surrealistas e simbolistas acusados pelos marxistas ortodoxos de alienados, porque aparentemente estavam voltados apenas para si próprios. Mas Adorno fez estudos minuciosos de poetas alemães desse período e verificou que havia um potencial de resistência em seu trabalho. Há um ensaio dele que é paradigmático nessa questão, chamado “Discurso sobre lírica e sociedade”, que sempre recomendo aos meus alunos. E há ainda as formas extremas, místicas, em que o poeta vai atrás do

transcendente, uma forma de superar a imanência.

Esse viés das várias formas de resistência me pareceu fecundo. Como faço basicamente história da literatura — naquela época trabalhava com literatura italiana — olhando para trás vi que essa tendência poderia ser encontrada em vários poetas. Particularmente um, Giacomo Leopardi (1798-1837), que foi objeto da minha tese de livre docência. Leopardi era profundamente pessimista, por várias razões, inclusive autobiográficas, mas no final de sua curta vida creio que encontrou uma imagem para a resistência. É uma imagem muito bela e que me persegue, no sentido de que eu a persigo também: a de uma flor que nasce nas encostas do Vesúvio. Leopardi não suportava bem o frio e resolveu viver em Nápoles, onde passou os últimos anos de sua vida. Pompeia [devastada por uma erupção do vulcão Vesúvio em 79 d.C.] já havia sido descoberta pelos arqueólogos alemães, então Leopardi viu o que era o passado. Olhando para o Vesúvio, observou que, apesar da lava que descia pelas encostas, uma flor resistia. Essa flor em italiano se chama *ginestra* — em português, *giesta*. Seu último poema é “A *giesta*, ou a flor do deserto”. É um poema belíssimo e difícil — ele é um poeta com reminiscências clássicas muito fortes e não é fácil de ler. Quando fiz a minha tese, me debrucei sobre o poema e colhi dessa experiência de Leopardi a ideia de poesia como resistência.

Nos anos em que morei na Granja Viana, senti falta dessa flor, tão bonita e tão rara. Mas eu não

sabia se ela existia no Brasil. Um dia minha esposa e eu estávamos comprando mudas na chácara de floristas japoneses na Raposo Tavares e resolvi perguntar se o dono conhecia a *giesta*. Estava certo de que ele não conheceria, mas quando pedi uma muda de *giesta* ele pegou o carrinho, entrou nos seus labirintos e voltou com ela. Plantei, mudei de casa e, nesses anos todos, ela continua lá. É uma flor perene, que desaparece, mas volta de novo. Essa imagem é uma espécie de símbolo da *poesia resistência*.

Revista Adusp. Quem representaria essa forma na literatura brasileira?

BOSI. Há várias formas de literatura de resistência, e no Brasil grandes nomes ilustram essa tendência. Cruz e Souza, por exemplo, era um poeta negro que escreveu um poema em prosa chamado “O emparedado”, em que se rebela contra a ciência e a antropologia do tempo, que era uma antropologia racista. É um poema tipicamente de resistência, porque ele estava imerso na cultura inteiramente racista do final do século 19. Morreu cedo, de tuberculose, totalmente marginalizado. Outro nome é Lima Barreto, também não por acaso mulato, que até foi colocado várias vezes pela família num hospício na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde curiosamente hoje está a Universidade Federal do Rio de Janeiro, inclusive o seu Instituto de Psicologia. Temos também Graciliano Ramos e vários outros escritores que podem ser estudados nessa linha da resistência.

Revista Adusp. O senhor escreve que a poesia seria particularmente bem-vinda no mundo de hoje, no qual ela precisa subsistir num mundo que se tornou “atravancado de objetos, atulhado de imagens, aturdido de informações, submerso em palavras, sinais e ruídos de toda sorte”. Qual seria o papel da poesia nesse mundo de tanto barulho por nada?

BOSI. Essa conferência (“A poesia é ainda necessária?”) foi pronunciada como aula inaugural da Cátedra de Estudos Irlandeses W.B. Yeats da FFLCH em 2010. Comecei até meio perplexo: como quem lê poesia desde a adolescência — portanto há muitos e muitos anos — vai questionar se a poesia é necessária? Eu cresci no mundo das Letras, fui professor durante quase cinquenta anos, primeiro de literatura italiana e depois brasileira, e portanto essa ideia parecia não fazer sentido. É uma pergunta provavelmente feita por alguém que vive num tempo em que muitas pessoas ignoram totalmente a poesia e a consideram alguma coisa supérflua, senão desnecessária.

O questionamento pela necessidade da poesia é paradoxal. Será que a História é necessária? Essas perguntas surgem porque as ciências humanas, as humanidades, entraram numa fase de descrédito. Frequentemente converso com economistas, engenheiros ou técnicos que dominam amplamente os seus objetos, mas são pessoas incultas. Não por culpa delas, mas porque todos os currículos e o universo que as cercava as levaram a considerar a literatura, digamos, como “perfumaria”. A existência dessas culturas

paralelas é grave. Eu tenho formação humanística, mas gostaria de dominar a cultura científica, pela qual tenho enorme respeito.

Creio que esse é um fenômeno planetário. Várias vezes estive na França e inicialmente acreditava que lá os alunos deveriam ter uma formação humanística muito mais aperfeiçoada, afinal sua literatura tem 800 anos, mas percebi que não. Certa vez, na Bretanha, conversei por acaso com duas senhoras que eram professoras de História e elas ficaram surpresas quando eu disse que havia lido muitos textos do maior escritor da região, Chateaubriand. No colegial, quando fiz o curso clássico, o francês era obrigatório e havia um curso de literatura francesa no qual líamos esse e outros autores, como Victor Hugo. Na França, essa visão panorâmica na qual se estudavam autores desde a Idade Média até hoje não existe mais. Há, sim, estudos muito especializados sobre um ou outro escritor, mas muita coisa parece que se perdeu. Então, a média das pessoas que não leram é uma média muito inculta. Isso não quer dizer que elas não tenham interesse, por exemplo, em filosofia, mas não têm formação humanística. A literatura tem uma função muito rica, humanizadora, e dá uma grande abertura para qualquer tipo de profissional, mas a escola de alguma maneira diminuiu muito a sua dosagem, talvez até por causa dos vestibulares. O aluno tem que decorar muita coisa, aquelas fórmulas todas, e não há espaço para ler. Gostaria que as escolas públicas pudessem recuperar esse universo. Quem sabe no futuro?

[Ler poesia] é um exercício de autodomínio ... como professor você tem que alcançar esse autodomínio e encontrar, como um ator, uma entoação e uma forma. A entoação é a música da poesia: o metro, o ritmo, as pausas, enfim: é uma arte de ler, e acho que o professor precisa conquistá-la

Revista Adusp. E o senhor defende que o professor leia poesia em voz alta para os alunos, não é?

BOSI. Ah, sim. Essa é uma das minhas “teclas”, das minhas obsessões. Uma vez estava conversando com um jovem professor assistente de Literatura Brasileira, muito bom, muito culto. Ele tinha lido Luckács, Adorno, Benjamin, enfim, era uma cabeça teórica. Eu disse: “Acho muito bom que você tenha esses conhecimentos porque elas vão irrigar a sua interpretação literária, mas você precisa transmitir aos alunos, em primeiro lugar, a beleza e a emoção de um poema. Você escolhe o poema que quiser para que o seu aluno, que depois vai ser professor de Português, possa também ensinar a entoação e a maneira de ler”. Ele respondeu: “Ah, professor, acho que nunca vou ler poesia em voz alta porque te-

inho vergonha”. Percebi depois que ele era uma pessoa tímida e achava que se lesse ficaria vulnerável e iria no fundo expor os próprios sentimentos. Mas esse é justamente um exercício de autodomínio. Também me comovo com grande facilidade, mas como professor você tem que alcançar esse autodomínio e encontrar, como um ator, uma entoação e uma forma. A entoação é a música da poesia: o metro, o ritmo, as pausas, enfim: é uma arte de ler, e acho que o professor precisa conquistá-la. Ler já é uma interpretação.

Antigamente, havia aula de leitura. O professor começava a ler e apontava algum aluno que continuava, e o professor ensinava coisas básicas como a preparação para uma interrogação — os espanhóis colocam um ponto de interrogação no começo, o que é muito inteligente. Os portugueses quiseram fazer isso no século 19, mas a ideia não prosperou. Exclamação e interrogação são tonalidades cognitivas, ou seja, apontam para uma linguagem dialogal ou com intenções expressivas. Imagine na poesia, em que cada palavra e cada verso têm a sua própria música, porém sem as indicações da pauta musical. O professor tem que se preparar muito e ler muito em casa, em voz alta. Minha hipótese é que, lendo em voz alta, a pessoa já está intuindo a compreensão do poema. É mais do que voz alta, portanto: é interpretação em voz alta.

Também não se deve subestimar os alunos e pressupor que eles não se interessam ou não gostarão disso ou daquilo. Quando dei aula no Colégio Mackenzie para alunos de 15, 16 anos, idade difícil, pensei em Camões. Nos *Lusíadas* há um episódio épico sobre o gigante Adamastor: Vasco da Gama chega ao Sul da África, um lugar denominado Cabo das Tormentas — e, mais tarde, Cabo da Boa Esperança — e encontra essa figura mítica do gigante. Camões não é tão difícil quanto parece, e quando

Revista Adusp. No ensaio “Formações ideológicas na cultura brasileira” o senhor diz: “Literatura e ideologia se tangenciam enquanto ambas pressupõem o mesmo vasto campo da experiência intersubjetiva. Mas os seus modos de conceber e de formalizar essa experiência são diversos, quando não opostos”. O senhor pode falar sobre isso?

BOSI. A palavra ideologia precisa ser pensada antes de julgarmos que entendemos o que ela significa. Há uma concepção ampla e flexível de ideologia que se confunde um

Daniel Garcia



pouco com a cultura da época, o estilo, em que a ideologia entra como um componente difuso na cultura. E há um sentido que foi desenvolvido principalmente por Marx e Engels no livro *A ideologia alemã*, que precede *O capital*, em que a palavra ideologia tem um sentido negativo — isto é, a ideologia é a racionalização que as classes dominantes fazem do

eu lia eles ficavam entusiasmados e queriam subir nas carteiras para declamar o Adamastor... O professor deve acreditar que vai entusiasmar o aluno. Tem que ser uma pessoa meio utópica e meio ingênua ao mesmo tempo. Se começar com um espírito muito pessimista, não vai entusiasmar os alunos. Minha filha Viviana é professora de Teoria Literária e lê muito em voz alta, e seus alunos ficam entusiasmados. Que bom! Alguma semente está frutificando.

conhecimento da sociedade. Nos termos de Marx, um burguês acha de fato que é natural que o operário trabalhe para ele e gere o seu lucro. Depois os economistas clássicos de certa forma naturalizam isso, e chega um momento em que a ideologia é a justificativa ou a justificação de um dado social. Marx quis mostrar que entendia a formação da burguesia capitalista, mas, diferentemente de Adam Smith e dos economistas clássicos, ele não só conhece e estuda, mas denuncia.

Há um momento em que mostra que essa é a justificativa da opressão. São, portanto, dois sentidos diferentes para ideologia: um difuso, não crítico e descritivo como ideias das mentalidades de uma época, e há o sentido crítico que vem de Marx e que em grande parte continuou com seus seguidores.

A poesia pode tangenciar o primeiro sentido, é claro. Você lê um poeta romântico, com todas aquelas expressões de amor à natureza, à pátria, à tradição, ou um romântico revolucionário, e constata que é um poeta cuja ideologia — talvez seja melhor dizer cuja cultura — é romântica. Agora, com relação à ideologia dominante, a verdadeira poesia faz a distinção claramente, porque não quer naturalizar a sociedade. A poesia e a literatura estão mais preocupadas em mostrar como os estímulos sociais criam reações dentro do sujeito na forma de personagens de um romance, ou na forma de poesia satírica. No caso, não se tangencia: há uma oposição que é matriz daquela ideia de *poesia resistência*.

As formas são diferentíssimas, evidentemente. A poesia se produz de uma maneira musical, imagística e com metáforas, não conceitos. A ideologia, por sua vez, tudo transforma em algumas ideias básicas. Talvez a grande diferença seja o caráter concreto da poesia e o caráter abstrato da ideologia e das ciências políticas e econômicas, que querem chegar a fórmulas de conhecimento. A poesia também é mais aberta no sentido de que pode ser interpretada de várias maneiras, enquanto a ideologia, ao contrário, procura ser uniforme e identificar o que é ver-

dadeiro e o que não é. As discussões em torno de um poema podem ser infinitas, porque uma pessoa vê uma coisa que a outra não vê. A linguagem da poesia envolve essas ambiguidades, porque está carregada de conotação e polissemia.

Rudyard Kipling, famoso pelo poema “Se”, falava do “fardo do homem branco” — a colonização. Essa expressão é puramente ideológica. Para os ingleses, portanto, colonizar era um “fardo” que aliás exerceram com muita competência durante anos e anos... Um poeta que exalta isso é ideológico

Revista Adusp. O senhor também diz nesse ensaio, referindo-se à Escola de Frankfurt: “arte não mais espelho da sociedade, mas arte *versus* sociedade: arte enquanto crítica”. Nessa concepção, a arte exerceria um papel de contraideologia?

BOSI. Ah, sim, certamente. É a derivação da ideia de resistência. Um hino de guerra, por exemplo, quer convencer e arrastar pessoas. É a própria ideologia em versos cuja finalidade é mexer com as vontades e de alguma maneira atrair as pessoas para uma certa bandeira. A poesia não traz esses elementos e não procura essa retórica do poder.

Quando traz, acho que é má poesia. Rudyard Kipling, famoso pelo poema “Se”, falava do “fardo do homem branco”, “*the burden of the white man*” — a colonização. Essa expressão é puramente ideológica. Para os ingleses, portanto, colonizar era um “fardo” que eles aliás exerceram com muita competência durante anos e anos... Um poeta que exalta isso é um poeta ideológico.

A grande poesia, se tem que dizer alguma coisa, dirá em termos de dúvida, ou de uma adesão muito diferenciada, muito personalizada. Estou analisando agora um poema de Drummond do livro *A rosa do povo*, que aliás vai fazer setenta anos neste ano. Chama-se “Visão 1944”. É um poema extraordinário, porque fala de tudo o que é violento e dilacerante na guerra, e a partir de um certo momento procura mostrar que por baixo daquelas cidades mutiladas, principalmente da Europa, estava nascendo um outro mundo. Ele compara esse outro mundo, numa descrição muito bonita, a uma flor de lótus, que abre e fecha. É um poema que consegue passar do horror e da denúncia da guerra a uma forma de esperança. Não é um discurso panfletário, mas um discurso sensível a um mal e ao bem, tudo trabalhado pela subjetividade do poeta. Nesse sentido, esse poema é contraideológico.

Revista Adusp. Quem o senhor recomendaria, dentro da literatura brasileira, que os alunos estudassem e conhecessem?

BOSI. Escrevi uma história da nossa literatura que vai desde o jesuíta José de Anchieta, no século

16, até os escritores ainda vivos ou que tinham sua produção completa já nos anos 1960 — a primeira edição da *História concisa da literatura brasileira* foi publicada em 1970. Muitos deles continuaram a escrever depois disso, como Lygia Fagundes Telles, o próprio Drummond, Clarice Lispector, Guimarães Rosa... A partir daí as edições se sucederam, às vezes com duas reedições no mesmo ano, e não havia tempo para uma atualização no sentido de verificar o que se escrevia contemporaneamente. O problema não é só de tempo: é também de ter um critério muito seguro para aferir o que vai ficar e o que não vai ficar entre os escritores que estão começando. Mas as edições se sucediam e eu sentia que o livro poderia ficar desatualizado do ponto de vista didático. Então, entre 1994 e 95 acrescentei poetas e escritores da época. Daí por diante, vi que, se continuasse a fazer isso, o livro iria se transformar num catálogo telefônico. No fim do século passado e início deste, tem havido um movimento editorial enorme e a produção aumentou muito. Por isso, dei essa atualização como ponto final.

O livro pontua a história da literatura brasileira, dando ênfase a alguns nomes. Como lecionei literatura colonial por muito tempo, insisti em Anchieta, Gregório de Matos e Padre Vieira. Avanzo pelos poetas neoclássicos — claro que temos que fazer um filtro, mas o aluno precisaria ler por exemplo Tomás Antonio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, poetas envolvidos pela Conjuração Mineira. É um mundo, o mundo de Ouro Preto,

que precisa ser conhecido. Depois há três vertentes do Romantismo que acho que precisam ser lidas e aprendidas: a indianista, da qual Gonçalves Dias é o grande nome; a do lirismo subjetivo, com Álvares de Azevedo; e a social, com Castro Alves. Depois se acrescentou Sousaândrade, que apareceu mais tarde.

O período do Realismo é intensamente ocupado por Machado de Assis. Ele escreveu desde os anos 1860 até praticamente a sua morte, em 1908. É preciso conhecer pelo menos alguns livros da sua chamada fase madura: *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba* e *Dom Casmurro*. Mas Machado não está sozinho nesse universo que chamamos de Realismo. Temos Aluísio Azevedo e Raul Pompéia, romancistas que ficam um pouco à sombra. Lima Barreto é o grande escritor de transição pré-modernista, e depois temos os modernistas.

Em São Paulo sempre se deu muita ênfase à Semana de Arte Moderna de 1922. Em outros Estados se afirma que houve um exagero aí. A grande literatura gaúcha, por exemplo, com nomes como Simões Lopes Neto, pouco deve ao Modernismo. Depois Erico Verissimo ocupa esse espaço, mas ele não é modernista, é posterior. Alguns críticos acham estranho que eu, como paulista, tenha escrito isso, porque aqui há uma devoção total sobretudo a Mário e Oswald de Andrade, que sem dúvida são escritores notáveis — mas parece que todo o Modernismo se esgota neles. Escrevi na *História concisa* que existe um momento modernista de vanguarda que realmente é paulista — e

tinha que ser, porque São Paulo estava na vanguarda industrial e já começava a ser cosmopolita. Mas existem os escritores regionalistas dos anos 1930, alguns muito bons, independentemente do Modernismo. Graciliano Ramos, por exemplo, não tem nada de Modernismo. Ele lia Eça de Queiroz, os franceses, os realistas, Tolstoi, Dostoiévski — enfim, o seu universo era o do grande Realismo do século 19. Então é preciso distinguir esses dois momentos, e no primeiro a ênfase paulista está em 1922, sobretudo na figura de Mário de Andrade. Mais tarde Oswald passou a ser reivindicado pelos tropicalistas e pelos poetas concretos. Criou-se um jogo de Mário *versus* Oswald — isso já passou, mas foi muito marcante dos anos 1970 e 80.

Talvez a sua pergunta sobre o que eu recomendaria possa ser melhor respondida assim: anos depois da primeira edição da *História concisa*, a Editora Cultrix — por meio de um grande poeta e amigo, José Paulo Paes, já falecido — me pediu que fizesse uma antologia de contistas contemporâneos. Esse livro, *O conto brasileiro contemporâneo* (1975), me deu uma grande alegria porque havia muitos bons escritores ainda vivos que escreviam contos admiráveis. Debrucei-me sobre eles. Estão lá 18 escritores posteriores ao Modernismo — Guimarães Rosa é o maior deles, e lá estão também Dalton Trevisan, Lygia Fagundes Telles, João Antônio e Clarice Lispector, entre outros. Nas sucessivas edições, achei que não deveria acrescentar nada. É um livro no qual recolhi os contistas que me

pareciam os mais expressivos — e ainda acho.

Sempre deixei claro nos meus textos que houve liberalismo escravista na Europa e nos Estados Unidos. Não se trata de característica apenas brasileira. Agora, honra seja feita: no Brasil existem o liberalismo escravista e o liberalismo abolicionista de Ruy Barbosa, Castro Alves etc

Revista Adusp. No mesmo ensaio sobre as formações ideológicas na cultura brasileira, o senhor cita trechos de falas de deputados pró-escravidão nos debates na Câmara no século 19, quando se intensificava a campanha pelo abolicionismo. Parece inevitável associar essas falas às que ouvimos, por exemplo, nos recentes debates no Congresso Nacional sobre a terceirização. Por que certas ideologias são tão resistentes no Brasil?

BOSI. O historiador Fernand Braudel criou a expressão “história de longa duração”, ou “estruturas de longa duração”. Ele foi muito feliz, porque muitas coisas mudam..., mas continuam as mesmas. A ideologia liberal ou neoliberal reviveu nos anos 1990 na Europa, nos Estados Unidos e aqui também. Ela é muito resistente porque está

enraizada em interesses de acumulação muito sólidos. Sobretudo para os que pensam em acumulação de qualquer maneira e em multiplicação de seus lucros por meio dos jogos financeiros, a ideologia liberal é um prato cheio. Ou seja, cada um defende seu interesse, e não há lugar para o espaço público. Isso é uma coisa mundial. Para essa ideologia liberal, a terceirização também é uma forma de se dispensar de uma série de obrigações trabalhistas. É um recurso que nas atividades culturais é muito perigoso e muito grave, porque elas não são atividades de lucro imediato: são atividades públicas, de resistência ao mercado. Uma universidade, por exemplo, é construída no espírito de abertura, de democracia. A palavra “público” já diz tudo.

As alegações dos “interesses gerais” que os escravistas usavam eram contrastadas, por exemplo, por Joaquim Nabuco. É preciso mostrar que há uma dialética. Nabuco queria modernizar o Brasil e percebia que a escravidão era um entrave, além de uma desumanidade. Da mesma forma, sempre deixei muito claro nos meus textos que houve um liberalismo escravista na Europa, muito intenso também nos Estados Unidos. Não se trata de uma característica apenas brasileira. No Sul dos Estados Unidos havia universidades, como na Virgínia, com professores de Economia que, por volta de 1850, defendiam a escravidão.

Um exemplo antológico: em 1794, a Revolução Francesa, numa sessão célebre, aboliu a escravidão nas colônias das Antilhas. Foi um passo extraordinário e um momen-

to de resistência. Oito anos depois, quando Napoleão assumiu o Consulado e passou a ser a salvação da França, houve um *lobby* tão forte dos fazendeiros crioulos das ilhas que Napoleão cedeu e derogou aquilo que tinha sido aprovado por aclamação na Revolução. Em 1802 a França retomou a escravidão nos mesmos termos anteriores à abolição. A escravidão se mantém mesmo em 1830, com a Revolução e a ascensão de Luís Felipe, num período de enorme expansão do liberalismo na Europa toda. Apenas com a Revolução de 1848 é que se dá a abolição, com indenização aos proprietários. Isso é muito importante: de 1802 até 1848, a França, que ao lado da Inglaterra era a matriz das ideias democráticas e liberais, manteve a escravidão.

Agora, honra seja feita: no Brasil existem o liberalismo escravista e o liberalismo abolicionista de Ruy Barbosa, Castro Alves etc. Escrevi há tempos um estudo intitulado “A escravidão entre dois liberalismos”, que está no livro *Dialética da colonização* (1992). Nesse estudo polemizo com a ideia de que liberalismo com escravidão seria uma farsa ideológica tipicamente brasileira. Se é farsa ideológica, é também francesa, inglesa, americana etc., cada uma no seu nicho. Quantos milhões morreram na Guerra da Secessão (1861-1865) nos Estados Unidos para libertar os escravos? Há provas evidentes de que o mal não é só brasileiro, o que também não é consolo. Não é correto achar que o liberalismo tenha raízes sempre antiescravistas. Ele tem uma tentação escravista, que mantém uma tensão

Daniel Garcia



continua com o trabalho. Quando o liberalismo sobe, o que acontece? O trabalho treme e as leis trabalhistas são flexibilizadas, não sabemos até que ponto. O trabalho tem que se cuidar e terá que se defender, porque será atingido. Essa é uma forma modernizada da grande tensão entre liberalismo e abolicionismo.

Revista Adusp. Num artigo recente na *Carta Capital*, o senhor cita a ligação do PT, em sua origem, com os movimentos populares e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e fala inclusive da sua experiência num bairro operário de Osasco no início dos anos 1980. O senhor acha que o PT em particular e o governo de forma geral deveriam se reconectar com esses movimentos e estabelecer novamente um diálogo mais direto de forma a procurar recuperar um protagonismo político que parecem ter perdido?

fato esse momento fundador alimentou muitas esperanças e, se ele não se repropuser de alguma maneira, não vejo muita saída para o partido. O PT, ou pelo menos a direção do PT, aqueles que formam a sua burocracia — e que parecem se eternizar — têm duas dívidas: a primeira é realmente afastar pública e abertamente todas as pessoas que foram seduzidas pela corrupção. É preciso se limpar disso. A outra dívida é um fato que lamentam todos os economistas, mesmo os de esquerda que foram favoráveis a Dilma e de alguma maneira ainda a apoiam como o menor mal: a desindustrialização do Brasil. Ao longo do período Lula e do primeiro mandato da Dilma a ponta do consumo foi muito desenvolvida. Não vou criticar isso porque era muito necessário, e não se deve fazer o *mea culpa* de uma política distributivista num país em que nunca houve isso. É preciso

BOSI. Participei daqueles momentos de formação espontânea e popular do começo dos anos 1980 e conheci aquelas pessoas que eram de um idealismo total e estavam maravilhadas com a possibilidade de influir na formação de um partido. Era a primeira vez que acontecia esse contato direto englobando os sindicatos, a Igreja, os intelectuais de esquerda etc. Até então, todos os partidos vinham de cima. De

manter a política social, custe o que custar. Agora, a desindustrialização, apontada por exemplo nos artigos do Delfim Netto, do Luiz Gonzaga Belluzzo, do Bresser Pereira, é lamentável, e a coisa mais grave que pode haver é o desemprego crescente. Esse é o *punctum dolens* da situação econômica. John Keynes dizia: a economia perfeita é a que tenderia ao desemprego zero. Isso, claro, não existe, mas é uma espécie de horizonte. Tudo o que se afasta disso é perigoso. Nossa taxa de desemprego não deveria subir como subiu na Espanha, na Grécia ou em Portugal. Creio que o Brasil tem potencialidades maiores do que esses países. Paralelamente ao atual ajuste fiscal, tem que haver um esforço hercúleo para impedir o desemprego. É o desejo de uma pessoa que viu o PT nascer.

A USP é das poucas universidades no País que não aceitam as cotas. Quando, há alguns anos, começou o debate sobre o tema, eu não sabia o que dizer. Mas o tempo foi passando e fui me convencendo de que a dívida social enorme que temos para com os descendentes de escravos deve ser paga de algum modo

Revista Adusp. Fala-se muito em crise na universidade e, no caso da USP, para além da questão financeira que vem sendo apontada pela Reitoria, o senhor acha que há uma crise de representatividade e de falta de diálogo entre os diferentes segmentos?

BOSI. Certamente há uma crise de diálogo. Na questão das cotas, por exemplo, acho que deve haver um diálogo mais profundo e mais constante. A USP é das poucas universidades no País que não aceitam as cotas. Quando, há alguns anos, começou o debate sobre o tema, eu não sabia o que dizer. Eu tinha dois receios: primeiro, que voltasse a palavra *raça*, tão superada pela antropologia. Essa é uma palavra muito infeliz e que já produziu muito mal por dividir a humanidade por características físicas. O segundo é receio de professor: será que isso vai permitir que se abandone de fato uma reforma profunda na escola primária e secundária, de onde devem vir esses alunos? Meu receio era que nos dispensássemos de olhar para o ensino secundário, que é a matriz das iniquidades, uma vez que se abriria mais espaço na universidade para alunos das escolas públicas. A escola deve ser uma prioridade absoluta de todas as congregações, sobretudo nas faculdades que formam professores. Dentro dos meus limites, sempre militei para que os professores primários e secundários fossem valorizados, a começar pelo salário. Mas o tempo foi passando e fui me convencendo de que aquela dívida social enorme que temos para com os descendentes

de escravos deve ser paga de algum modo, e o melhor modo é dar mais oportunidades.

A palavra *raça* foi substituída por *etnia* e mesmo quem utiliza a palavra *raça* o faz sem a conotação pejorativa. O problema do ensino primário e secundário, onde começam as desigualdades na educação, é um problema grave que vamos levar talvez uma geração inteira para resolver. Hoje sou adepto das cotas porque os argumentos contrários me parecem menos fortes do que os argumentos positivos. Porém, vejo com preocupação que não há zona de diálogo. Deveria haver uma comissão permanente junto ao Co ou à Reitoria para dialogar sem que existisse o fenômeno da porta fechada, porque, quando há uma porta fechada, você tenta arrombá-la. Como professor egresso da FFLCH, acompanho com muita esperança o que está acontecendo lá, porque decisões recentes da congregação são favoráveis às cotas (*leia ofício da congregação da FFLCH no endereço eletrônico <http://bit.ly/1OrLee4>*). Quando se manifesta uma faculdade desse tamanho, que é uma verdadeira universidade, acho que é necessário que haja uma sensibilização da parte do Co.

O caso do Hospital Universitário (HU) também tem que ser gerido pelas pessoas realmente envolvidas. Recentemente professores da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) publicaram um manifesto demonstrando que o HU é fundamental para a faculdade e que sua parceria dá muitos frutos. Fico muito preocupado quando vejo que há pessoas que querem desvincular o HU da Univer-

sidade. Essa é uma luta que a Adusp pode empreender, porque terá o forte apoio da comunidade.

Revista Adusp. O senhor está há muitos anos envolvido no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, que entre outras coisas procura justamente propiciar um espaço para encontro e debate de ideias. O senhor pode falar dessa trajetória?

BOSI. Tive sorte porque fiz parte dos primeiros conselhos do IEA e o acompanhei desde o início — cheguei a ser diretor. Vem sendo uma trajetória muito feliz, particularmente no caso da revista *Estudos Avançados*. O IEA foi fundado em 1986, vai completar trinta anos no ano que vem, e já em 1987 saiu o primeiro número da revista. Ela já alcançou mais de 27,6 milhões de acessos pela internet — só em maio deste ano, mais de 520 mil, o que significa que realmente teve ressonância.

A minha trajetória aqui está muito ligada à revista. Gosto muito de elencar quem escreveu para ela. Claro, são mais de 1.500 artigos, mas quando olho para os colaboradores fico muito gratificado. São nomes como Ignacy Sachs, que criou a ideia de ecodesenvolvimento; o senador italiano Giovanni Berlinguer, o primeiro a alertar sobre o mercado de órgãos para transplantes; Jacques Chonchol, ministro da reforma agrária de Salvador Allende no Chile; Ivan Izquierdo, um dos maiores cientistas do mundo sobre memória; Jürgen Habermas, que foi entrevistado e também escreveu para a revista; Eric Hobsbawm, que foi entrevistado pelo Paulo Sergio Pinheiro; Aníbal Qui-

jano; Michel Vovelle; Roger Charrier; Robert Kurz; Jacques Derrida; Noam Chomsky; Boaventura de Sousa Santos; André Gorz, entre tantos outros. Entre os brasileiros, não vou citar nenhum vivo para não cometer involuntariamente alguma injustiça: Aziz Ab'Saber; Otto Maria Carpeaux, que era austríaco e se naturalizou brasileiro; Ariano Suassuna; Oswaldo Xidieh; Erasmo Garcia Mendes; Octavio Ianni; Jacob Gorender; Raymundo Faoro; José Paulo Paes; Benedito Nunes; também para citar só alguns.

Drummond escreveu no Jornal do Brasil um artigo chamado “Se eu fosse deputado”. Ele, um poeta que não tinha nada que ver com o assunto, foi estudar os males das usinas atômicas e escreveu um texto muito bonito que mandamos para os deputados e foi reproduzido em outros jornais

Revista Adusp. O senhor participava de um grupo contrário à usina nuclear, grupo este que se reunia na sede da Adusp. Como foi essa experiência?

BOSI. A Adusp foi muito generosa conosco, só posso agrade-

cer. Precisávamos de uma sala e a Adusp nos abrigou naquele momento. Vinham pessoas do Greenpeace, professores de química e física que faziam análises das radiações, cientistas japoneses que tinham todo o material sobre as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki e suas consequências etc. Criamos um grupo de trabalho para lutar contra a usina de Angra 3, porque Angra 1 e 2 estão funcionando e fornecem uma pequena parte da energia do Rio de Janeiro, embora o problema do seu lixo atômico ainda não tenha sido resolvido. Fizemos vários atos públicos com o objetivo de recolher um número de assinaturas que chegasse ao Congresso Nacional e realmente paralisasse Angra 3. Esse movimento refluíu um pouco. Um de seus inspiradores é o Chico Whitaker, ex-vereador em São Paulo, que não desiste nunca. Recentemente ele enviou uma carta aberta à presidente Dilma e ao ministro das Minas e Energia demonstrando que, com a atual crise econômica, seria o caso de não finalizar a usina, devido ao seu custo altíssimo. Eu e muitas outras pessoas assinamos a carta. Creio que é uma luta que deve continuar e que é preciso convencer a presidente Dilma de que o Brasil tem muitas alternativas, e a energia atômica não é uma delas.

Nem todos os físicos pensam como nós. Há pessoas que acham que essa energia é necessária, mas nós pensamos muito mais nos riscos. Conseguimos produzir alguns documentos, folhetos e livretos para distribuir às pessoas. O que aconteceu em Fukushima [acidente nuclear após o terremoto e o tsunami

de 2011], com todos aqueles danos, mostrou os riscos que corremos. Os italianos fizeram um plebiscito para acabar com as usinas atômicas e até os franceses, que dependem muito dessa energia, também estão pensando em fontes alternativas. O mesmo ocorre na Alemanha.

Já bem antes, em 1980, inclusive Drummond tinha nos ajudado. Minha esposa escreveu para ele dizendo que precisávamos de um grande nome ao nosso lado porque os deputados poderiam, naquele momento, época do acordo nuclear com a Alemanha, aprovar a construção de uma usina em Iguape. Fomos lá e fizemos até uma proclamação para demover as autoridades da ideia. Essa luta foi vitoriosa: seja por falta de dinheiro ou por milagre, o processo foi desativado. A região entre Peruíbe e Iguape, no litoral Sul de São Paulo, seria devastada pela usina, mas se transformou na atual Estação Ecológica Jureia-Itatins. Drummond escreveu no *Jornal do Brasil* um artigo chamado “Se eu fosse deputado”. Ele, um poeta que não tinha nada que ver com o assunto, foi estudar os males das usinas atômicas e escreveu um texto muito bonito que mandamos para os deputados e foi reproduzido em outros jornais (*leia aqui o texto de Drummond: <http://bit.ly/1MR8IXp>*).

A revista *Estudos Avançados* vem publicando vários dossiês sobre energia, com artigos assinados por pessoas muito competentes. Já recebemos críticas dizendo que a revista era contra Angra 3 — e eu respondi: sim, de fato somos contra e assumimos isso.

DESCASO E REPRESSÃO, POLÍTICA PARA ENSINO PÚBLICO EM SP E PR

João Peres, Moriti Neto, Thiago Domenici
Jornalistas

Joka Madruga/Terralivrepress.com



Desde as décadas de 1980 e 1990, mandatários paulistas e paranaenses pouco dialogam com a categoria dos professores — e, no limite, reagem com violência a greves. Em 2015, duas efemérides ligadas à educação pública e avaliações pessimistas quando se fala de avanços nessas redes estaduais demonstram uma situação que parece interminável: de um lado, educadores reivindicam salários dignos, plano de carreira e melhor estrutura de trabalho; de outro, governantes fazem ouvidos moucos. Os exemplos do passado descortinam o que se vivencia no presente. A imagem acima mostra o início do ataque da PM aos professores em 29 de abril, em Curitiba

A Praça da República, no centro de São Paulo, abrigava aproximadamente 100 professores acampados em frente ao Colégio Caetano de Campos, sede da Secretaria Estadual de Educação (SEE). Pela manhã, uma faixa estampava a frase “Professores em greve acampados em defesa da escola pública, do emprego e do salário”. A ocupação era pacífica. A Polícia Militar mantinha uma viatura no local: “Estamos aqui, também, para garantir a segurança dos professores”. Horas depois, o cenário mudaria drasticamente. À tarde, na avenida Paulista, durante manifestação de servidores públicos estaduais, o movimento sofreria violenta repressão da Tropa de Choque: bombas de gás, balas de borracha e muitos feridos. Atingido por estilhaços, o professor Ronaldo Ferreira dos Santos perdeu um dos dedos da mão e o repórter-fotográfico Alex Silveira (que cobria a manifestação para o jornal *Agora SP*) recebeu um tiro de bala de borracha no olho esquerdo, que o deixaria cego. Ocorrido há 15 anos, durante uma greve que durou 43 dias, o episódio, se comparado aos eventos violentos mais recentes de 2015 envolvendo a categoria, demonstra que nem a situação do professorado nem os métodos do governo evoluíram.

Mário Covas (PSDB), que assumira o mandato em 1995, era um governador alinhado aos objetivos do governo federal, presidido pelo cor-religionário Fernando Henrique Cardoso. Covas tinha como meta “novas condições para o financiamento da educação”, e a “reforma educacional” teve como eixos descentralização, privatização e desregulamentação.

Nos anos seguintes, os professores sentiram as consequências. Numa condição paradoxal, a categoria passou a ser avaliada por mecanismos externos, como o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), e internos, a exemplo dos testes de desempenho. Na esteira das mudanças, a carreira do magistério sofria com a rotatividade de educadores nas escolas, o alto número de alunos por sala de aula, a violência no cotidiano escolar, o arrocho salarial que obrigava a jornadas exaustivas e a criação da aprovação automática de alunos. A categoria ainda assistiu ao que o governo chamou de “reorganização da rede”, fechando 8 mil salas de aula em 105 escolas, com a demissão sumária de 22.629 professores, o que preparou o caminho da política de municipalização da educação, concretizada em 1996 com a instituição do Programa de Ação e Parceria Educacional Estado-Município.

A reforma transferiu para as prefeituras parte da responsabilidade pelo ensino fundamental, num movimento apelidado de “Jack, o estripador” pelo professor José Marcelino de Rezende Pinto, da Faculdade de Educação da USP de Ribeirão Preto. “Naquele momento, o Estado tinha uma rede pública única que receberia um aporte de muitos bilhões, o suficiente para estruturar uma rede que já tinha as condições básicas.”

A maioria das entidades da sociedade civil, especialmente na área sindical, foi contra a proposta, mas não conseguiu barrar o processo. As justificativas de natureza demo-

crática que sustentavam os discursos anteriores deram lugar às de natureza gerencial. “Como a política era municipalizar, o governo desmantela a rede, com impacto nos municípios menores, mais suscetíveis de pressão política, criando uma desestruturação. Hoje, há uma inversão: o Estado repassa quase R\$ 4 bilhões para os municípios”, avalia Marcelino.

“É complicadíssimo darmos aula para um aluno que não foi alfabetizado”, diz Guiomar Ferreira. “A aula é missa de corpo presente apenas, como se bastasse a presença física de professores e alunos”, comenta Ana Lúcia, que leciona para 16 salas com 45 alunos cada

Guiomar Ferreira, professora de Geografia da rede pública há 22 anos, também fixa essa divisão entre prefeitura e Estado como um marco fundamental para a precarização do ensino. “A prefeitura está preocupada só com a verba que vai receber e não com a educação. Há municípios em que há comprometimento. No meu, não há. É complicadíssimo darmos aula para um aluno que não foi alfabetizado”, diz a docente, que atualmente leciona para o ensino médio em Itanhaém, no litoral paulista.

Ao falar sobre os problemas em sua cidade, ela toca em outro ponto apresentado como solução no discurso tucano: a chamada “progressão continuada”, prevista pela Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, adotada em São Paulo por Covas sob a ideia de que a aprovação automática reduziria a taxa de evasão por evitar desestímulo dos alunos. O mecanismo pensado por educadores visa a respeitar o tempo de aprendizado de cada estudante, mas prevê que se passe por um processo contínuo de acompanhamento para monitorar pontos que devem ser alvo de melhoria. É raro encontrar um professor que se arrisque a dizer que esse projeto é devidamente implementado na rede pública paulista. “O aluno vai passando, passando, passando. Chega à quinta série com o mesmo problema da primeira”, constata Guiomar.

Ana Lúcia Aguiar, professora de sociologia no ensino médio em São José dos Campos, também é crítica à política educacional tucana. Ela se questiona como vai garantir atenção às potencialidades dos alunos “num cenário assim”. Responsável por 16 salas, que recebem, em média, 45 alunos, faz 32 horas de carga horária, mais 3 horas de Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), além de tarefas que leva para casa. “Cada aluno é um caso, tem diferenciais. Só que, nessa situação, a gente faz de conta que dá aula e o aluno faz de conta que aprende”. Para a educadora, “a aula é uma missa de corpo presente apenas, como se só a presença física de professores e alunos bastasse”.

Presença física foi o que ofereceu Mario Covas. Em junho de 2000,



Professor José Marcelino (FFCLRP)

mesmo sob vaías, o então governador decidiu passar duas vezes pelo acampamento dos professores na Praça da República. Em retaliação às vaías recebidas, seguranças do tucano destruíram algumas barracas. Policiais usaram bombas de efeito moral contra os ativistas, que responderam com pedras, paus e laranjas. Atingido, Covas sofreu dois leves cortes, na testa e no lábio superior. Cinco professores foram presos. Outros quatro ficaram feridos.

Presidenta da Apeoesp à época, Maria Izabel Azevedo de Noronha, a Bebel, afirmou que a atitude do mandatário o fez sair “como vítima”. O desfecho não foi dos melhores. O que se viu em seguida foi a implementação da “política de bônus”, na qual gratificações de até R\$ 6 mil eram pagas aos docentes com “boa assiduidade”, situação que dividiu a categoria, dificultando a possibilidade de movimentos grevistas sólidos. Tal bonificação jamais foi incorporada aos salários e está na origem da polêmica “política de meritocracia” no ensino público, que prevê, ainda,

que os profissionais alcancem uma série de metas, o que inclui verificação das taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar de alunos.

Bebel, que reassumiu a presidência da Apeoesp em 2008 e segue à frente do sindicato, compara as mobilizações de 2000 e deste ano. “São greves históricas que provam, por um lado, a força do movimento dos professores e, por outro, demonstram a continuidade da má gestão do Estado de São Paulo.” A dirigente sindical avalia que Geraldo Alckmin (que foi vice de Covas) conserva uma postura truculenta em relação aos professores, algo que, segundo ela, ficou evidente na maior greve da história da categoria. “Durante 92 dias, o governo limitou-se a atacar a Apeoesp e a renegar o movimento, mesmo diante de todas as evidências da insatisfação.” De fato, o governador declarou não existir greve: “Os professores estão dando aulas e, os alunos, estudando”.

No Paraná, o governo de Alvaro Dias (1988) é autor de uma agressão histórica à categoria, ao jogar sobre ela a cavalaria da PM. Mas as tropas do também tucano Beto Richa (2015) produziram verdadeiro massacre: 170 feridos, muitos com gravidade



Assembleia da Apeoesp no MASP, em São Paulo



Bebel, presidente da Apeoesp

Como ficou demonstrado na greve dos professores paranaenses deste ano, a atitude dos governos do PSDB não se limita a São Paulo. Além da violência perpetrada pela atual administração de Beto Richa em abril, outra data simboliza o histórico de conflagrações no Estado. Em 1988, Alvaro Dias, hoje senador peessedebista, comandava o executivo, e uma greve entrava para a história pela agressividade do desenlace. No dia 30 de agosto, policiais militares avançaram com cavalos, cães e bombas de efeito moral contra uma multidão que protestava por melhores salários e condições de trabalho na Praça Nossa Senhora de Salette, em Curitiba. A repressão deixou dez pessoas feridas e resultou na prisão de cinco manifestantes.

A greve durava duas semanas sem que o governo e a Associação dos Professores do Paraná (APP) chegassem a um acordo. O pico de insatisfação veio com uma passeata da Praça Rui Barbosa até o Centro Cívico. Os docentes planejavam pro-

testar em frente ao Palácio Iguazu, mas a polícia fez um cordão de isolamento. As agressões não demoraram a ocorrer. Enquanto os professores lembram a data pelas marcas da violência estatal, Alvaro Dias nega a repressão e afirma que o sindicato “usou a manifestação politicamente”. Em declaração ao jornal paranaense *Gazeta do Povo*, em 2013, chegou a minimizar a intensidade do ataque da polícia: “Se compararmos com tumultos recentes, aquilo vai parecer uma brincadeira.”

Se a cavalaria deixou um rastro de brutalidade em 1988, o grau de violência com Beto Richa em 2015 foi ainda pior. Na luta por reajuste salarial e contra o projeto do governador que modifica a previdência dos funcionários públicos estaduais, 15 mil manifestantes — segundo a associação dos professores — foram atacados por disparos de balas de borracha, *spray* de pimenta, bombas de gás e mordidas de cães da PM. “O ataque que a gente sofreu marca uma página da história do

Estado que não tinha sido escrita”, avalia Hermes Silva Leão, presidente da APP-Sindicato. Para ele, o confronto caracterizou um governo com um “traço de ditadura”. Ao menos 170 pessoas ficaram feridas, muitas com gravidade. Os docentes mantiveram uma greve de 45 dias e a repercussão das ocorrências derubou os secretários de Educação, Fernando Xavier, e de Segurança, Fernando Francischini.

“Hoje, temos uma democracia muito mais consolidada do que tínhamos em 1988, o que torna esse rompimento de agora (pelo governo Beto Richa) muito mais grave”, enfatiza o professor Marcos Ferraz, integrante do Núcleo de Pesquisa em Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Em meio à repressão e a protestos, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto que transfere do governo estadual para um fundo dos servidores públicos a responsabilidade pelas aposentadorias de 33.556 beneficiários com 73 anos ou mais.



Hermes Leão, presidente da APP



Flagrantes da brutalidade policial no Paraná

Estudo da OCDE revela que o Brasil paga segundo pior salário para professor entre os 44 países pesquisados. A nossa média de US\$ 10.375 é 3 vezes inferior à média das pesquisadas. Ficamos atrás até de quem também adotou receitas neoliberais: Chile (US\$ 17.770) e México (US\$ 15.556)

Em âmbito nacional, nos últimos anos, o financiamento e a organização da educação apresentaram avanços graças a decisões do Legislativo e do Executivo. Ainda que quanto a todas elas possa haver poréns, o Plano Nacional de Educação (PNE),

a lei 11.738, de 2008, que fixa o piso salarial dos professores do magistério e a lei que destina ao setor parte considerável da arrecadação com royalties do petróleo da camada pré-sal são indicadores desse cenário. Se crescem os recursos disponíveis, a vontade de aplicação e o destino nem sempre seguem o caminho anсиado por trabalhadores da área.

Estudo feito pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que, entre 44 países, o Brasil paga o segundo pior salário para o

professor. A média de US\$ 10.375 é três vezes menor que a auferida entre as nações pesquisadas e fica seis vezes abaixo do que é pago em Luxemburgo, com US\$ 66 mil ao ano, segundo dados coletados em 2012 e reunidos em pesquisa divulgada no ano passado. Até mesmo quando comparado a países que adotaram receituários neoliberais na seara educacional, o Brasil fica bem atrás: US\$ 17.770, no Chile, e US\$ 15.556, no México.

“O professor é desprestigiado de longa data, tanto socialmente

Daniel Garcia



Professor Rubens Camargo (FE)

quanto economicamente e, não tenho dúvida, reverter isso demanda uma política de valorização”, diz Rubens Barbosa de Camargo, professor da Faculdade de Educação da USP. Entre 20 metas, o PNE define que o salário dos docentes do magistério deve ser equiparado à média garantida a outros servidores públicos de nível superior até 2020. “As elites do nosso país nunca apostaram numa educação das massas de qualidade, nunca pensaram que a educação servisse para formar cidadãos, para que se tivesse uma melhoria da própria sociedade. Enxergam a educação pública como provedora de *mão de obra*”, diz Camargo, ex-secretário municipal da Educação de São Carlos.

Outro instrumento legal mostra como discurso e prática se divorciam quando o assunto é educação. Governadores de vários Estados apresentaram duas ações tentando derrubar parte das obrigações previstas na lei 11.738, também conhecida como Lei Nacional do Piso do Magistério. Na primeira, perderam. Agora, esperam que o Supremo Tribunal Federal os desobrigue de

garantir a valorização monetária da carreira docente. Estudo feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) mostra que sete Estados ignoram a legislação e outros 14 a descumprem parcialmente. São os casos de São Paulo, que paga o valor correto, mas não respeita a necessidade de o professor dedicar um terço da jornada a atividades extraclasse, e do Paraná, que não paga o mínimo estabelecido — atualmente R\$ 1.917,78, na tabela do Ministério da Educação.

O resultado está refletido em outro relatório, que foi elaborado em 2014 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Apesar da entrada de 220 mil profissionais da educação todos os anos no mercado de trabalho, não há sinais de excesso de oferta de força de trabalho entre professores dos ensinos básico a médio, pois muitos desistem da carreira.

Salas superlotadas, alunos carentes de conhecimentos básicos e baixo nível de infraestrutura eram, são e possivelmente continuarão a ser problemas frequentes. Mas a situação tem piorado. “A gente não consegue dar atenção individualizada. É educação a toque de caixa”

Os relatos sobre a falta de condições de trabalho são conhecidos há anos. Salas superlotadas, alunos carentes de conhecimentos básicos e baixo nível de infraestrutura eram, são e possivelmente continuarão a ser problemas frequentes (vide, por exemplo, *Revista Adusp* 38, de 2006: <http://www.adusp.org.br/files/revistas/38/r38a01.pdf>). Novo, ou relativamente novo, é o cenário global de transformações aceleradas frente ao qual uma situação ruim fica pior. “A gente não consegue dar atenção individualizada. É uma educação a toque de caixa”, avalia Bianca Lunna, professora de sociologia no ensino médio.

Há cinco anos na rede pública estadual de São Paulo, ela se depara com questionamentos comuns entre colegas: até quando vale a pena continuar? “Foi o meu mais efetivo engajamento político, acredito, para oferecer uma visão de mundo, uma transformação social, mas eu confesso que estou bem desencantada”, contou, durante uma das assembleias da última greve da categoria. “Porque a gente é tratado como lixo e porque esse modelo de escola funciona para não funcionar”.

Em termos de danos à implementação de projetos pedagógicos sólidos, nada é mais nocivo do que a precarização da força de trabalho, avalia o IPEA. O estudo “Subsídios e proposições preliminares para um debate sobre o magistério da educação básica no Brasil” constata que professores temporários ou terceirizados chegam a 1/4 do total nas redes públicas esta-

duais e municipais, superando os 40% em física e química.

Lilian Barbosa lança um olhar de resignação sempre que perguntada sobre o futuro como professora. “Se não tivesse esse outro trabalho, não sei como estaria agora”, diz, durante uma conversa na praça de alimentação do *shopping* em que trabalha, na zona sul de São Paulo. Aos 37, a balança de Lilian oscila entre duas paixões: a beleza e a educação. Nos últimos tempos, o *design* de sobancelhas tem vencido a disputa ao oferecer estabilidade e melhores rendimentos.

Lilian fez parte dos mais de 112 mil professores não concursados (temporários ou eventuais) ante os 139 mil efetivos, segundo dados do ano passado. Em São Paulo, o índice chegou a ser de 73,9% de não concursados em 1999, no governo Covas. Atualmente, está em 44,7%, menor patamar da história. A contratação de funcionários temporários pelo Executivo estadual é sustentada na Lei Complementar 1.093, de 2009, que diz que os professores são uma categoria à parte, com possibilidades quase irrestritas de abertura de contratos com duração de até 24 meses. Sempre que houver aulas disponíveis, salas precisando de docentes ou cargos não preenchidos por concurso, pode-se apelar aos temporários. A legislação deixa claro que esses servidores têm apenas dois direitos: décimo-terceiro salário e pagamento de férias proporcionais. Questionamentos enviados pela reportagem às secretarias de Educação de São Paulo e Paraná

não foram respondidos até o fechamento deste texto.

Uma das grandes queixas dos educadores temporários em São Paulo diz respeito à “duzentena”, prazo de 200 dias ao término do contrato no qual o professor não pode estabelecer novo vínculo com o poder público. “Você fica mais desmotivado ainda”, diz Lilian Barbosa

Uma das perguntas, no caso do órgão paulista, dizia respeito ao levantamento inédito do mes-trando em Educação pela USP José Quibao Neto. O pesquisador identificou que o Estado não só não conseguiu diminuir o número de não concursados em quase duas décadas, como o histórico dos temporários demonstra que “a anomalia da excepcionalidade é a regra”, já que a Constituição de 1988 prevê aprovação em concurso público. Os seis processos de seleção realizados em São Paulo entre 1999 e 2014 efetivaram somente 83 mil professores.

Uma das grandes queixas dos educadores temporários diz respeito à chamada “duzentena”, prazo de 200 dias ao término do contrato no qual o professor não pode esta-belecer novo vínculo com o poder

público. Ou seja, um trabalhador dispensado em dezembro só poderá voltar a assumir aulas entre julho e agosto. “Você fica mais desmotivado ainda. Sem contar que, se começo a trabalhar em junho, só vou receber daqui a três meses”, diz Lilian. Formada em Letras no ano de 2009, ela esperou até 2011 para buscar trabalho como professora eventual, atividade que exerceu até 2012.

Nos dois anos seguintes, foi integrante da chamada categoria “O”, designação oficial que se dá aos professores temporários. O contrato foi encerrado em dezembro passado, com duzentena terminada em julho de 2015. Como o vínculo começa a contar no prazo de 24 meses a partir do ano em que foi estabelecido (não do mês), Lilian não tem intenção de buscar agora um novo trabalho como docente. “Vou ver o que vai ser da minha vida para decidir se fico na educação ou não. Porque viver nessa instabilidade é difícil”, constata.

Categoria “O” em São Paulo, “PSS” ou Processo Seletivo Simplificado no Paraná. As nomenclaturas mudam, o quadro de precarização é parecido. No Paraná, o sindicato da categoria calcula em 25% a faixa de docentes temporários. No final do ano, o governo Richa deixou de pagar salários dos professores contratados pelo PSS. “É horrível”, define Sonia Rosa Pires. Professora concursada em São Paulo durante 17 anos, ela se mudou para Alto Paraná, no noroeste paranaense, há três anos. Nos dois primeiros, antes de ser

Fotos: Daniel Garcia



Professora Bianca Lunna

aprovada em concurso, teve de se submeter à condição de temporária. “É lamentável porque a gente tem que fazer uma inscrição *online*, colocar a documentação necessária. E conforme vão surgindo as necessidades no ano letivo é que eles vão chamando os professores por ordem de pontuação. No final do ano, você é cortado do sistema e fica sem receber.”

Num dos anos, Sonia foi chamada para trabalhar apenas em abril. Mesmo agora, como concursada, ela se depara com o desânimo trazido pelas condições de trabalho dentro da sala de aula e pela baixa remuneração. “Era um sonho e foi o que eu segui. Gosto muito de escola, de estudar, de ficar em constante aprendizado, gosto de ler, de escrever”, afirma. “Estou pensando em fazer um curso de modelista e estilista. Minha mãe é costureira. Se der certo, vou mudar de ramo, sim. A tendência é piorar cada vez mais”.



José Quibao Neto

Os relatos coincidem com algumas análises e estudos que indicam que a profissão tem, cada vez mais, se tornado um “bico”.

Ações individuais contra a “duzentena” resultaram em liminares contra o governo estadual. A Apeoesp quer mais concursos e limite de 10% de temporários na rede. Enquanto forem temporários, “eles devem ter assegurada a dignidade no exercício da profissão”, diz Bebel

Na falta de avanços na negociação com o governo de São Paulo, representantes sindicais têm

estimulado os professores a ingressar com ações individuais contra a duzentena. Nos primeiros cinco meses do ano, ações movidas em cinco cidades resultaram em concessão de liminar para que os professores cumprissem apenas quarenta dias de afastamento, prazo considerado normal para o serviço público. Nas decisões, juízes manifestaram que o impedimento ao trabalho por duzentos dias cria uma situação que fere os princípios básicos da igualdade. A Apeoesp quer concursos mais frequentes. “Os professores temporários deveriam ser limitados a 5% ou 10% do total de efetivos e os concursos deveriam ter uma periodicidade menor. Enquanto permanecem como temporários, eles devem ter assegurada a dignidade no exercício da profissão”, diz Bebel.

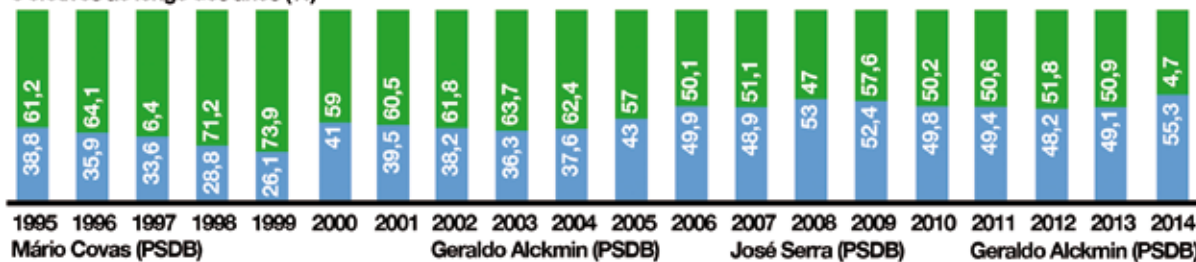
Camila Lisboa é professora há dois anos. Crescida e formada na rede pública paulista, entendeu que lecionar no sistema gratuito e aberto a todos seria uma maneira de retribuir à sociedade e de utilizar a educação como um instrumento de transformação social. “Mas, quando a gente chega na escola, a realidade é bem difícil. Você tem salas superlotadas, crianças em situação social delicada. Aí você começa a entender por que tantos professores adoecem”, admite.

No primeiro ano de profissão, integrou a lista de profissionais da categoria O. “A gente não pode ter falta. Você fica à margem. As condições de trabalho são ruins, ganha-se pouco”, afirma. Ser tem-

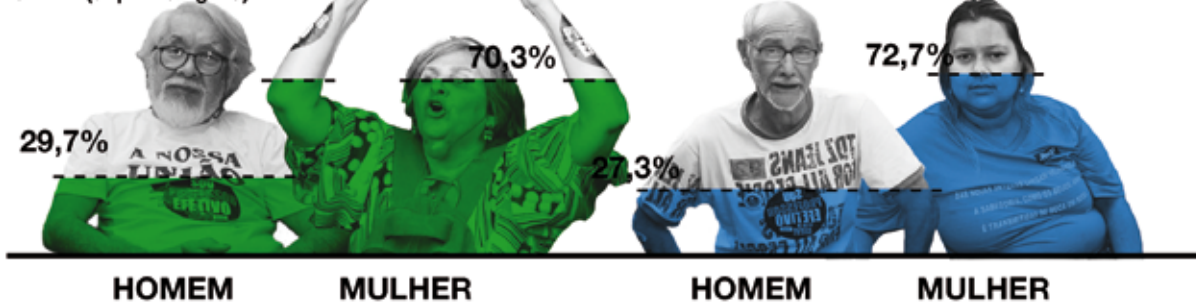
TEMPORÁRIOS E EFETIVOS NA REDE DE ENSINO (SP)



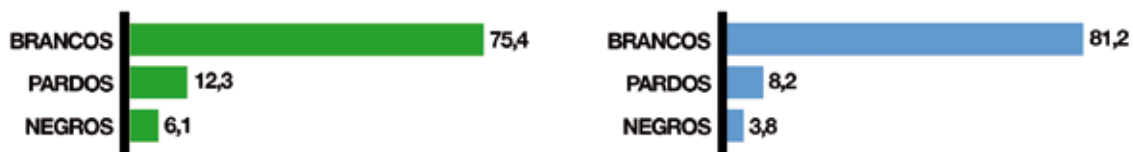
Relação entre professores temporários e efetivos ao longo dos anos (%)



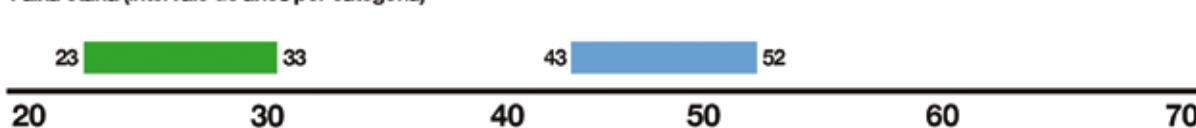
Gênero (% por categoria)



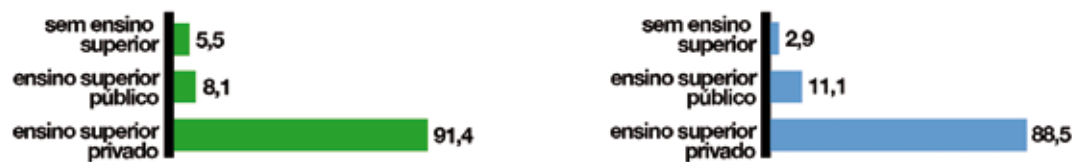
Cor da pele (% por categoria)



Faixa etária (intervalo de anos por categoria)



Escolaridade e instituição de ensino (% por categoria)



FONTE: levantamento elaborado pelo pesquisador e mestrando em Educação pela USP, José Quibao Neto com base em fontes como o Cadastro Funcional da Educação – CGRH, Boletim de Acompanhamento Pessoal de 2012 (inclui afastados da docência; mês de referência, outubro), Microdados do Censo Escola de 2011 a 2014. FOTOS: APEOESP. GRÁFICOS: Mariana Zito.

porário é um problema para começar o contrato, outro para terminar. “Primeiro, o pessoal efetivo faz atribuição. O que sobra vai para quem é contratado. Chega a ser humilhante. Vai um monte de gente numa escola, fica o dia inteiro para talvez ter aula, talvez não. Chega de manhã e sai de lá à noite”.

Outro levantamento ainda inédito, realizado pelo mestrando em educação João Batista Silva dos Santos, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), mostra que, se todos os docentes fossem concursados, os investimentos do governo estadual em folha de pagamento subiriam em torno de 10%. Num recorte específico, que exemplifica a situação, Batista explica que, no mês de outubro de 2013, “o Estado poupou R\$ 63 milhões ao manter o percentual de professores temporários na rede, o que representa em um ano o equivalente a mais de R\$ 750 milhões”.

Obviamente, a recente contratação de professores na rede paulista não significa que as condições salariais sejam excelentes. Longe disso. “Quando os governos começam a acertar um pouquinho mais a questão do piso, fazem isso à custa de dois movimentos: ou do achatamento da carreira, o que acontece em São Paulo, ou do uso de professores precários”, avalia Rubens Camargo, da USP. Criado em 2010, o Programa de Valorização do Mérito garante reajustes acima da média para uma cota de docentes que consegue os melhores desempenhos em uma avaliação aplicada anualmente.

Para que fosse cumprido de imediato o PNE, os professores da rede estadual deveriam ter direito a uma remuneração equivalente à média do funcionalismo público estadual paulista, hoje em R\$ 4.247, o que implicaria um reajuste de 75,33%

Na última edição, o programa contemplou 10,7 mil professores, diretores e supervisores. “Passei na prova do mérito, mas isso não é certo. Quando houve a primeira prova, deu 25% de aumento só para 20% dos aprovados. Aí começou a divisão, inclusive com posturas preconceituosas dos próprios colegas”, lamenta Filomena Leal, professora de Geografia na rede pública há quase duas décadas.

Nos cálculos do governo estadual, a valorização máxima para aprovados nas políticas de avaliação é de 45% entre 2011 e 2014. Um professor de ensino médio que recebia R\$ 1.655 chegou a R\$ 2.415 em 2014, segundo a Secretaria de Educação, quase R\$ 600 a mais em comparação com a média dos profissionais em exercício na mesma função.

Ao fazer os cálculos, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) concluiu que a recuperação do poder de compra de 1998 para os professores como um todo, sem separação entre abonados e desabonados, de-

mandaria que o reajuste em 2015 fosse de 19,6%, no geral, e de 24,4%, no caso específico dos professores que lecionam até a quinta série do ensino fundamental. Em valores atualizados, o salário médio do segmento equivaleria a R\$ 1.946 para uma jornada de 30 horas-aula semanais, frente a uma realidade de R\$ 1.565. Além disso, o Dieese avalia que a média da remuneração do quadro do magistério da rede estadual não satisfaz as necessidades básicas de uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças).

A Apeoesp, considerando a média geral da categoria, fala em salário de R\$ 2.422 para uma jornada de 40 horas semanais. Mas, para que fosse cumprido de imediato o PNE, os docentes deveriam ter direito a uma remuneração equivalente à média do funcionalismo público estadual, hoje em R\$ 4.247, o que implicaria um reajuste de 75,33%.

O desestímulo criado pela situação aquém do esperado é verbalizado por praticamente todos os professores. E é ainda mais claro no caso daqueles que atuam também nas capitais. Um profissional da educação no estágio mais alto da carreira pode receber R\$ 8.400 na rede municipal, salário inalcançável para um professor da rede estadual. “Então, se invisto na minha formação, vou ter um retorno. No Estado, não. Tenho pós-graduação, tenho cursos de especialização e isso não me dá uma condição melhor de trabalho”, reclama Luciana Ferreira, professora da rede estadual há 22 anos.

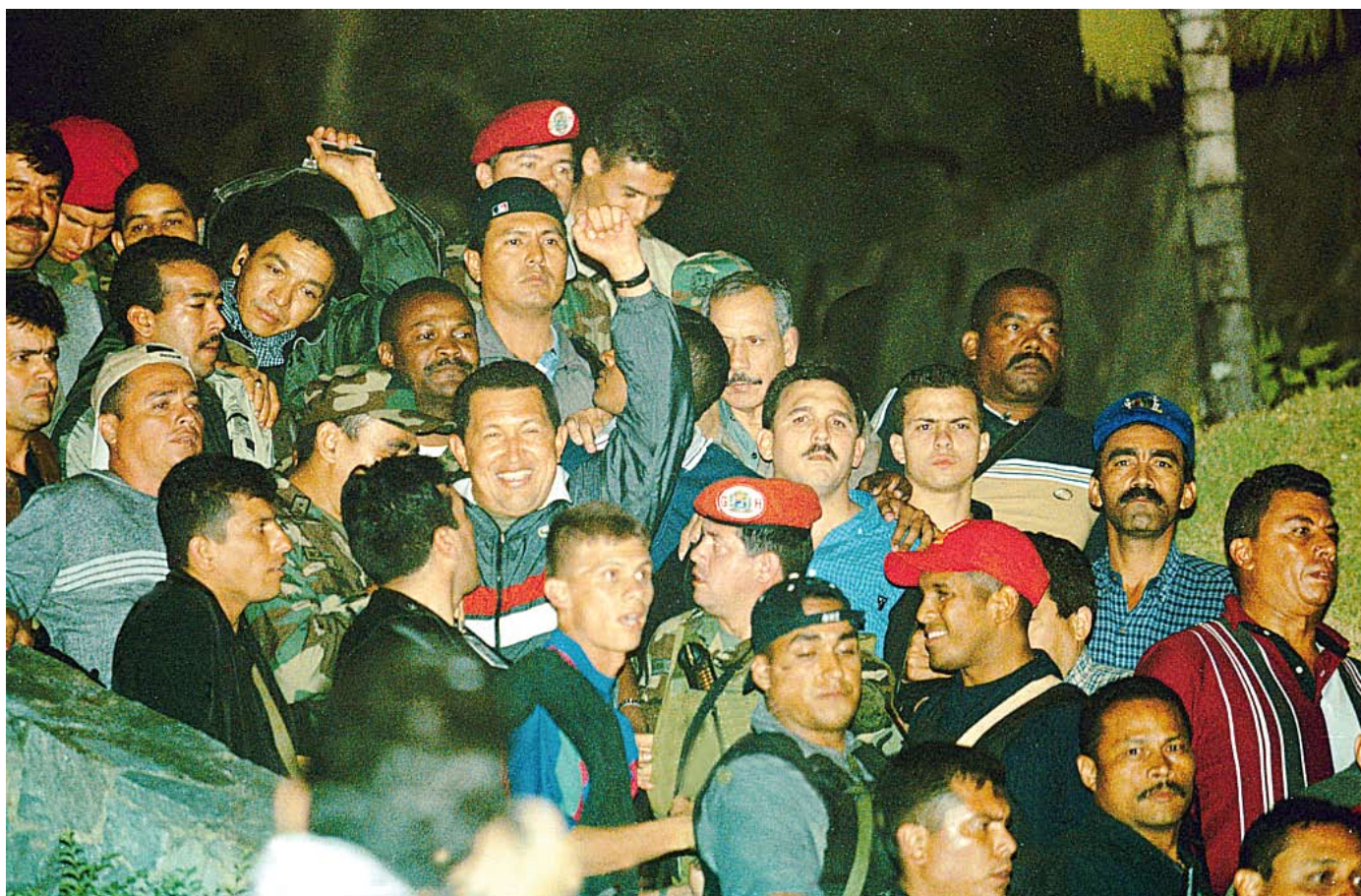
Se depender de Alckmin e Richa, Luciana, Bianca, Filomena, Sonia e Guiomar terão mesmo de procurar outros lugares para promover educação de qualidade.

ATAQUE MUDIÁTICO À DEMOCRACIA E AOS PROJETOS NACIONAIS

Frederico Füllgraf
Jornalista

“...Nossos adversários dizem: ‘Sim, anos atrás, nós garantimos a liberdade de opinião a vocês’. Sim vocês a nós! Mas esta não é uma prova de que nós a devemos garantir a vocês! Que vocês a deram a nós é apenas uma prova do burros que são!”

Joseph Goebbels
(discurso, 4/12/1935)



Hugo Chávez reassume em 2002

Em uma audiência para rádios e televisões católicas, ocorrida em março de 2014, ninguém menos que o Papa Francisco declarou: “Hoje, o clima midiático tem suas formas de envenenamento. As pessoas sabem, percebem, mas infelizmente se acostumam a respirar do rádio e da televisão um ar sujo, que não faz bem. É preciso fazer circular um ar mais limpo. Para mim, os maiores pecados são aqueles que vão na estrada da mentira, e são três: a desinformação, a calúnia e a difamação”.

O uruguaio Aram Aharonian, fundador da TeleSur, alerta: “Vivemos em plena batalha cultural: a guerra pela imposição de imaginários coletivos se dá através de meios cibernéticos, audiovisuais e da imprensa... São golpes baixos permanentes, notícias que não têm contextualização, mas que conseguem impactar o coletivo e já foram empregadas para desestabilizar os governos populares da América Latina”.

Está em curso a insurreição impulsionada por um “latifúndio midiático” contra os governos da Venezuela e Argentina, do Brasil e Equador, assinala Ignacio Ramonet, ex-diretor do *Le Monde Diplomatique*: “A principal batalha a ser esgrimida pelos governos democráticos e distribuidores de renda na América Latina é a da comunicação”.

No Brasil, enquanto hesita em aprovar a regulação do mercado de comunicação, prometida em campanha, o governo Dilma Rousseff vai perdendo a batalha. Na Argentina e no Equador, com penosa tramitação judicial, foram adotadas leis de regulação de mercado e de políticas

de comunicação, que não conseguiram conter as escaladas dos jornais *Clarín* (Buenos Aires) e *El Universo* (Quito). No recém-lançado livro *La internacional del terror mediático* (Buenos Aires, 2015), Aharonian fulmina: “Sem uma democratização da comunicação é muito difícil que tenhamos novas sociedades e democracias mais inclusivas e mais equitativas”.

Concertações e conspirações midiáticas não são novidade no Brasil, cuja frágil república enfrentou duas delas: a partir de 1950, o ataque cerrado ao governo Getúlio Vargas, e — pela mesma falange constituída por *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Diário de Notícias*, *O Estado de S. Paulo* e os *Diários Associados* — a desestabilização do governo João Goulart, entre 1961 e 1964. Vejamos agora, resumidamente, como se deu na Venezuela a acachapante promiscuidade e envolvimento institucional da mídia privada em um golpe de Estado.

Pesquisa feita por Eva Golinger, uma advogada norte-americana, revelou que em 64 dias de locaute na Venezuela as quatro maiores emissoras de TV trocaram os programas habituais por nada menos do que 17.600 anúncios contra o governo Chávez

Ao obter folgada maioria de 56,20% dos votos, em 6 de dezembro de 1998, o então tenente-coronel da reserva Hugo Chávez, candidato de uma frente ampla, nacionalista e progressista, elegeu-se presidente da Venezuela com um projeto de reformas centradas na nacionalização do petróleo e no combate à pobreza, na qual estavam mergulhados 43,9% da população.

Consciente da oposição que lhe fariam a tradicional oligarquia e as novas forças neoliberais, Chávez vislumbrou uma reforma da Constituição como ferramenta jurídica para deslanchar os programas prometidos em campanha. Para legitimar a reforma, realizou-se o Referendo de abril de 1999, mediante o qual 87,75% dos eleitores se pronunciaram favoravelmente a uma Assembleia Constituinte e a uma nova Constituição. Promulgada em dezembro de 1999, ela garantiu a reeleição de Chávez em 30 de julho de 2000. Em novembro do mesmo ano, a Assembleia Nacional aprovava a *Ley Habilitante*, que dotou o presidente de poderes especiais para aprovar um pacote de 49 medidas de notável impacto social e político.

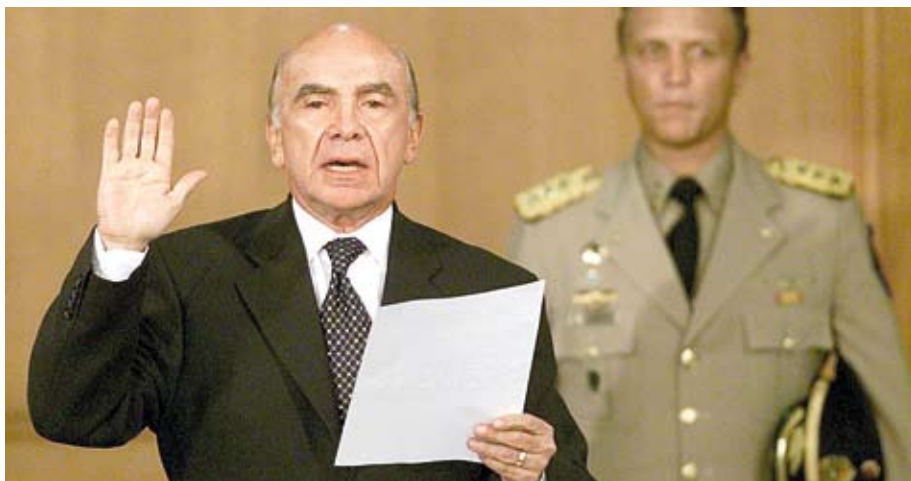
Da *Ley Habilitante* derivaram a Lei Orgânica de Hidrocarburetos, que aumentou em 30% a tributação das petroleiras transnacionais e fixou em 51% a participação acionária do Estado nas sociedades mistas, como a Petróleos de Venezuela (PDVSA), na qual Chávez denunciara uma “caixa preta” de operações ilícitas; a Lei de Pesca, que proibiu a pesca industrial de arrasto, com benefícios para os pescadores artesanais; e a Lei de Terras e

Desenvolvimento Agrário, que permitiu a expropriação de latifúndios, beneficiando camponeses sem terra e pequenos agricultores.

Mal foram aprovadas, o setor empresarial e seus partidos as acusaram de “inconstitucionais”, e ao governo Chávez de “anti-democrático”. Confrontacionista, já em 10 de dezembro de 2001 a central patronal Federação Venezuelana de Câmaras de Comércio (Fedecâmaras) conclamou a Venezuela a uma greve geral patronal “de advertência”, com palavras-de-ordem pela renúncia de Chávez.

A advogada norte-americana Eva Golinger, citada pelo jornalista Renato Rovai no livro *Midiático poder: o caso Venezuela e a guerrilha informativa* (São Paulo, 2007), revelou os resultados de pesquisa que conduziu, segundo a qual nos 64 dias do locaute as quatro principais emissoras de TV suspenderam sua programação habitual, banindo da grade comerciais, telenovelas e desenhos animados, para inserir nada menos do que 17.600 anúncios contra o governo, que incitavam à sabotagem da economia.

Como trama paralela, em março de 2002 a criminalização de Chávez alcançava o paroxismo. No ultra-conservador *El Nacional*, editoriais eram substituídos por manchetes garrafais como “O terrorismo está entre nós” (15/3/2002), ou “Hugo Chávez confessou ser o chefe de uma rede de delinquentes” (21/3/2002), insinuando que “fontes dos serviços secretos revelaram acordos feitos com elementos ligados ao Hezbollah [...] controlados pela Embaixada do Irã”.



Na Venezuela, golpista Pedro Carmona assume a presidência (2002)

Partido xiita, legalmente constituído, e maior rede de assistência médica e social do Líbano, o Hezbollah fora colocado na lista de países e organizações “terroristas”, urdida pelo Departamento de Estado dos EUA e países europeus, aliados de Israel. Ridiculamente, até meados de 2015 Cuba também figurava nesta “lista negra”. Apropriando-se da difamação, a intenção de *El Nacional* foi comprometer Chávez com o “eixo do mal”.

No Brasil, Olavo de Carvalho e Reinaldo Azevedo tentaram vincular o governo Lula às FARC e ao narcotráfico, esgrimindo uma teoria da conspiração segundo a qual o Foro de São Paulo seria núcleo de uma intentona continental para instalar uma “pátria grande comunista”

“Insultado, comparado a Fujimori, Idi Amin Dada, Mussolini e Hitler, tratado como fascista, ditador e tirano, o presidente ‘bolivariano’ sofre ataques que, em qualquer país, dariam lugar a uma ação legítima por ofensa ao chefe de Estado”, anotava Maurice Lemoine em seu emblemático ensaio “*Dans les laboratoires du mensonge au Venezuela*”, publicado por *Le Monde Diplomatique* em agosto de 2002.

No Brasil, factóide semelhante seria plantado anos mais tarde por Olavo de Carvalho, dublê de articulista e astrólogo, e reverberado pelo jornalista Reinaldo Azevedo, blogueiro da revista *Veja* e sorte de porta-voz midiático dos porões da extrema-direita: tentava-se vincular o governo Lula às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e ao narcotráfico (“Relações perigosas: as FARC, o PT e o Governo Lula”, *Veja*, 16/5/2010), esgrimindo uma teoria da conspiração repetida *ad nauseam*, segundo a qual o Foro de São Paulo, coordenação de partidos de esquerda e nacionalistas latino-americanos, seria o núcleo de uma

intentiona continental para instalar uma “pátria grande comunista”.

Desde a chegada de Chávez à presidência, “os cinco principais canais de televisão privados — Venevisión, Radio Caracas Televisión (RCTV), Globovisión, Televen e CMT — e nove dos dez grandes jornais nacionais (*El Universal, El Nacional, Tal Cual, El Impulso, El Nuevo País, El Mundo* etc.) substituíram os partidos políticos tradicionais, relegados ao vazio pelas vitórias eleitorais do presidente”, resume Lemoine na sua crônica.

Quatro meses após sua reeleição, na madrugada de 12 de abril de 2002, Hugo Chávez é preso por um comando golpista do exército venezuelano e abduzido à ilha de Orchila, distante 160 quilômetros da capital. A maioria dos meios de comunicação anuncia sua “renúncia”, mas não apresenta qualquer declaração de próprio punho de Chávez, ou gravação em vídeo. Naquelas horas, no maior canal privado de TV, o Venevisión do multimilionário Gustavo Cisneros, reina clima de confraternização de militares com jornalistas. “Tivemos uma arma de importância capital: a mídia. E como se apresenta a ocasião, aproveito para felicitá-la por isso”, declara ao vivo o vice-almirante Victor Ramírez Pérez à apresentadora Ibéyise Pacheco. Vaidosa, Pacheco admite que “há muito tempo” mantinha ligações privilegiadas com os oficiais golpistas. Sua colega Patricia Poleo, surpreendentemente bem informada, anunciava à TVE espanhola: “O próximo presidente será Pedro Carmona”.

De fato, às primeiras horas de 13 de abril, Pedro Carmona, líder da Fedecámara, toma posse como presidente *de facto*. Dissolve a Assembleia Nacional e a Corte Suprema com uma só canetada e declara letra morta a Constituição Bolivariana de 1999. Neste dia, Ibéyise Pacheco e Patricia Poleo são incensadas como as grandes vedetes da TV venezuelana e farão carreira não como profissionais do jornalismo, mas como militantes de um fenômeno doravante conhecido como *mídia golpista*.

Previsivelmente, Estados Unidos e Espanha, incentivadores dos golpistas, precipitam-se, reconhecendo quase imediatamente o espúrio governo Carmona. Mas o Chile, governado então pelo “socialista” Ricardo Lagos, junta-se também a eles.

Alarmados, eleitores e simpatizantes de Chávez acodem às ruas de Caracas. A Polícia Metropolitana tenta, mas não consegue debelar as multidões que tomam a cidade. Em menos de 48 horas, forças constitucionais do Exército libertam Chávez. Eleito em 1998, “relegitimado” em 1999 e reeleito em 2002, 2006 e 2012, ele assumiu seu terceiro mandato como alvo de uma escalada midiática sem precedentes, na qual todas as armas da guerra psicológica (factoides, mentiras, difamação, incitação à violência e ao golpe de Estado) foram empregadas.

Em 2013, quando Chávez faleceu e Nicolás Maduro assumiu o governo, Pacheco e Poleo emigraram para Miami, onde dão continuidade ao *periodismo basura*, que em suas páginas do Facebook pede “curtidas” da extrema-direita continental.

*Fenômeno ainda não
suficientemente estudado,
durante os governos Lula
da Silva e Dilma Rousseff
o Brasil foi tomado de
assalto por fundações e
ongs (institutos Liberal,
Millenium e outras) que
incitaram manifestações
de 2014 e 2015*

A escalada anti-Chávez ganhou em intensidade após o anúncio feito por ele, no V Foro Social Mundial (Porto Alegre, 2005), do “Socialismo do século XXI” como programa de governo, e a fundação, em 2008, do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV).

É oportuno recordar que naqueles anos ocorriam protestos na Ucrânia, conhecidos como “Revolução Laranja”, que culminaram com a anulação da vitória eleitoral de Viktor Yanukovich à presidência e um segundo escrutínio ordenado pela Suprema Corte (submetida a uma escalada ensurdecadora na mídia internacional), que consagrou Yushchenko como vitorioso sobre Yanukovich, com 52% contra 44% dos votos.

Investigações sobre a “Revolução Laranja”, entre elas do *The Guardian* londrino, concluíram que o principal articulador dos protes-



tos era Givi Targamadze, ativista que em 2003 instalara na vizinha Georgia um governo aliado da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), feroz inimigo da Rússia, contra a qual instigaria a guerra de 2008. Targamadze tinha ligações com uma organização denominada “Instituto Liberdade”.

Ora, o Instituto Liberdade está presente no Brasil. Sua filial opera em Porto Alegre e integra uma rede de 40 *think tanks* distribuídos por América Latina e Caribe. Entre seus curadores internacionais constam diretores da Mont Pelerin Society (MPS), com sede na Suíça, fundada por luminares do pensamento neoliberal militante, como Ludwig von Mises, Milton Friedman e Friedrich Hayek — os dois últimos sempre lembrados como consultores da política econômica da ditadura de Augusto Pinochet, no Chile.

Na rubrica “Quem Somos”, o instituto apresenta-se como uma “organização não governamental” (ong) e resume sua missão neoliberal militante: “O Instituto Liberdade é um *think tank* por excelência, pois firma-se no mercado local, nacional e internacional como produtor de idéias e construtor de influências. [...] O Instituto Liberdade defende o Estado de Direito, a descentralização do governo, a economia de mercado e apóia os empreendedores intelectuais multidisciplinares na produção de análises e recomendações em políticas públicas, seguindo os preceitos da Escola Austríaca de Economia” (<http://goo.gl/fuSdrk>).

Fenômeno ainda não suficientemente estudado, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff o Brasil foi tomado de assalto por uma plethora de fun-

dações e ongs (como os institutos Liberal, Millenium e outras) que incitaram as manifestações de 2014 e 2015, usadas pelo PSDB contra o governo federal e nas quais grupos de extrema-direita conquistaram um protagonismo que não se via há muitos anos. Prova disso é a desenvoltura com que circulou nessas marchas o ex-delegado Carlos Alberto Augusto (“Carlinhos Metralha”), identificado como torturador pela Comissão Nacional da Verdade: ele chegou a discursar em defesa da Ditadura Militar e do fuzilamento de militantes de esquerda.

O cientista político Gene Sharp, da Universidade de Ohio, é apontado como estrategista de operações subversivas ditas “não-violentas” e mentor do conceito de “golpe de Estado brando”. Seu livro, *Da ditadura à democracia: uma estrutura conceitual para a Libertação*

(Bangkok, 1993), financiado pelo Instituto Albert Einstein, de Boston, traduzido para vários idiomas, inclusive o português, e disponível em PDF na internet, ainda hoje é cultuado como bíblia e manual das organizações de extrema-direita na América Latina.

Em 2013, o Congresso do Equador aprovou a Lei Orgânica de Comunicação, que proibiu, de forma inédita na América Latina, que bancos sejam sócios ou controladores de veículos de comunicação. Neste momento a campanha do jornal El Universo contra Rafael Correa foi encampada pela mídia escrita espanhola

Segundo Sharp, a estratégia do “golpe brando” pode executar-se em cinco etapas hierarquizadas, ou implementadas de modo simultâneo, assim resumidas por Enrique Alfonso Rico Cifuentes (*La guerra mediática y el “golpe suave”*, Argonpress, 4/5/2014):

“1ª. *Criação de matrizes de opinião*, centradas em déficits reais ou potenciais, cavalgamento (= reiteração) de conflito e descontentamento, denúncias de corrupção, etc.; 2ª. *Deslegitimação*: manipula-

ção de preconceitos anticomunistas, acusações de totalitarismo e pensamento único; 3ª. *Esquentamento das ruas*: reiteração de conflitos, fomento de passeatas e marchas, expondo falhas do governo; 4ª. *Combinação de diversas formas de luta*: marchas convertidas em plataforma publicitária, operações de guerra psicológica, criação de clima de ingovernabilidade, boataria de golpe militar; 5ª. *Forçar a renúncia da/o Presidente de turno*: arruaças, provocação de guerra civil, contemplando a ‘destituição constitucional’ do Presidente”. Quem acompanha o desenrolar da cena brasileira ao longo de 2014 e 2015 certamente encontrará fortes coincidências com este *script*.

Ao reduzir os índices de pobreza de 38,3% para 25,8% em oito anos e resgatar da miséria 1,3 milhão de equatorianos numa população de 15,7 milhões de habitantes, desde que assumiu seu mandato presidencial, em 15 de janeiro de 2007, Rafael Correa é uma pedra no sapato dos “mercados” e da geopolítica dos EUA.

Em 2009, o equatoriano rompeu o acordo que permitia aos EUA manter uma base militar em Manta e em 2013 a Corte Nacional de Justiça condenou a petroleira Chevron (ex-Exxon) a pagar US\$ 9,5 bilhões por graves danos ambientais na Amazônia equatoriana. No primeiro semestre de 2015, bastou Correa submeter ao parlamento seu projeto de lei sobre taxaçaõ de heranças e vendas de bens de raiz (baseando os tributos não no valor em escritura, mas segundo a valorizaçaõ no mercado: “*impuesto de plusvalía*”), elite e classe média equatorianas

foram à luta com gritos de “Fora Correa!”.

A campanha midiática lançada contra a Alianza País de Correa data de 2007, mas recrudescu em fevereiro de 2012, quando a Corte Nacional do Equador ratificou a sentença contra *El Universo* por injúria a Correa. O motivo: segundo editorial deste jornal intitulado “*NO a las mentiras*” (6/2/2011), durante o motim de 30 de setembro de 2010 contra a lei que previa cortes nos salários da polícia, apelidado “30S” (motim este unanimemente caracterizado por observadores e mídia independentes como tentativa de golpe de Estado), Correa mandara uma tropa que lhe era leal abrir fogo contra um hospital repleto de civis. *El Universo* decidiu, assim, definir Correa como “ditador sanguinário” que cometera “crime de lesa-humanidade”.

O editorial não correspondia aos fatos. Seu autor, Emilio Palacio, foi condenado a três anos de prisão e o jornal a uma reparação de danos morais no valor de US\$ 40 milhões. Posteriormente, editorialista e jornal tentaram safar-se da sentença e pediram desculpas. Correa perdoou o crime de imprensa, mas antes disso Palacio preferiu pedir “asilo político” aos EUA, onde dá continuidade ao cerco midiático ao governo equatoriano. Em outubro de 2012, Palacio foi recompensado ao receber o Prêmio “Columnista del Mundo”, ruidosamente outorgado pelo jornal conservador espanhol *El Mundo*, espécie de porta-voz do Partido Popular.

Quando o Congresso equatoriano aprovou a Lei Orgânica de Co-

municação, em 2013, estabelecendo a proibição, inédita na América Latina, de bancos como sócios ou controladores de veículos de comunicação, a campanha do *El Universo* foi encampada pela totalidade da mídia escrita espanhola: os franquistas *ABC* e *La Vanguardia*, os jornais do grupo Prisa *El Mundo* y *El País* (envolvidos com o PSOE), e a agência noticiosa EFE, cujo principal acionista é o Estado.

Na América Latina, o grupo espanhol Prisa controla emissoras de TV e rádio na Bolívia, Colômbia, México, Argentina. Neste último país associou-se aos grupos proprietários dos jornais Clarín e La Nación na empresa Papel Prensa

No ensaio “Golpes Sem Fronteiras?” (*Le Monde Diplomatique Brasil*, 1/8/2002), Maurice Lemoine adverte que para entender algumas estranhas “sinergias” é recomendável observar que “a versão dos fatos difundida pelos órgãos de imprensa locais é encontrada freqüentemente, de forma idêntica, em vários meios de comunicação internacionais: *New York Times*, *Washington Post*, CNN, *El Tiempo*, Rádio e TV Caracol, RCN... Entre eles, destaca-se particularmente o diário espanhol *El País*. Sobre um fundo de interesses



Rafael Correa toma posse em 2007

econômicos e financeiros, pode-se às vezes compreender a razão de tais ‘sinergias’”. Uma delas entrou em ação quando o governo Cristina Kirchner decretou a expropriação da multinacional Repsol (controlada por capitais espanhóis) no consórcio petrolífero YPF, tornando-se objeto de furiosa campanha de *El País* contra a Argentina.

Na América Latina, a *holding* Prisa controla um canal de TV e três jornais da Bolívia, bem como várias das emissoras mais influentes do continente, como a TV Caracol na Colômbia, Grupo Latino de Rádio, Radiópolis no México. Na Argentina possui a Rádio AM 590 e é sócia dos grupos proprietários dos jornais *Clarín* e *La Nación* na empresa Papel Prensa: juntos tornaram-se donos de 90% do papel de impressão para jornais e revistas na Argentina.

A excelente investigação realizada pelo documentário *El segundo desembarco. Multinacionales españolas en América Latina* não deixa dúvidas: a mídia espanhola, capitaneada por *El País* e Grupo Prisa, opera como guarda pretoriana midiática do grande capital ibérico no continente. Atraídos pela privatária neoliberal que antecedeu a maioria dos governos progressistas, os bancos Santander, BBVA e Bankia, juntamente com Telefónica, Repsol, Iberdrola, Endesa e Gas Natural Fenosa, realizam simbolicamente o “segundo desembarque” espanhol nas Américas, empreendendo o truculento saque dos mercados de serviços e de recursos naturais. Não é de estranhar-se que, eventualmente, tais interesses coincidam com os de grupos nacionais engajados na desestabilização de regimes democráticos, e a eles se associem em tal empreitada.

UM GOVERNO QUE SANGRA DEPOIS DE “VIRAR DO AVESSO”

Tatiana Merlino
Jornalista



Nem mesmo a adesão à agenda neoliberal e ao “ajuste fiscal” preconizado por seus adversários — fixação de altos juros, cortes nos gastos sociais e outras medidas recessivas — livrou a presidenta Dilma Rousseff da crise econômica e das ameaças de destituição. Depois de estimular o golpismo nas jornadas de março de 2015, o oligopólio da mídia dividiu-se em agosto, quando o Grupo Globo passou a censurar o PSDB por insistir no impeachment. A esquerda lembra: o governo Dilma precisa assumir o programa que a elegeu

A virada foi surpreendente. Eleita com um programa claramente de esquerda para os padrões brasileiros, centrado no crescimento econômico, na geração de empregos e nos gastos sociais, a presidenta Dilma Rousseff deu o dito por não dito e assumiu a agenda neoliberal. O roteiro é bastante conhecido, mas vale a pena recapitular, em rápidas pinceladas.

Tudo começou com a escolha de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda (lembrando-se que o primeiro a ser convidado por ela para o cargo foi Luiz Trabuco, presidente do Bradesco) e o pacote, anunciado já em 2014, de restrições ao seguro-desemprego, seguro-defeso, pensões e auxílios. Depois a ruralista Kátia Abreu seria convidada a assumir a pasta da Agricultura, sinalizando a clara opção pelo agronegócio. O Banco Central, a pretexto de combater a inflação, elevou a taxa Selic a 14% ao ano, catapultando os juros de todo o sistema financeiro e impondo forte retração na economia.

Depois veio novo pacote, tendo como eixo o corte de R\$ 60 bilhões no Orçamento, que implica reduzir em 30% os investimentos no programa Minha Casa, Minha Vida e congelar os salários do funcionalismo público federal. Vivendo sob uma crise política e econômica agravada no segundo semestre de 2015, com impacto negativo sobre a arrecadação provocado pelo próprio ajuste fiscal recessivo, Dilma anunciou que pretende recriar a CPMF pelo período de quatro anos e transformar o *déficit* de R\$ 30,5 bilhões nas contas públicas, em 2016, em um superávit de R\$ 60,4 bilhões.

Por fim, no início de outubro, buscando recompor sua base de



Genial charge de Laerte na Folha de S.Paulo critica editorial do próprio jornal

apoio no parlamento contra as ameaças de *impeachment*, Dilma realizou uma reforma ministerial que não apenas concedeu maior número de pastas ao PMDB — os deputados Marcelo Castro e Celso Pansera, ligados ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, passam a comandar Saúde e Ciência, Tecnologia e Inovação — como eliminou oito ministérios, a maioria deles ligados a temáticas populares, em nova agressão aos movimentos sociais neles representados.

“O atual caminho não passa de uma capitulação em câmera lenta”, define Valter Pomar, professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) e ex-secretário de Relações Internacionais do PT, sobre o novo pacote de “ajuste fiscal” apresentado em 14 de setembro por Dilma. “A política de ajuste recessivo é um golpe contra a expressão majoritária do voto popular. Golpe que agride e desorienta nossas bases sociais e alimenta o golpismo de direita”, afirma Pomar, em artigo intitulado “Capitulação em câmera lenta”.

O anúncio presidencial, feito um dia depois da publicação de um editorial do jornal *Folha de S. Paulo* intitulado “Última Chance”, gerou manifestações de movimentos sociais e sindicatos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, externou um duro protesto: “Somos contra o ajuste fiscal e consideramos que o governo Dilma está implementando medidas de ajuste neoliberal, que ferem direitos dos trabalhadores e cortam investimentos sociais”.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, defensor declarado do mandato da presidente contra as reiteradas ameaças de *impeachment*, deplorou as novas medidas do governo: “É um pacote recessivo, que imputa a culpa da crise aos trabalhadores. Se a intenção do governo com o pacote era tentar aliviar a pressão da grande mídia, ela continua contrária ao pacote do mesmo jeito, chamando-o de ‘incipiente’. Ou seja, não dialoga nem com o empresariado, nem com os trabalhadores que são aqueles para quem o governo deveria governar”.



Venício Lima



Maria Inês Nassif

Na opinião de Maringoni, o editorial da Folha de 13/9 (“Última Chance”) “vocaliza a vontade da Casa Grande”. Pomar, por sua vez, acredita que “mais do que chantagista”, esse editorial é golpista. “Ou seja, caso Dilma não aceite destruir os direitos sociais, eles a destruirão”

Na visão de Pomar, a nova rodada de cortes confirma que a política de ajuste recessivo provocou mais desajuste fiscal, além de recessão e desemprego. “Precisamos implementar o programa que o povo escolheu em outubro de 2014. Esse é o caminho, também, para defender as liberdades democráticas e garantir o mandato da presidenta Dilma”, afirma o professor da UFABC.

“Medidas extremas precisam ser tomadas”, disse a *Folha de S. Paulo* no editorial publicado na capa do jornal. “Impõe-se que a presidente leve o quanto antes ao Congresso — e a que este abandone a provocação e a chantagem em prol da estabilidade econômica e social”. Defendeu, ainda, “cortes nos gastos”, os quais “terão que ser feitos como radicalidade sem precedentes, sob pena de que se tornem pesadelos ainda piores, como o fantasma da inflação descontrolada”. E segue: “Serão imensas, escusado dizer, as resistências da sociedade a iniciativas desse tipo. O país, contudo, não tem escolha. A presidente Dilma Rousseff tampouco: não lhe restará, caso se dobre sob o peso da crise, senão abandonar suas responsabilidades presidenciais e, eventualmente, o cargo”.

Na opinião de Gilberto Maringoni, também professor da UFABC e candidato a governador de São Paulo pelo PSOL nas eleições de 2014, o editorial da *Folha* “vocaliza a vontade da Casa Grande, os desígnios de quem sempre foi chamado de ‘senhor’”. A seu ver, o texto se aproveita de “uma presidenta e de um partido que se acovardaram

diante das classes dominantes” e que fazem o papel de feitor dos interesses de quem manda. “Como não tem escolha? Claro que tem escolha!”, afirma. “A escolha passa pela presidente abandonar a mediocridade, o compromisso com seus patrocinadores fiduciários e voltar a se conectar com quem a elegeu. Passa por abandonar a covardia e a vergonhosa moderação que adotou”.

Pomar, por sua vez, acredita que o editorial da *Folha*, “mais do que chantagista”, é golpista. “O título é muito claro: ‘última chance’. Ou seja, caso Dilma não aceite destruir os direitos sociais, eles destruirão Dilma”. Mas a presidenta tem outra opção, propõe: “Esta outra escolha é simples: cumprir o programa vencedor nas eleições de 2014. Resumidamente: reduzir a taxa de juros, alongar o pagamento da dívida pública, impor controle de câmbio, lançar mão das reservas internacionais, tributar as grandes fortunas e compreender que o caminho para superar a crise passa pelo crescimento e o crescimento exige ampliar — e não cortar — os investimentos públicos e sociais”.

Ao iniciar governando com o programa do adversário, avalia Pomar, “Dilma perdeu parte do apoio que a elegeu e não ganhou um traço de apoio dos inimigos. Resultado: optou por tornar-se um governo politicamente minoritário”. O mais grave, acredita, é que o governo não demonstra aprender com seus erros. “O ajuste não ajustou nada, desajustou. E desajustou principalmente o emprego e o crescimento. E os acenos à direita só fortalecem a direita”.

“Os grupos empresariais de mídia sempre estiveram envolvidos nas prin-

cipais crises políticas e sempre estiveram numa posição de articulação direta e de participação direta de movimentos contra a democracia”, afirma Venício Lima, professor titular da UnB

A movimentação pelo *impeachment* de Dilma Rousseff contou, desde o início, com a cobertura sistemática por parte do monopólio midiático brasileiro, que, por exemplo, destacou intensamente as manifestações ocorridas em março deste ano. A TV Globo chegou a deixar de transmitir duas telenovelas para priorizar a cobertura do ato nacional. A Globo News passou todo o dia 15 de março em cobertura ao vivo: os âncoras e repórteres defendiam as manifestações e anunciavam a chegada de “milhares de pessoas” à avenida Paulista, em São Paulo, em tom efusivo.

“Eu não vejo esse cenário com surpresa. Se olharmos para a história política do Brasil desde que existem os oligopólios de mídia, salvo raras exceções, os grupos empresariais de mídia sempre estiveram envolvidos nas principais crises políticas e sempre estiveram numa posição de articulação direta e de participação direta de movimentos contra a democracia”, afirma o jornalista e sociólogo Venício Lima, professor titular de Ciência Política e Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) e autor de vários livros sobre o tema, como *Mídia: Teoria e Política* (2001) e *Cultura do Silêncio e Democracia no Brasil* (2015).

Porém, a partir de agosto, os veículos de comunicação e setores do empresariado que estavam apostando no *impeachment* de Dilma mudaram de posição e passaram a defender um caminho mais *light*. As-

sim, as manifestações antiDilma que ocorreram em 16 de agosto foram mais esvaziadas que as de março. Dez dias antes, as federações das indústrias de São Paulo (Fiesp) e do Rio de Janeiro (Firjan) divulgaram uma nota conjunta de apoio à proposta de “união” apresentada no dia anterior pelo vice-presidente da República, Michel Temer, que fez um apelo para que “todos se dediquem a resolver os problemas do país”.

Na nota, assinada em nome da “indústria brasileira”, as federações afirmaram que a situação política e econômica do país é a “mais aguda dos últimos vinte anos”. “É hora de colocar de lado as ambições pessoais ou partidárias e mirar o interesse maior do Brasil”, diz o texto, que defende que o governo “faça sua parte cortando suas próprias despesas, priorizando o investimento produtivo; deixando de sacrificar a sociedade com aumentos de impostos”.

No dia 7 de setembro, o jornal *O Globo* publicou um editorial surpreendente, intitulado “Manipulação do Congresso ultrapassa limites”, no qual se posicionou contra o *impeachment* de Dilma, defendeu o esforço pela governabilidade da presidenta e criticou o PSDB, chamando-o de “inconsequente”. Um dia depois, o “Jornal Nacional” da TV Globo, telejornal de maior audiência do país, também se colocou contra o *impeachment* e chamou de irresponsáveis os que pretendem tirar Dilma da presidência.

Cinco dias depois, *O Globo* voltaria à carga, mas agora contra as pressões do PT para que Dilma cumpra o programa para o qual foi eleita. Intitulado “A opção suicida da ‘virada à esquerda’”, o editorial

principia alvejando Lula por suas declarações sobre a decisão da agência de classificação de riscos Standard & Poor’s de rebaixar o Brasil e contra cortes no Orçamento. (A “nota baixa” conferida pela Standard & Poor’s tornou-se, aliás, novo motivo de histeria da mídia, em especial do Grupo Globo, cujos comentaristas a interpretaram como uma espécie de “pá de cal” no governo.)

“Esta postura populista clássica [de Lula] não é surpresa, mas ganha importância por ser exposta num momento-chave de Dilma, em que ela, diante do rebaixamento do país na avaliação da agência internacional, precisa optar entre fazer um correto ajuste no Orçamento, pelo lado das despesas, ou enveredar pela aventura da ‘fuga para frente’. Quer dizer, assumir o discurso de que o verdadeiro problema não é cortar o Orçamento, mas gerar receitas tributárias por meio da retomada do crescimento”, diz *O Globo*.

“É um jogo de ‘quase lógica’, em que teses erradas são justificadas por jogo de palavras e contorcionismos de raciocínio. O grave é que, dentro do governo e no PT, há quem defenda esta ‘fuga’, numa volta de 180 graus na política econômica de Joaquim Levy”. Por fim, adverte o diário da família Marinho: “Como não existe mágica, a ‘virada à esquerda’ é a receita de uma hecatombe. Talvez sequer o governo Dilma resistisse a um Congresso pressionado pela disparada da inflação, fuga de capitais e aprofundamento da recessão. Tudo ao mesmo tempo e de maneira quase instantânea”.

Portanto, enquanto a *Folha de S. Paulo* concede ao governo a “última chance”, *O Globo* vaticina: se Dilma



Eduardo Cunha

recuar e quiser cumprir o programa aprovado por 54 milhões de brasileiros, levará o país a uma “hecatombe”.

“Por falta de avaliação correta do governo, a crise tornou-se muito maior do que era. Dilma acreditou no movimento especulativo do mercado contra seu governo. Superestimou o problema e deu motivos para que profecias catastróficas se realizassem”, diz Maria Inês

Dias depois dos recuos das entidades da indústria e do oligopólio da mídia, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), apresentou a chamada “Agenda Brasil”, conjunto de propostas para sair da crise e retomar o crescimento econômico. O documento envolveria uma troca: se

assumido pelo governo, o presidente do Senado bancaria a governabilidade no Congresso. Porém, a agenda, que se supõe tenha surgido de encontros entre Renan e a família Marinho (Grupo Globo), previa, inicialmente, cobrança dos usuários do Sistema Único de Saúde, privatizações, concessões, perda de direitos trabalhistas e previdenciários, redução das garantias territoriais dos povos indígenas. E recebeu forte repúdio dos movimentos sociais e partidos de esquerda. Ao que parece, a recomposição ministerial relegou a Agenda Brasil a segundo plano.

Na avaliação da jornalista Maria Inês Nassif, a mudança de tom do momento pode ser atribuída a uma pressão “de fora para dentro”. “O fato é que, por inabilidade de Dilma, falta de avaliação correta do governo e uma ofensiva irresponsável da oposição, a crise tornou-se muito maior do que era efetivamente para ser. Dilma tinha problemas a resolver, mas acreditou no movimento especulativo do mercado contra seu próprio governo. Superestimou o problema e deu motivos para que as profecias catastróficas sobre a eco-

nomia se realizassem”, define.

Além disso, pontua, o pacote fiscal que foi anunciado depois das eleições levou a um esvaziamento das bases sociais, as mesmas que foram responsáveis por definir a vitória de Dilma no segundo turno. Assim, acredita, “a presidente ficou sem defesas diante de um ataque especulativo do mercado, das oposições e da mídia; e desarmada diante da ofensiva do juiz Sérgio Moro contra a Petrobras”.

Desse modo, o ataque constante e reiterado da oposição, da mídia e da Justiça enfraqueceu tanto o governo quanto a economia, “inclusive porque esterilizou medidas para enfrentar o impacto econômico da Operação Lava-Jato, num momento em que a economia já se desaquecia, por razões externas e devido a decisões erradas do passado, como a retenção do preço interno do petróleo por muito tempo”, avalia Maria Inês.

A Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, escândalo sob forte holofote da mídia brasileira, pode ser considerada uma das principais causas da crise política pela qual passa o país. A jornalista a avalia como “assustadora”, em primeiro lugar porque um juiz federal de primeira instância abre mão de ritos processuais que garantem a defesa dos acusados. “É aplaudido por isso e não é contido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ou pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”. (Registre-se que as declarações de Maria Inês à *Revista Adusp* foram anteriores à decisão do STF de retirar da alçada do juiz Moro uma parte dos processos, causando enorme irritação de certos observadores midiáticos.) Em segundo lugar, porque “é óbvio que as prisões

dos implicados foram feitas como coação, para forçar a delação premiada”. Depois, porque é seletiva. E, por fim, por consolidar o “absurdo jurídico inventado pelo então ministro Joaquim Barbosa, no julgamento do mensalão: o domínio do fato”.

A soma de todas as ações jurídicas que se consolidam desde o julgamento da ação do denominado “mensalão”, resume Maria Inês, “dão poder desmesurado à Justiça, relativizam o direito de defesa do cidadão e colocam qualquer um em risco”, daqui para frente. “Existem outras formas, mais legítimas, de fazer uma investigação de corrupção e de combater esse mal com eficácia, mas garantindo os direitos de defesa dos acusados”.

Já na opinião de Maringoni, embora a Operação Lava-Jato não seja neutra, ela é extremamente positiva, já que é a primeira operação judicial de envergadura que vai atrás dos corruptores. “Nesse sentido, ela já seria positiva, pois está indo atrás da fração do capital, o topo de empresários mais ligados ao Estado, que são os empreiteiros. Gente que cresceu na Ditadura, nos governos Collor, Lula e FHC. Mas claro que ela é parcial. Os governistas ficam perguntando: ‘Por que não vão atrás do *SwissLeaks*?’ Mas não podem dizer que essa operação não pode acontecer porque está indo apenas em cima do PT. Não é verdade: está indo para cima do Renan, do Eduardo Cunha, do Fernando Collor e do próprio Aécio. Ela é extremamente positiva”.

A Lava-Jato seria uma das muitas materializações dos fenômenos da criminalização e da judicialização da política, acredita o petista Pomar. Ambos seriam decorrentes de uma



Augusto Nardes, do TCU

crise estrutural não resolvida que se arrasta desde os anos 1980. “Essa crise tem uma dimensão macroeconômica e tem uma dimensão política: a fórmula cristalizada na Constituição de 1988 é ‘populista’ demais, do ponto de vista das elites; e conservadora demais, do ponto de vista dos setores populares. Na ausência de solução para a crise estrutural, a crise política vira crônica e degenera na violência endêmica, na corrupção sistêmica, na desmoralização das instituições, e, na ausência do fator militar, na judicialização da política”, diz.

Maria Inês, que se notabilizou na crônica política, observa que a equação oposicionista, de derrubar o governo a qualquer preço, teve como efeito colateral (e paradoxal) a imposição de sérias restrições ao setor financeiro e produtivo, que viveram anos de bonança nos governos do PT. “As declarações dos empresários contra o *impeachment* foram seguidas de um influxo na própria posição da grande mídia e no enfraquecimento da ala golpista do PSDB”.

Ela acredita que até os dias de hoje a oposição brasileira não conseguiu se livrar do modelo udenista



Gilmar Mendes, do STF

de fazer política: “Radical, direitista e, sobretudo, golpista”. A seu ver, o discurso de defesa da renúncia se enquadra nesse padrão, “como antes se enquadrava o discurso do *impeachment*, que na prática se traduz numa recusa em aceitar o fato de que perdeu as eleições”.

“Quando a gente fala em estelionato da Dilma, não é uma questão moral: é uma questão política séria, ela rompe com sua base. Isso é gravíssimo porque passa a ser um governo que não representa ninguém. Ela fica solta no ar”, avalia Maringoni

A reorientação de uma parte dos setores que pediam o *impeachment* de Dilma para uma linha de “defesa das instituições” ocorreu quando a crise econômica do país se acentuou



Senador Aécio Neves

e tais grupos viram que o governo Dilma “faria qualquer negócio para se manter no poder, para chegar em 2018 nas condições que forem”, acredita Maringoni. Tais grupos mudam de posição “de acordo com seus interesses de classe e avaliaram que fica mais barato não acontecer o *impeachment*, do ponto de vista deles — e digo barato não só no preço, mas que vai causar menos turbulência institucional manter esse governo. Não é necessário um golpe, não é necessário um *impeachment*”.

O cálculo seria o seguinte: se iniciado um processo para impedir a presidenta Dilma Rousseff, o país ficaria parado por meses, com os negócios refluindo. “Então, melhor para eles é tocar esse governo até onde dá”. O professor acredita que o *impeachment* seria contraproducente para tais setores não só por conta da turbulência no país, mas porque “não interessa hoje ao PMDB, PSDB assumir um país que está com a economia entrando no seu segundo ano de recessão”, e sofrer desgaste por causa disso. “Para eles, é melhor que Dilma toque o país até 2018, que fique sangrando pela recessão, que pague

a fatura do desemprego, da queda de renda, da inadimplência. ‘A culpa é do PT, deixa a conta na mão deles’”.

Porém, avisa ele, essa não é uma rota tranquila, “porque Dilma não tem habilidade política nenhuma e acha que pode fazer acordo com a elite e governar como se nada tivesse acontecido”. Para chegar a 2018 no cargo, Dilma terá de fazer negociações quase diariamente, acredita Maringoni. O que ocorreu ao longo do último ano, das eleições até agora, foi uma mudança na representação política do PT no governo, avalia.

“Se em 2002 e mais acentuadamente em 2006 ele representava os interesses do capital financeiro ao garantir taxas de juros, superávit primário, numa etapa de expansão conseguiu garantir também uma parte do orçamento para o aumento do salário mínimo, aumentos reais no salário, a garantia de alguns programas sociais focados para garantir a expansão do crédito”. No entanto, quando a crise chega e “o cobertor fica mais curto”, esse excedente orçamentário se encolhe e o PT tem de fazer uma escolha, mostrando-se um partido do *status quo*, que não se propõe a fazer uma mudança social.

“A escolha é por garantir o que está aí, a rentabilidade do capital. Então a mudança que ocorre é a da representatividade do PT junto aos pobres, aos trabalhadores. Ela foi rompida. Quando a gente fala em estelionato da Dilma, não é uma questão moral: é uma questão política séria, ela rompe com sua base. Isso é gravíssimo porque passa a ser um governo que não representa ninguém. Ao romper com a base, com os de baixo, ela fica solta no ar”.

“Nossa posição é que o PT diga ao governo para que mude, imediata, radical e globalmente a política econômica. E combata Cunha, Renan e Levy. Se não, o PT não recupera o apoio da velha classe trabalhadora e nunca vai conquistar o apoio da nova classe trabalhadora”

A postura do Partido dos Trabalhadores diante da crise política do país também é criticada por militantes e representantes do partido, que veem como principal erro o distanciamento de suas origens. O V Congresso Nacional do PT, ocorrido em junho de 2015 na capital baiana, foi marcado por contradições. Embora uma expressiva minoria que reunia mais de 40% dos delegados, composta por várias correntes internas, propusesse uma resolução dura, que expressava forte crítica à política econômica do governo e propunha uma guinada à esquerda no partido, ao final do encontro foi vitoriosa a posição moderada do grupo de Lula, fazendo da “Carta de Salvador” um documento anódino. (O que não impediu Lula de, dias depois, fazer acusações ao partido e aos seus militantes.)

Dentro do PT há duas posturas, explica Valter Pomar. “Um setor que compartilha das mesmas ilusões de Dilma: que 2015 será como 2003; e

outro setor, do qual eu faço parte, que considera que essas ilusões equivalem a ‘suicidar’ o partido. Nossa posição é que o partido diga ao governo para que mude, imediata, radical e globalmente a política econômica. E que combata as agendas [Eduardo] Cunha, Renan e Levy. Se não fizermos isto, o PT não vai recuperar o apoio que perdeu na velha classe trabalhadora e nunca vai conquistar o apoio da nova classe trabalhadora”.

A postura do partido diante da situação é péssima, acredita a jornalista Maria Inês: “Ela reflete o PT como é hoje: ao longo de onze anos de governo, afastou-se das bases e consolidou uma burocracia que, se tem boas intenções, não consegue traduzir isso em defesa do governo, ou dele próprio”. Seu diagnóstico: se o partido não se abrir a quadros novos e não dialogar mais francamente com os movimentos populares, não irá reconquistar seu espaço.

De acordo com Maringoni, o PT ficou a reboque do governo. “Não é mais um partido que dirige o governo, que tem influência sobre ele. Claro que sabemos que poder de Estado, de governo, é muito maior que de partido — depende de nomeações, de ministérios. Mas essa subordinação está comprometendo um partido que tinha vitalidade, história junto aos movimentos sociais, e está levando-o a perder sua legitimidade e representatividade na sociedade brasileira”.

De qualquer modo, os setores petistas mais vinculados às bases sociais do partido continuam a mobilizar-se com vistas a enfrentar em melhores condições o desastre anunciado. Unificar a esquerda para

barrar o avanço conservador é uma preocupação prioritária. Assim, com a participação decisiva de dirigentes e militantes petistas, e decididos a “lutar contra o golpismo, representado pelos setores mais conservadores, e o sequestro da agenda governamental pelos interesses do capital financeiro”, movimentos sociais, sindicatos, partidos e personalidades lançaram no início de setembro, em Belo Horizonte, a Frente Brasil Popular. CUT, MST, UNE, PT, PCdoB, Consulta Popular e agrupamentos políticos menores, como PCO e Unidade Popular (ex-PCR), integram a frente de esquerda, que pretende, unitariamente, responder à ofensiva conservadora.

Por outro lado, a intelectualidade petista também dá sinais de insatisfação. A Fundação Perseu Abramo (FPA), após reunir o seu Conselho Curador, lançou em fins de setembro, com outras entidades, o documento “Por um Brasil Justo e Democrático”, segundo o qual “a lógica que preside a condução do ajuste é a defesa dos interesses dos grandes bancos e fundos de investimento”.

Fundação oficial do PT, a FPA é presidida pelo economista Márcio Pochmann, professor da Unicamp e ex-presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). O ajuste fiscal em curso, diz o documento da FPA, provocou recessão, deterioração das contas públicas e redução da capacidade de atuação do Estado em prol do desenvolvimento. “Mais grave é a regressão no emprego, salários, no poder aquisitivo das famílias, nas políticas sociais”.

A deterioração do ambiente econômico e social, adverte a FPA,

“enfraquece o governo democraticamente eleito e amplifica a crise política e as ações antidemocráticas e golpistas que estão em curso, seguindo o roteiro traçado nos antecedentes da campanha eleitoral de 2014 para desconstruir os méritos do governo e evitar sua vitória”. O documento representa, portanto, uma enérgica tomada de posição, que desmente aqueles que vaticinavam a derrocada do PT.

Não obstante os esforços do governo e das esquerdas, a máquina do *impeachment* avançava em outubro e novembro, parecendo ignorar a recomposição do ministério. O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou por unanimidade em 7 de outubro um relatório do ministro Augusto Nardes que rejeitou as contas de 2014 do Executivo, oferecendo um saboroso pretexto para os articuladores do impedimento de Dilma. Um dia antes, o cerco já se estreitara quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) formalizou decisão definida por maioria em agosto e acatou ação do PSDB contra a chapa Dilma-Temer, sob a alegação de abuso de poder econômico, e que teve como artífice e grande defensor naquela corte o ministro Gilmar Mendes.

Assim, caminha-se para um desfecho que pode lembrar a deposição “constitucional” dos presidentes de Honduras, José Manuel Zelaya (2009) e do Paraguai, Fernando Lugo (2012). Que os principais protagonistas da movimentação pró-*impeachment* sejam figuras como Nardes, Cunha (investigados por corrupção) ou o presidenciável Aécio Neves, alvo de processos e delações judiciais, diz bem sobre os interesses em jogo.

AS VEIAS ABERTAS DA FACULDADE DE MEDICINA

Luiza Sansão
Jornalista

Ilustração de Vitor Flynn



Grupos de alunos veteranos da Medicina da USP, pertencentes a duas antigas organizações — a fraternidade Show Medicina e a Associação Atlética — reproduzem e perpetuam trotes humilhantes e violentos — machistas, homofóbicos, racistas — aplicados em calouras e calouros. Nesse contexto, como comprovam sindicâncias, inquéritos policiais e uma CPI realizada na Assembleia Legislativa, ocorrem até mesmo crimes sexuais, seguidos de forte assédio moral às vítimas

Terminou em 14 de março de 2015 o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que, instaurada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) em dezembro de 2014, apurou violações de direitos humanos ocorridas no âmbito das universidades paulistas, em especial trotes violentos e crimes sexuais. Antes de ganharem espaço na mídia, os diversos casos de violência praticados em ambientes universitários eram ainda ignorados por grande parte da sociedade, que se chocou ao tomar nota dos casos denunciados na CPI por alunos de diferentes universidades do Estado. Não por falta, contudo, de precedentes gravíssimos.

Há 16 anos, em 22 de fevereiro de 1999, o calouro Edison Tsung Chi Hsueh, da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), foi encontrado morto na piscina da Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz (AAAOC), onde foi jogado durante o trote — embora não soubesse nadar, conforme relatou, à época, a família do jovem de 22 anos. Quatro alunos “veteranos” do curso de Medicina foram indiciados e denunciados pela polícia, acusados de serem os autores do homicídio por afogamento, na festa de “recepção” em que calouros levaram sucessivos “caldos”. Um caso emblemático por suas circunstâncias e por seu desfecho. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou, em 2006, o trancamento da ação penal, por falta de provas. O Ministério Público Federal recorreu, mas a decisão do STJ foi mantida pelo Supremo Tribunal Federal em junho de 2013. Todos os ex-réus



Alunos da FMUSP depõem à CPI

são hoje médicos formados. Não perderam nem a liberdade, nem o diploma.

O episódio mesclou violência física, racismo e preconceitos diversos. Frederico Carlos Jaña Neto, então aluno da FMUSP e principal acusado da morte de Edison, chegou a ser preso por alguns dias, depois que a polícia descobriu que ele declarara, numa festa: “Eu matei o japonês [sic] que se afogou”. Ivan Marsiglia, repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*, apurou que ao longo de dez anos a família Hsueh, oriunda de Taiwan, não recebeu uma única visita de representantes da USP, ao passo que no seu curto período de cárcere Jaña Neto gozou da solidariedade de oito professores da faculdade (<http://goo.gl/HKz05p>). Mas isso não é tudo. Quando o corpo de Edison foi retirado sem vida da piscina, descobriu-se que nas suas costas estava pintado, em tinta colorida, o nome “Santa Casa”, referência depreciativa à escola de medicina que ele cursara por dois semestres,

antes de ser aprovado no vestibular do curso da USP.

“Não será tolerado qualquer tipo de manifestação estudantil que cause, a quem quer que seja, agressão física, moral ou outras formas de constrangimento, dentro ou fora do âmbito da universidade”, dizia a portaria divulgada pela USP na esteira do caso, em abril de 1999, reiterando que a punição para atos como estes seria de suspensão ou expulsão. Pura retórica. Embora tenha sido proibido por lei naquele mesmo ano (lei estadual 10.454, de 20/12/1999), o trote universitário ainda é frequentemente visto como um mero rito de passagem, em que estudantes mais velhos, “veteranos”, recebem os novos alunos, seus eternos “calouros”, com “brincadeiras”. Assim, apesar da proibição, o trote segue acontecendo em sítios e outros locais distantes das faculdades, ou mesmo em dependências dessas instituições de ensino, travestido de outras formas.

O tema é sazonal e, após denúncias pontuais, cai no esquecimento.

“A imprensa, às vezes, o mantém na agenda em fevereiro e março, mas logo depois tudo volta ao que era antes. Essas coisas recrudescem depois que saem da agenda porque a tradição é mais forte”, diz Marco Akerman, professor titular e vice-chefe do Departamento de Prática da Faculdade de Saúde Pública da USP, que desde 2010 pesquisa a prática do trote nos cursos médicos.

Porém, a iniciativa de estudantes

que, vítimas de violência em trotes e festas universitárias, romperam corajosamente o silêncio reinante, levou a mídia a dedicar mais atenção à questão. Denúncias de graves violações de direitos humanos que vêm sendo feitas desde 2013 por alunos da FMUSP resultaram na abertura de um inquérito civil pela Promotoria de Justiça de Direitos Humanos e Inclusão Social do Ministério Público (MPE-SP) em se-

tembro de 2014, chegando também à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (CDH) da Alesp. Assim, realizaram-se duas audiências em novembro de 2014, nas quais foram ouvidos depoimentos de estudantes sobre casos de assédio moral e sexual, estupros, racismo e homofobia, a maioria deles ocorrida na FMUSP.

I OS CHOCANTES RELATOS À CPI. AGRESSÕES A CALOURAS E CALOUROS DA MEDICINA

O então deputado Adriano Diogo (PT), que presidia a CDH, relatou à *Revista Adusp* que houve fortíssima pressão por parte da direção da FMUSP para que uma das audiências não fosse realizada. Os relatos colhidos nas duas audiências da CDH revelaram uma realidade de profunda discriminação, especialmente contra mulheres e homossexuais, na FMUSP e na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP), e deram ensejo, por sua gravidade, à criação de uma CPI, finalmente instalada em 17 de dezembro de 2014. A faculdade, lembra Diogo, enviou advogados para embaraçar a CPI. “Todos os dias eles estavam lá me intimidando, me coagindo, esvaaziando a sessão para que não desse quórum”, conta.

A legislatura encerrar-se-ia em março de 2015, de modo que a CPI teve menos de quatro meses para trabalhar. Ao longo desse período diretores de unidades, professores,

funcionários, vítimas e supostos agressores foram convocados pela comissão, cujo objetivo foi promover não apenas o debate sobre a questão, mas a responsabilização civil, penal e administrativa de pessoas e entidades que tiveram envolvimento com atos de violações, de forma ativa ou omissa. Embora tenha ficado conhecida como “CPI do Trote”, a comissão foi além, ao revelar que tais violências não se restringem ao trote em si, e que este transcende o período de recepção aos novos alunos ao assumir diversas formas que se estendem por todos os anos dos cursos.

Se há casos de trotes violentos em várias universidades paulistas, como se demonstrou durante o trabalho da CPI, estes parecem encontrar terreno especialmente fértil entre estudantes de faculdades tradicionais, como as de Medicina. Grande parte das denúncias apresentadas por estudantes envolve violações de direitos humanos pra-

ticadas por membros da Associação Atlética e do “Show Medicina”, que são organizações antigas e fortes da FMUSP, geridas por estudantes mais velhos.

As calouras sofrem as primeiras violências na semana de recepção, quando, levadas por veteranos da Atlética a fazer um círculo ao redor do famoso busto do “Dr. Arnaldo”, são obrigadas a ouvir “hinos” machistas e degradantes

Para as calouras da Medicina, os abusos começam já na semana de recepção, quando são colocadas em

círculo, por veteranos da Atlética, ao redor do famoso busto de Arnaldo Vieira de Carvalho, fundador e primeiro diretor da faculdade (“Dr. Arnaldo”), e recebem a ordem de gritar “Bu!”, após o que os veteranos emendam um de seus “hinos” altamente machistas e degradantes: “*Buceta! Buceta!/Buceta eu como a seco!/No cu eu passo cuspe!/Medicina é só na USP!*”. Foi assim que Renata Mencacci, 20 anos, aluna do segundo ano da FMUSP, teve seu primeiro e chocante contato com os “atletiqueiros”, em 2013.

“Eles fizeram a gente andar até a Atlética de ‘elefantinho’, o que é ‘superdesagradável’, porque nessa posição a mão de alguém fica roçando seu genital. Quando cheguei à Atlética, falei que não queria, mas eles abriram minha boca para jogar bebida — ‘tem que beber’. Uma invasão absurda!”, indigna-se a estudante. O abuso não parou por aí: um veterano do sexto ano foi beijando cada uma das calouras. Quando chegou a vez de Renata, ela se recusou a beijá-lo, mas não adiantou. “Ele segurou meu rosto, roubou um beijo e continuou andando. Minha semana de recepção acabou aí, e já fui meio que me blindando”, recorda.

A pressão feita pelos veteranos para que os ingressantes treinem para a Calomed, competição universitária anual entre alunos iniciantes de algumas faculdades de medicina, tornou-se outro grande incômodo para Renata. “Eles começam a colocar essa mentalidade corporativista em você desde o primeiro momento em que pisa aqui”, critica ela. “Eles vêm com

Daniel Garcia



Renata Mencacci

um discurso louco de que, se você não treinar para a Calomed, não vai fazer amigos; se não tiver amigos, não vai ter *panela* no internato; se não tiver *panela* no internato, vai ter uma formação ruim; se tiver uma formação ruim, não vai passar na residência, enfim. As pessoas são muito coagidas a treinar”. A estudante chegou a participar de dois treinos, mas não gostou do ambiente e, desde então, adotou a atitude que a levou ao ostracismo na faculdade: não frequentar competições nem mesmo para torcer. “Não quero compactuar com as violências que acontecem lá”, explica ela, hoje ativista do Coletivo Feminista Geni.

Assessor da CPI, Ricardo Kobayashi destaca que o fortalecimento das associações atléticas nas faculdades tradicionais se deu no período da Ditadura Militar (1964-1985) como um mecanismo de despolitização dos jovens universitários. “As atléticas são um traço característico das faculdades de Medicina. Todas elas cumprem um papel que é, ao

mesmo tempo, político e alienante. E de violência, de um ufanismo cego pela instituição. Elas se fortaleceram a partir de 1965 como uma forma de contraposição política aos então grêmios estudantis, ou seja: uma anulação daquilo que é político de fato. Nesses cursos que têm uma inserção social muito forte e são altamente elitizados e tradicionais, como Engenharia, Direito e Medicina, as atléticas passaram a ter um papel preponderante”, explica Kobayashi, cujo trabalho serviu de fator motivador da CPI, em função dos casos de violência que conhecia e levou à CDH da Alesp.

Augusto Ribeiro Silva, 24 anos, aluno do quarto ano da FMUSP, conheceu de perto tais práticas violentas, o que o levou a depor contra a Atlética na CPI. “O trote não é só violência física, dar tapas e socos, nem só pintar a cara, raspar a cabeça. É um processo complexo, que teve que se construir na Faculdade de Medicina da USP desde a morte do Edison”, inicia o estudante, aludindo ao fato de que, em função de o episódio de 1999 ter atraído a atenção da mídia, os grupos promotores do trote (“trotistas”) passaram a se esforçar para evitar a identificação e divulgação de outros casos de violência na faculdade. Assim, o trote passou por uma ressignificação, assumindo outras roupagens, igualmente violentas. “Eles te absorvem com a Calomed, te seduzem com a ideia de uma autodeterminação de elite, com a afirmação pelo esporte e pela competição esportiva”, relata, em entrevista à *Revista Adusp*. Num primeiro momento, isso veio a calhar para ele.

“Em uma faculdade de Medicina os professores titulares são quase todos brancos. E quase todos são homens. Então vou me formando dentro de uma cultura machista, de elite branca”, sem saber “o ponto de vista do negro, da mulher”, diz Marco Akerman (FSP)



Daniel Garcia

Professor Marco Akerman

Inseguro ao entrar no curso, mas familiarizado com a prática de esportes, viu na Atlética uma chance de se integrar. Ao contrário da maior parte dos estudantes da FMUSP, Augusto não é branco nem provém de uma família de classe média alta. Seus pais se esforçaram para pagar-lhe boas escolas em Santos, onde nasceu, e tudo o que esperavam dele era dedicação aos estudos — expectativa à qual o jovem correspondeu naturalmente. Recém-chegado à faculdade, em 2011, participou do chamado “Churrasco da Invasão”, promovido por veteranos da Atlética, a partir do qual passou a ser chamado de “Léo Moura” (alusão ao jogador negro do Flamengo), apelido que herdou de “um colega maranhense que tinha traços nordestinos”.

A atribuição de apelidos pejorativos a calouros é típica de grupos

trotistas, de acordo com o professor Antonio Ribeiro de Almeida Junior, do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP). “Nos apelidos dados aos alunos, preconceitos de gênero, relativos à aparência física da pessoa, étnicos, raciais, relativos à opção religiosa ou sexual, entre outros, manifestam-se constantemente”, escreveu ele no texto “Trotos, violências e hierarquias nas universidades”, publicado originalmente no relatório final da CPI. Sociólogo, Almeida Jr. estuda a cultura trotista de longa data e é o maior especialista brasileiro no tema.

“Em uma faculdade de Medicina, os professores titulares são quase todos brancos, não há professores negros. E quase todos são homens. Então eu vou me formando dentro de uma cultura machista, de uma elite branca. O ‘currículo oculto’ vai me conformando como alguém que não sabe o ponto de vista do negro, da mulher, do pobre. Vo-

cê cria um ponto de vista próprio, então se dá o direito de fazer tudo”, explica o professor Marco Akerman (FSP), outro importante estudioso do tema. No artigo “‘Currículo oculto’: há que se evidenciar ainda mais a sua associação com preconceitos, abusos, humilhações e violências nas escolas médicas”, publicado em 2015, o professor define a expressão como “um conjunto de tradições, valores, normas, regras, rotinas que não estão escritas em nenhum documento da escola, mas que são transmitidas, conscientemente ou inconscientemente, entre professores e estudantes, e que podem gerar tanto um ciclo virtuoso quanto um ciclo vicioso de atitudes e ações que podem marcar o corpo e a alma dos estudantes durante o período escolar, ou para o resto do tempo de vida fora da escola”.

Augusto conta como se sentia ao chegar à faculdade: “Eu não tinha leitura política, ainda não entendia como me enquadrava naquele espaço. Ainda não me declarava negro e não entendia por que alguns espaços lá dentro não estavam abertos para mim”. Convencido do quanto difícil seria manter-se no curso, o estudante estabeleceu como meta a construção de uma rede de pessoas que possibilitasse sua integração no novo ambiente, como “uma questão de permanência estudantil”. Ao ver no esporte a chance de integração, entrou para o time de handebol, que, segundo o estudante, é uma das modalidades mais envolvidas com a gestão da Atlética. Possui maior influência quem compõe a diretoria da entidade, mas essa aspiração de grande parte dos “atle-

tiqueiros” não estava nos planos de Augusto.

Nos espaços de confraternização, a hierarquia da equipe se manifesta de forma intensa. “Apenas os mais velhos têm voz, algo que é imposto também de forma violenta”, conta. Uma das tradições do time de handebol é a “pizzada” semanal que “é praticamente obrigatória para quem é do time” e, às vezes, frequentada também por veteranos já formados.

“O estudante que estivesse pela primeira vez na ‘pizzada’ era obrigado, como um ritual de passagem, a contar uma história, que deveria ser misógina ou autodepreciativa”, explica. E a ordem era clara: a história tinha que envolver “putaria” ou o calouro “se dando mal”. “De preferência, os dois”. Em decorrência de episódios que envolveram quebrar pratos e até estapear colegas sobre a mesa, o time chegou a ser expulso e proibido de fre-

quentar algumas das pizzarias onde costumava realizar tais encontros. Assim, algumas “pizzadas” passaram a acontecer na própria sede da Atlética, a poucas quadras da FMUSP. “Há histórias de pessoas que levaram pasta numa ‘pizzada’”, diz Augusto, referindo-se a uma prática repulsiva, empregada por veteranos, da qual ele também foi vítima.

A “pasta” ou *pasçu* é uma espécie de ritual em que se passa pasta de dente no ânus do novato, dando-lhe tapas nas nádegas. Pode ser um ritual de iniciação, apenas por trote, ou significar uma punição, por exemplo no caso de descumprimento de uma ordem dada por veteranos. Aplicam-no aqueles que também já foram submetidos ao rito, no qual, às vezes usando-se lençóis e luvas roubados do Hospital das Clínicas, simula-se um procedimento cirúrgico. A prática ocorre em diversas faculdades médicas —

em algumas, ao invés de pasta de dentes, aplica-se pimenta. Segundo Marco Akerman, este é o caso da Faculdade de Medicina do ABC (FMABC), em Santo André, onde o professor tomou nota da ocorrência do *pasçu* em 2010, quando era vice-diretor da instituição e recebeu denúncias anônimas de pais de alunos que haviam sido vítimas.

Embora profundamente envolvido com aquele universo, Augusto passou a se sentir mal com uma série de situações que o abalaram durante o tempo em que integrou a equipe, cujas práticas violentas ele nunca reproduziu. Assim, manteve-se no time, mas, em meio a uma situação de “fragilidade social”, como ele denomina, buscou conhecer outros aspectos da faculdade e, no seu segundo ano de curso, prestou “vestibular” para o Show Medicina. Foi quando conheceu outra face perversa do universo trotista da faculdade.

II

SHOW MEDICINA — A FRATERNIDADE MASCULINA, HOMOFÓBICA E MISÓGINA E SEUS TROTES VIOLENTOS

Composto apenas por homens, alguns dos quais membros também da Atlética, o Show Medicina é uma organização constituída em torno de uma apresentação teatral satírica baseada no cotidiano da faculdade. Uma espécie de fraternidade, à semelhança das existentes no exterior. Os ensaios para o espetáculo anual ocorrem por cerca de dois meses, sempre de madrugada, no teatro da faculdade. O espaço reservado às

estudantes de Medicina no grupo é chamado de Costura: são elas que produzem as peças do cenário e os figurinos usados pelos homens nas apresentações. E só. Sem participação no Show, elas desempenham somente o trabalho que lhes foi atribuído pelos homens. Como somente estes preparam e atuam nos espetáculos, nos quais representam inclusive papéis femininos, eles são chamados de *estrelas*.

“As meninas são alienadas do processo criativo, estão ali para servir, porque a demanda vem dos meninos e elas não podem propor nada”, comenta Renata Mencacci. Porém, parte das mulheres recrutadas pela fraternidade não é de alunas da FMUSP. A prostituição feminina também comparece. “O Show Medicina dá alguns papéis claros para as mulheres, que aparecem nele em três momentos: na Costura; nas ‘so-

ciais' [reuniões festivas da organização], quando contratam prostitutas; e na limpeza, quando pagam funcionárias terceirizadas para fazer um trabalho esdrúxulo, porque eles deixam as coisas em um estado lamentável”, critica a estudante.

Em todos esses papéis, a mulher aparece como uma figura subserviente ao homem, o que começa por esta delimitação de espaço dentro do Show: “Enquanto os homens fazem festas e todo o trabalho criativo, as mulheres ficam reclusas numa salinha”, resume Renata. “Eles podem ocupar todos os espaços, inclusive o da Costura, mas elas ficam só no espaço que é delimitado para elas”, diz a militante, que também depôs à CPI. Ela destaca que não se trata de desvalorizar o ato de costurar, desempenhado profissionalmente na sociedade por homens e mulheres, mas de compreender como o Show reforça o papel destinado ao gênero feminino numa tradição conservadora e misógina.

Renata critica a objetificação da mulher no contexto da contratação de prostitutas pela organização: “Eles fazem um ritual misógino e expositivo, porque, além de usar a mulher como objeto sexual, usam o sexo como forma de declarar e demarcar poder. Quem pode encostar primeiro nas prostitutas são os sex-tos anos e a diretoria, e só depois isto é permitido aos outros”. Há, ainda, o cargo de *esfiha*, exercido por um membro do Show cuja função é frequentar prostíbulos para transar com prostitutas de luxo e selecionar aquelas que serão levadas aos demais — incumbência para a qual conta com uma verba da

organização.

Para ingressar no Show, o calou-ro passa por uma espécie de vestibular interno, que pode ser prestado em seu primeiro ou segundo ano de faculdade. Como a organização é permeada por um grande segredo, não se sabia de fato o que acontecia neste “vestibular”, até começaram as denúncias de estudantes na CPI — entre os quais Augusto, que foi submetido ao processo. “As pessoas que vão prestar o ‘vestibular’ estão preparadas para uma prova que avalia habilidade, mas não sabem que a única habilidade que vai ser testada nesse processo é a de silenciar diante de violência para pertencer a um grupo poderoso”, relata o estudante. Ele conta que, ao final da prova com questões “meio impossíveis” sobre temas diversos, veteranos sextanistas e “sapos” — membros do Show que já se formaram e “estão sempre presentes, porque são figuras importantíssimas” — chegam com bebidas alcoólicas e obrigam os calouros a beber. Augusto foi forçado a virar uma garrafinha de Fanta Laranja com alta dose de cachaça que, por sorte, vomitou em seguida, o que evitou que se embriagasse.

Depois, é a vez da parte prática da prova, em que os calouros apresentam suas peças no palco do teatro. “Enquanto apresentávamos a peça, os ‘sapos’ jogavam coisas na gente, xingavam, diziam que nosso trabalho era horrível. Meu amigo estava muito bêbado e o outro, que ia apresentar a peça comigo, estava se debatendo no chão, bêbado também”, narra o estudante. Durante a apresentação, a plateia permanece

no escuro, de modo que os novatos não veem, do palco, quem os assiste. Só depois foi que Augusto pôde ver que, na parte da frente, ficam os veteranos já formados, enquanto os que ainda estão na faculdade ficam na parte de trás, sem se manifestar. Tal distribuição não é por acaso. “O fato de o trote ser aplicado por pessoas já formadas é um fator de proteção, porque elas estão imunes a qualquer processo administrativo. Por não serem mais alunos da faculdade, elas não estão numa posição de fragilidade perante a direção, que nem sempre é um aliado dessa fraternidade”.

No chamado “vestibular” do Show Medicina, os veteranos estimulam os calouros a trocarem tapas. “Obrigam a gente a beber mais, nos jogam bebidas, mandam todos ficarem nus. Todo mundo precisa ficar nu. Quem não ficar não passa no vestibular, tem que ir embora”

Após as apresentações dos calouros, todos se reúnem e tem início outra etapa do processo de seleção: “Aí começam as humilhações, o trote mesmo”, momento no qual os veteranos “estimulam os primeiranistas a trocarem tapas, e as pessoas fazem isso”, diz Augusto.

“Obrigam a gente a beber mais, nos jogam bebidas, mandam todos ficarem nus. Todo mundo precisa ficar nu. Quem não ficar não passa no vestibular, tem que ir embora”. Neste momento, em que os calouros, despidos, encontram-se completamente vulneráveis, os veteranos simulam um telefonema da mãe do calouro considerado “o mais rebelde durante o processo”, como se esta o estivesse procurando, e torturam-no psicologicamente (“Você ‘*tá fodido*, mano, sua mãe tá aí!”), até entrar no palco um veterano completamente nu, usando peruca e gritando, representando a mãe do calouro escolhido para a “brincadeira”, e o derruba, simulando um ato sexual, com movimentos caricatos. “A pessoa está embriagada, sem conseguir reagir, naquela situação extremamente absurda, e todo mundo em volta, olhando, sem fazer nada. É uma situação que não te deixa escolha”, recorda Augusto, em tom de indignação.

“Nessa hora, está todo mundo *puto*. É a hora extrema, de humilhação máxima, em que você pensa ‘se aquilo aconteceu com meu colega, podia ter acontecido comigo’”, prossegue. Após este último número do espetáculo trotista, as luzes, até então apagadas, são acesas. “E aí está todo mundo sorrindo pra você e dizendo ‘parabéns, você é do Show Medicina agora, você foi aceito, você faz parte desta instituição!’, e a pessoa que estava chorando cinco minutos antes de repente está feliz e se sente bem”, conclui Augusto, que atribui esta aparente facilidade para superar o processo de humilhação ao fato de o calouro

Daniel Garcia



Professor Antonio Almeida Jr.

sentir, quando tudo termina, que recebeu poder.

No Show Medicina, assim como na Atlética, há regras específicas, práticas violentas, forte coesão entre os membros e músicas que revelam o sentimento de orgulho por pertencer a uma elite. “*Eu sou aluno da Faculdade de Medicina da USP/Da Faculdade de Medicina da USP eu sou aluno*”, entoam repetidamente os veteranos do grupo, cujo símbolo é uma caveira vestida de fraque, gravata, cartola e piteira. Claramente burguês, o signo dispensa maiores esforços para sua compreensão semiológica. Curiosamente, o símbolo da Atlética é igualmente uma caveira. O Show existe há 71 anos: “Foi ganhando esse caráter, até o momento em que eles adquirem uma estrutura de fraternidade sem medo de se assumir. Alguns alunos foram para a França, conheceram fraternidades e trouxeram o modelo para cá”, conta Augusto. “Eles trouxeram uma música francesa que é cantada no Show,

rituais de passagem e o trote, uma tradição forte, altamente masculina, homofóbica, misógina e focada no estabelecimento de laços fortes, de cumplicidade em torno de atos extremos e do uso de drogas”. Trata-se de uma cadeia de poder muito bem estruturada.

A cumplicidade entre os membros da Atlética e do Show Medicina evidenciou-se claramente no decurso da CPI, quando todos aqueles que compareceram negaram não apenas seu envolvimento nos fatos de que foram acusados como a prática de violações de direitos humanos por membros das fraternidades de modo geral. Até mesmo os mais indubitáveis elementos foram negados, ainda que diante de evidências incontestes dos fatos (**vide p. 61**).

Segundo Almeida Jr., a capacidade de silenciar é pré-requisito básico de inserção no grupo trotista. “Nessas escolas existe uma seleção para entrar numa falange, aquela coisa militar, dos caras unidos, indo para a guerra. Então, para entrar, você precisa ser testado. E o teste é se você fica quieto, se você obedece. Por isso as coisas não serão leves. Para ser efetivo, o teste tem que machucar, irritar, provocar, mexer emocionalmente com a pessoa. E aí eles vão ver se a pessoa realmente aceita aquilo, obedece e entra no grupo, ou se ela reage de uma forma que o grupo considera inapropriada, e aí ela é descartada”, explica o sociólogo à *Revista Adusp*. “O trote é um processo seletivo para entrar em um grupo dessa natureza, que é uma coisa propícia para corrupção, para desmando, para todo tipo de coisa”, completa.

Indagado sobre como o que acontece no “vestibular” do Show Medicina não vaza para o resto da faculdade, Augusto responde prontamente:

“Ninguém que não queira arranjar problemas para si fala sobre esses assuntos”. Tal afirmação se confirma na maneira como ele e outros

alunos da FMUSP que realizaram denúncias vêm sendo assediados na faculdade desde então, ou relegados a uma espécie de ostracismo.

III

DENÚNCIA: “SHOW MEDICINA É UMA APOLOGIA AO CRIME. E TEM UMA REGRA. HOMOSSEXUAL TEM QUE SER PERSEGUIDO ATÉ DESISTIR”

Houve outra vez, entretanto, na história da instituição, em que estudantes denunciaram práticas violentas da entidade. Isso se deu em 1993, quando textos críticos dos então estudantes Leon de Souza Lobo Garcia e Luís Fernando Tófoli, hoje psiquiatras, foram publicados no jornalzinho *Bip*, do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC), apontando a discriminação de gênero, humilhações e abusos patrocinados pelo Show Medicina, bem como sua “blindagem” na faculdade. As retaliações vieram na forma de faixas com dizeres agressivos e fezes, que foram depositados na sede do CAOC, que foi depredada.

O ataque ao CAOC é narrado, em detalhes, no artigo “Sobre Pontas, Portas e Bostas”, assinado por Tófoli e publicado no *Bip* número 14, ano 10, que precisou ser reimpresso por razões alheias aos seus editores. Os exemplares da reimpressão, ou “segunda edição”, traziam na capa a seguinte informação, em letra manuscrita: “Primeira edição [foi] confiscada pelo presidente do Show, Rodrigo Reiff” (Reiff formou-se e hoje trabalha como ortopedista). Esse



Médico Leon Lobo Garcia

histórico número do *Bip* trouxe outros textos críticos ao Show, de autoria de Paulo Germano Marmorato, Luciana Gonçalves e “Fredão” (vide quadro na p. 53).

No seu depoimento à CPI, em janeiro de 2015, Leon Garcia, hoje médico assistente do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, contou que a seleção para integrar o grupo, embora “anunciada como apresentação de um esquete humorístico, na verdade não era isso, era apenas um pretexto para que houvesse um trote que era realizado no teatro da faculdade”. Trote do qual participavam muitos novatos que,

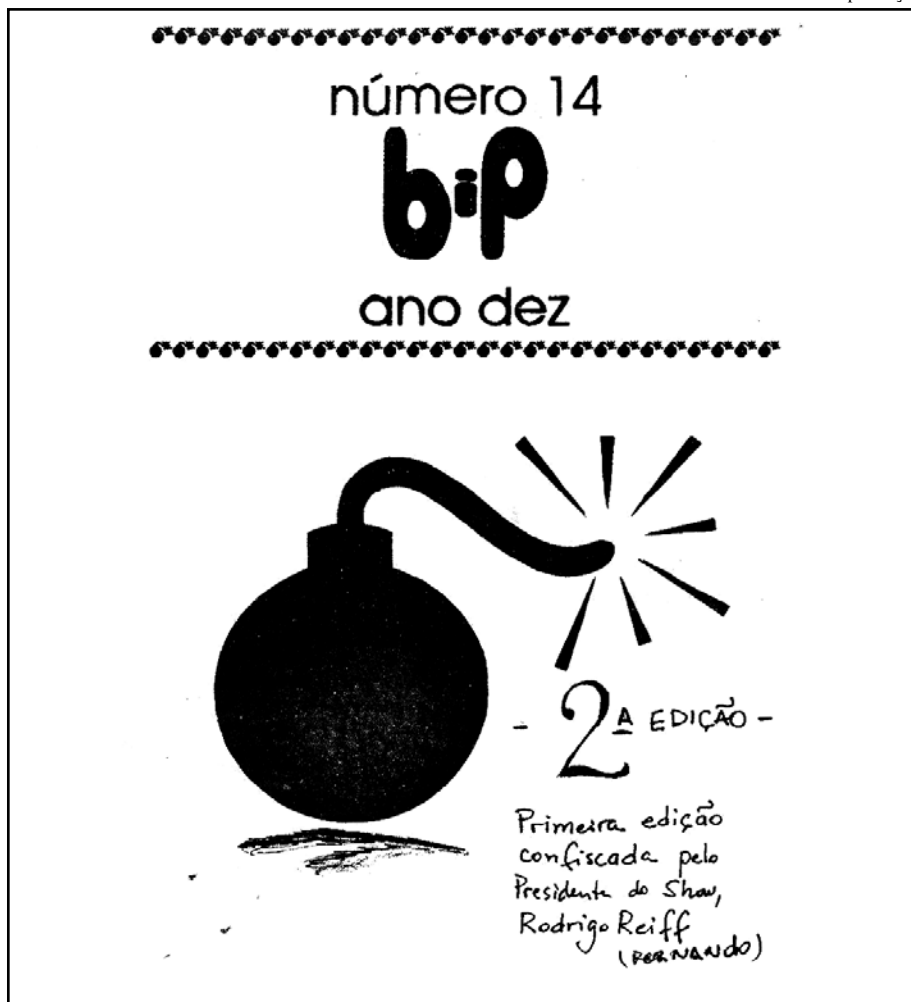
após apresentarem seus esquetes, eram forçados a ficar nus, a se abraçarem, a pegarem bananas e outros objetos com as nádegas.

Ele também mencionou a ordem de sigilo absoluto dada às vítimas, sob ameaças de serem “prejudicados em sua carreira acadêmica e profissional” em caso de descumprimento — como ainda acontece hoje em dia. “Em resumo, o Show Medicina é uma apologia ao crime, apologia a tudo de ruim que a sociedade imagina. Só que eles ainda estão no século passado, achando que esse tipo de apologia ao crime está no capítulo da vida privada, que a vida privada não está enquadrada na vida pública, como se um homem chegasse, esbofeteasse uma mulher, chamasse um cara de bicha, de *gay*... [sem que isso seja passível de punição]. E tem uma regra: homossexual não pode se formar médico a não ser que se esconda o tempo todo, porque é como se fosse um alistamento militar. Homossexual tem que ser perseguido até desistir”, registrou Leon Garcia na audiência, lembrando ainda que, na última apresentação do Show, “pegaram um aluno co-

mo símbolo, o Felipe Scalisa, para destruí-lo no palco”.

Por ter sido cruelmente satirizado na edição de novembro de 2014 do Show, Scalisa, de 23 anos, hoje aluno do quarto ano da FMUSP, dispôs-se a depor contra a fraternidade na CPI. Militante do movimento LGBT, o estudante tornou-se liderança no combate à violência de gênero na faculdade ao fundar, em 2013, o Núcleo de Estudo em Gênero, Saúde e Sexualidade (NEGSS), reunindo estudantes envolvidos no combate à homofobia. Ao final de 2013, o NEGSS tornou-se autor da primeira denúncia conhecida de estupro à direção da faculdade, tirando da sombra o debate da questão e abrindo espaço para uma sequência de outras denúncias, que culminaram na CPI.

O estupro ocorreu em novembro de 2013 no estacionamento da FMUSP, durante uma “cervejada” do sexto ano, no porão do CAOC. “Conheci dois rapazes que eram de uma turma mais velha, e daí eles me convidaram para ir para o carro deles, que eles iam me dar mais bebida. Eu estava vulnerável porque tinha bebido, eu resisti, e nisso foi quase meia hora de insistência, até que fui até o carro deles, e lá eles começaram a me agarrar à força, a me beijar, enfiaram a mão na minha calça, eu fiquei acuada, comecei a gritar, tentei sair do lugar e eles não me deixavam sair. Até que uma colega surgiu com o namorado no estacionamento, me chamou e eu consegui sair”, relata a vítima, Phamela Silva Feitosa, 22, que na época cursava o terceiro ano.



O parecer da comissão sindicante sobre o caso de Phamela concluiu que não houve abuso, e sim uma relação consensual. “Todo o meu depoimento foi jogado no lixo. Então eu sou louca? Foi um absurdo!”, indignasse a estudante, que exigiu reabertura do processo

A nota em que o NEGSS, ocultando o nome de Phamela, tornou público o caso, foi mal recebida pela maior parte da faculdade. Mais negativa ainda foi a acolhida às manifestações contra a violência sexual que se seguiram, que propunham debater o tema: “As pessoas nos acusaram de fazer uma acusação leviana e generalizante, alegando que se o suposto caso, que ainda não se sabia se tinha acontecido, fosse verdadeiro, seria um caso isolado, não algo que extrapola para uma realidade”, relata Felipe. “É a principal defesa do estado das coisas. Se aconteceu, é sempre um excesso, não uma essência”, critica.

CRÍTICAS REMONTAM A 1993

Excertos de artigos publicados no jornalzinho BIP, do CAOC

“Show Medicina: uma visão crítica”

“O Show é covarde quando esquiva-se de questionar a situação da Faculdade e seu *status quo*. Não é difícil imaginar então que o Show através do seu corporativismo participe e beneficie-se desse *status quo*. Assim, o menosprezo a paramédicos e médicos que não pertençam a suas castas, o machismo e até o racismo contra pacientes são lugar-comum. Tudo isto soa bonito e engraçado no Show. Sem falar nos infantis ataques ao Centro Acadêmico, de forma que o aluno da Faculdade que tem como diretor um possível presidenciável seja incentivado a levar dentifrício no ânus e ridicularizado ao discutir política estudantil”.

Paulo Marmorato, ex-membro do Show

“Show de Machismo”

“As mulheres, já que não podem participar do Show, podem, é óbvio, contentar-se em dar uma ajuda costurando todas as noites, o que corresponde ao estereótipo da mulher Amélia [...] Estas costureiras aplicadas têm a honra de serem citadas em músicas extremamente depreciativas, preconceituosas e grosseiras realizadas pelos integrantes do Show enquanto elas trabalham. Só pra ilustrar: ‘Nada mais escroto do que a *bu...* da Fulana’. É triste, mas as mulheres tornaram-se diversão para os homens. [...] As pessoas abraçam calorosamente a tradição machista e a disseminam por outros setores da faculdade. Formam-se, então, diretorias da Atlética com maioria arrasadora de homens, que tiveram como berço de sua formação o Show Medicina seguindo seus ensinamentos. Chamam uma ou duas meninas, na maioria, com função apenas decorativa. O machismo encontra seu caminho e ruma para os *mocós* da cirurgia e para o hospital”.

Luciana Gonçalves

“Qual é o tesão do Show?”

“Há muita gente inteligente e íntegra no Show que, no entanto, mantém um silêncio, não sei se constrangido ou inconsciente, em relação a atitudes que deveriam ser revistas. Há algum tempo vem se tornando público o que acontece no vestibular do Show. Os calouros são convidados a subir no palco do teatro da Faculdade de Medicina onde começam a ser alvejados com bolas de papel e etc. pelos seus colegas mais velhos. Não faltam xingamentos e humilhações verbais [...] o ponto alto chega quando os calouros são instruídos a retirarem suas roupas em pleno palco iluminado [...] a estas alturas é difícil simplesmente ir embora. A coação física é clara. Os calouros continuam assim sofrendo as agressões físicas e verbais de seus colegas, nus, humilhados e iluminados para que todos os vejam melhor. São obrigados a dançar lambada juntos, a sentarem um no colo do outro e a segurar frutos e objetos entre as nádegas. Sequer podem defender-se das bolas de papel que são lançadas contra os seus genitais [...]”

Leon Lobo Garcia

A partir de uma reunião do NE-GSS, alunas da FMUSP sentiram a necessidade de criar um grupo específico para defender a pauta das mulheres, o que resultou na criação do Coletivo Feminista Geni. A coragem de Phamela ao denunciar a violência sexual que tinha sofrido foi “fundamental para quebrar o pacto de silêncio que existe na faculdade”, ressalta Renata Mencacci, uma das fundadoras do Geni.

“O único apoio que eu tive foi dos coletivos. Não tem outro espaço de acolhimento. Porque tem um total descaso da faculdade em relação a isso, e não é só da faculdade como instituição, é das pessoas. Fui ridicularizada, estigmatizada. Foi uma coisa horrível”, diz Phamela, hoje no quinto ano. Pressionada pelo NE-GSS e pelo Geni, a faculdade abriu uma sindicância para apurar o caso. “A comissão foi formada, na maioria, por homens, que ficaram perguntando coisas relacionadas à minha moral, se eu tinha bebido, feito uso de drogas, com quantos caras eu tinha ficado durante a festa, se eu já tinha saído com os acusados. Eu senti como uma tentativa de desqualificar o que aconteceu, de mudar o foco do assunto”, critica.

O parecer da comissão sindicante, divulgado no primeiro semestre de 2014, concluiu que não houve abuso, e sim uma relação consensual, e atribuiu incidentes do tipo ao consumo de álcool. “O resultado foi lido em congregação e foi um momento de muita revolta. Todo o meu depoimento foi jogado no lixo e eles falaram que foi consensual. Então eu sou louca? Foi um absurdo!”, indigna-se Phamela. As estudantes do Geni refutaram o resultado, apoian-

Daniel Garcia



Aluno Felipe Scalisa

do a vítima, que exigiu a reabertura do processo. “Tive que me expor diante de toda a congregação, foi uma fala emocionada. A partir disso, eles resolveram fazer as comissões de investigação de abusos”.

Somente quando prestou depoimento pela segunda vez, para abertura da nova sindicância, é que Phamela constatou o quanto o processo anterior havia sido ilegítimo: “Eu não tive acesso ao documento, ao meu depoimento, não assinei nada, e tinha várias falas adulteradas”, denuncia. A única atitude tomada foi a de desconsiderar o primeiro documento, sem que ninguém fosse responsabilizado pelas adulterações.

A resposta imediata da faculdade à quebra do silêncio sobre os casos de violações foi estreita, o que intensificou a hostilidade aos coletivos. “A instituição abordou o tema que para ela era mais conveniente, que era o do álcool. Então, houve a proibição absoluta do álcool na faculdade, algo que nós, quando denunciávamos as violências, não tínhamos como

pauta principal”, questiona Felipe. Presidida por Paulo Saldiva, professor titular da FMUSP, a Comissão de Direitos Humanos criada na época discutiria, a princípio, apenas esta temática, mas terminou por se estender à questão da violência de forma mais abrangente. “Na comissão a gente expôs a homofobia, o racismo, o machismo, todos os casos de violência sexual e assédios que conhecíamos. A comissão teve isso relatado, então não tem como a direção da faculdade dizer que não sabe das coisas”, resume o estudante.

Acusados de difamar a faculdade ao denunciar o caso e problematizar a questão, os militantes foram fortemente hostilizados. “Ficamos bastante desamparados e vulneráveis, porque vários grupos que estavam articulados acabaram se desmobilizando. As medidas proibitivas geraram hostilidade, um certo rancor, e teve a criação de núcleos, através dessas diretorias, que tentavam cooptar a pauta, mas sem confiança alguma das vítimas”, relata Felipe.

“Casais homossexuais eram proibidos de entrar numa parte da festa ‘Carecas no Bosque’. A segurança dizia: ‘Só entram casais normais’, isto é: homem e mulher, e muitos gays e lésbicas que tentaram entrar com parceiros e parceiras foram impedidos”

A tensão aumentou após um caso de homofobia ocorrido em 2014, em uma das festas promovidas pela Atlética, nas quais, segundo Felipe, homossexuais não podem demonstrar afeto em público. “Casais homossexuais eram proibidos de entrar numa parte da festa ‘Carecas no Bosque’, era um *apartheid*. A segurança dizia: ‘Só entram casais normais’, isto é: homem e mulher, e muitos *gays* e lésbicas que tentaram entrar com seus parceiros e parceiras foram impedidos”. Ao tentar entrar na “área hetero” da festa com o parceiro, um aluno da Faculdade de Direito da USP foi barrado pela segurança, que permitiu sua entrada somente quando ele deu a mão a uma amiga. Ao vê-lo com o namorado no espaço, a segurança ordenou que o casal se retirasse, argumentando que estava “apenas seguindo ordens” da diretoria da Atlética. Mais seguranças intimidaram o casal, até que um deles percebeu que o estudante estava gravando a cena homofóbica com o celular e o agrediu.

“Ele saiu de lá e foi para a enfermaria. O médico era ex-membro da Atlética e se recusou a prestar socorro, disse que ele estava exagerando, deixou-o lá plantado, com a boca machucada, sangrando. Ele foi denunciar o que aconteceu e a Atlética se recusou a falar com ele, negou o fato. Só que ele filmou tudo, a segurança falando, o estado dele machucado”, narra Felipe. O fato ganhou repercussão após ser noticiado pela imprensa. Indignados, coletivos da USP se uniram em um ato de repúdio ao ocorri-

do. “O ato foi recebido com uma hostilidade imensa. Depois disso não consegui mais frequentar a faculdade, fui considerado traidor, pária em relação àquela realidade. Rasgavam nossos cartazes, pichavam coisas com nossos nomes, meu nome foi pichado pela faculdade inteira”, conta o estudante, que também foi alvo de postagens difamatórias em redes sociais.

O assédio dos colegas ao ativista chegou ao ápice quando, no final de 2014, um dos esquetes do Show Medicina apresentou um personagem que mimetizava Felipe, ridicularizando, diante de cerca de 400 pessoas, seus trejeitos e sua militância — e referindo-se a ele como “aquele que defende a diversidade de pensamentos iguais aos dele”. O estudante foi estigmatizado ainda em outro esquete, no qual o personagem, uma espécie de censor denominado “Fiscaliza” — em clara alusão ao sobrenome de Felipe (Scalisa) — acusa um grupo de homofóbico e machista por suas piadas. Na CPI, porém, os dirigentes do Show negaram que as representações se referissem a ele.

Apesar da repercussão do assédio moral de que o estudante foi vítima, a direção da FMUSP não se manifestou, tampouco abriu sindicância a respeito. “Algumas sindicâncias que deveriam ter sido abertas não foram. Quem vai alegar, hoje em dia, que não sabe que houve um caso grave de homofobia na Atlética em 2014, que saiu na mídia, saiu na CPI? Por que a faculdade não tomou a iniciativa de abrir uma sindicância? Todo mun-

do sabe o que o Show Medicina fez comigo, saiu um documentário na [TV] Band, estava na CPI, está no MP, nós expusemos na comissão. Não foi aberta uma sindicância sobre o meu caso. Eles esperam que eu peça?”, desabafa Felipe.

As instituições são as principais responsáveis pela manutenção de práticas trotistas como as perpetradas pela Atlética e pelo Show Medicina, acredita o sociólogo Almeida Jr. “A universidade dá a impressão de que quer esse grupo, porque é como um pacto: o grupo protege a universidade independentemente do que a universidade faça. Nas músicas das Atléticas, todas as universidades são ‘as gloriosas’, todas são lindas e maravilhosas. É um enaltecimento louco da universidade, não importa o que esta esteja fazendo, se está cumprindo seu papel social ou não”, afirma o professor da Esalq.

Foi exatamente esta a sensação que Renata teve quando, acompanhada de dois colegas, questionou pessoalmente o professor José Otávio Costa Auler Junior, diretor da FMUSP, sobre as práticas da fraternidade, e ouviu como resposta que “o Show não pode morrer”. “Os interesses são muito complicados, a Medicina é muito corporativista. Pedir para o Auler contestar o Show Medicina é pedir pra ele contestar muitos livres-docentes, mesma coisa com a Atlética ou qualquer outra instituição. Quando a gente fala em enfrentar de fato, significa mexer com pessoas muito poderosas, além da esfera estudantil”, critica a feminista, que defende o fim da organização.

IV

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA: “PODE SER QUE VOCÊ TENHA SOFRIDO UMA VIOLÊNCIA, ENTÃO VAMOS LÁ TOMAR A TERAPIA ANTIRRETROVIRAL”

Entre os casos de estupros de que alunas da FMUSP foram vítimas, um dos mais emblemáticos, denunciados à CPI ao final do ano passado, foi o de Marina Souza Pikman, 24, aluna do quinto ano. Em depoimento durante a primeira audiência na Alesp, em novembro de 2014, Marina relatou duas situações em que foi vítima de violência sexual durante seu primeiro semestre de faculdade, em 2011, e ressaltou a importância da oportunidade de denunciar, após sentir-se profundamente silenciada nos últimos quatro anos.

A primeira violência de que Marina foi vítima ocorreu na semana de recepção de calouros, após um *happy hour* na Associação Atlética. Ela ia para outra festa em seguida, no Centro Acadêmico, que é um pouco distante, e o diretor social da Atlética na época, “pessoa responsável por orientar e cuidar dos calouros nas atividades da organização”, disse que a acompanharia para ajudá-la, porque ela estava embriagada. “Quando a gente estava saindo da Atlética, ele me puxou para uma salinha escura que eu acho que é um depósito de materiais, não sei exatamente o que era, e começou a me agarrar, começou a tentar me beijar, e eu tentava resistir, e nisso a gente caiu no chão, ele veio em cima de mim, abaixou

minha calça”, narrou a estudante na audiência.

Marina só sentiu coragem de denunciar o fato quando o Coletivo Feminista Geni foi criado. “Conversei com as minhas colegas, a gente trocou várias experiências, várias meninas passaram por situações parecidas, inclusive com esse mesmo colega: ele já agrediu outras meninas. É uma coisa bastante comum”.

Dois meses depois, Marina foi violentada novamente. Desta vez, o estupro ocorreu na festa “Carecas no Bosque”, promovida anualmente pela Atlética e na qual há várias barracas de bebidas, cada uma com o nome de uma modalidade esportiva. “Eu estava bem, estava acordada, e na barraca do Judô eu bebi algumas doses de uma suposta tequila — que na verdade não é tequila, é uma mistura de destilados que eles fazem, eles manipulam as bebidas antes de servir. Algumas bebidas me foram oferecidas por um menino da minha turma, e depois disso já não tenho mais memória do que aconteceu”, relatou à CPI a estudante, que acordou no atendimento do pronto-socorro de um hospital, acompanhada de uma diretora e uma ex-diretora da Atlética.

As duas colegas lhe disseram apenas que ela havia “sofrido um

abuso”, sem maiores detalhes. “Não entendi o que estava acontecendo, saí do atendimento sem fazer exame nem nada. Nisso eu encontrei o presidente e o diretor social da Atlética lá no hospital, o mesmo que tinha me assediado, e eles me levaram para a casa de um outro ex-diretor que era do sexto ano. Ele me falou: ‘Vamos para o hospital, a gente não sabe direito o que aconteceu com você, pode ser que você tenha sofrido uma violência, então vamos lá tomar a terapia antirretroviral’”.

Marina passou então por um atendimento na infectologia. “Já nesse atendimento o médico questionou muito, falou que não sabia, que não podia falar que tinha uma violência. O ex-diretor também não quis falar muito bem o que tinha acontecido, falou que tinha um cara em cima de mim, mas que ele não podia falar o que tinha acontecido porque ele não estava lá”, prosseguiu. Ao voltar para casa, contou à mãe que achava que tinha sido sexualmente violentada. A mãe de Marina decidiu levar a estudante à ginecologista para realizar um exame de corpo de delito.

Na segunda-feira seguinte, teve início para a vítima uma verdadeira saga em busca da verdade. Ao procurar a diretoria da Atlética,

o então presidente da organização recusou-se novamente a falar, orientando-a a procurar um atleta do Judô, que era quem “sabia o que tinha acontecido”. Após conversar com o rapaz, ela começou a entender parte da história. Atrás da barraca do Judô havia, como em todas as outras barracas da festa, um “cafofo”, estrutura montada com colchões, “para onde os meninos da barraca levam as meninas com quem estão ficando”, conforme Marina. “Ele falou que tinha me deixado na barraca dormindo, e que cerca de uma hora e meia a duas horas depois, tinha voltado e visto um cara em cima de mim com a calça abaixada. Falou que tirou o cara de cima de mim e bateu no cara”. Chocada, ela manifestou sua vontade de denunciar o fato, mas ele a desestimulou com o argumento de que ela “não teria como provar” o que houve — “ele, que era a testemunha principal do que tinha acontecido comigo”.

Só em 2014 Marina descobriu que o autor do estupro era um funcionário, que conseguiu entrar na barraca da Atlético porque subornou os seguranças. A direção da associação sabia de tudo, mas queria abafar o caso

Da mesma forma, o então presidente da Atlético dissuadiu Marina de fazer a denúncia, argumentando que não era possível afirmar que houve estupro porque ela estava embriagada e não sabia o que havia ocorrido. “Eu ainda conversei com a diretoria da Atlético, falei sobre meu interesse em fazer uma denúncia na justiça, e eles se mostraram bastante esquivos para testemunhar”, relatou a vítima que, ainda assim, fez a denúncia no dia seguinte, o que resultou na abertura de um inquérito policial. Nos meses que se seguiram, foi profundamente desestimulada por colegas a dar continuidade ao processo judicial de apuração.

Pressionada por membros da Atlético, que alegavam que ela era culpada por ter bebido, a estudante acabou deixando de lado o inquérito policial, retomando-o apenas em 2014, amparada pelo Coletivo Geni. Foi quando teve acesso, por meio do inquérito, a diversas informações negligenciadas desde 2011. Testemunha principal, o rapaz que a encontrou na barraca só foi chamado a depor em 2014, e relatou que a havia encontrado completamente desacordada. “Na época, ele não tinha falado sobre meu estado de consciência”, contou Marina, que descobriu também que seu estuprador era um funcionário que conseguiu entrar na barraca porque subornou os funcionários. (Ao depor, o funcionário alegou que pagou para deitar-se com uma das prostitutas que estariam disponíveis no local, mas só encontrou Marina.) A estudante soube ainda que a polícia havia sido chamada no momento em que tudo aconteceu, mas teria sido “impedida de entrar”.

“Eu não sabia o que tinha acontecido comigo, fiquei quase três anos sem saber exatamente. Passei por dois atendimentos hospitalares junto com os diretores da Atlético, que sabiam o que tinha acontecido, tinham conversado com o agressor, conversado com a testemunha, e não me falaram”, relatou. Ela recordou as sucessivas tentativas de membros da Atlético de abafar o caso, a pretexto de que, se o caso vazasse, a “imagem” da festa (e da organização) seria destruída.

Tal comportamento é comum entre membros das chamadas “fraternidades”, como explica o professor Almeida Jr. “Num momento pior, esse grupo se assemelha a uma quadrilha, porque acontece um crime e, ao invés de auxiliar as autoridades a entender o que se passou e efetivamente punir os responsáveis, ele omite informações, distorce os fatos, faz pressão contra a vítima, faz pressão contra o denunciante, difamando-os. Então é uma quadrilha que está dentro da universidade e não é vista como quadrilha, mas como uma fraternidade”, afirma o especialista.

O caso de Marina repercutiu na imprensa pouco antes da primeira audiência da CPI. Seu relato encorajou outras vítimas de estupro a denunciarem seus casos, apoiadas pelo Coletivo Geni. Entretanto, a estudante foi alvo de ataques, por estar expondo negativamente a faculdade e porque, supostamente, “não tinha provas”. Comentários no Facebook questionaram seu relato, na linha de que “menina direita não bebe até ficar desacordada”. Ela sentiu-se, novamente, alvo do

machismo e corporativismo predominantes na FMUSP.

“Depois disso ainda, na Intermed deste ano [2014], as outras faculdades usaram muito o estupro para ofender e zoar nossa faculdade, e alunos da própria faculdade cantavam ‘Estupro sim/o que é que

tem?/Se reclamar/vou estuprar você também’”, relatou a estudante à CPI, referindo-se à competição esportiva entre escolas de medicina.

O inquérito civil instaurado em setembro de 2014 pela Promotoria de Justiça de Direitos Humanos e Inclusão Social do Ministério

Público do Estado de São Paulo para apurar os casos de violações de direitos humanos na USP está em andamento. Procurada diversas vezes pela *Revista Adusp*, a promotora Beatriz Helena Budin Fonseca, responsável pelo inquérito, não quis conceder entrevista.

V

DE UM LADO, MEDIDAS INSTITUCIONAIS INSATISFATÓRIAS. DE OUTRO LADO, “NÃO CALA USP”!

“Depois da CPI nós tivemos um momento de latência”, define Felipe Scalisa. Algumas das sindicâncias abertas nos últimos meses na FMUSP, relativas aos casos de estupro, estão em processo de conclusão. Os resultados daquelas que foram concluídas (e que, a pedido dos denunciantes, não serão divulgados) são, no entanto, insatisfatórios, de acordo com as vítimas. No único caso em que houve algum tipo de punição, foi meramente simbólica: acusado de estuprar três colegas, um aluno da faculdade que está prestes a se formar foi suspenso por seis meses, período após o qual poderá se formar normalmente e exercer a Medicina. Em suma, o resultado do processo sindicante foi somente o adiamento de sua formatura.

Procurado pela *Revista Adusp* para comentar a questão e as acusações de omissão diante das denúncias, o professor José Otavio Costa Auler Junior, diretor da FMUSP, não deu retorno aos pedidos de entrevista nem respondeu, até a conclusão desta matéria, ao e-mail que lhe foi en-

viado por intermédio da assessoria de imprensa da instituição.

Entre as providências tomadas pela FMUSP está a criação, em dezembro de 2014, do Núcleo de Estudos e Ações em Direitos Humanos (NEADH), coordenado pela procuradora de justiça aposentada Vânia Balera desde janeiro de 2015. “O núcleo não é para receber denúncias. Pode até vir a receber e fazer o encaminhamento necessário, mas foi instituído mais para fomentar a política institucional na defesa dos direitos humanos”, afirma Balera. Ela aponta como “atuação concreta” do NEADH a criação de uma comissão permanente para estudar “o uso de álcool e outras substâncias pelos alunos”, após promover fórum que tratou do tema, em abril. O objetivo do núcleo, segundo a coordenadora, é “tentar implantar, de forma transversal à grade curricular”, grupos de estudo sobre os temas considerados “oportunos”.

Na opinião de Felipe Scalisa, contudo, o debate precisa ser inse-

rido na própria grade curricular. “O núcleo teria que ser mais incisivo”, critica o militante LGBT, que se diz “agredido pela posição conciliadora” do NEADH, o qual, na sua avaliação, “é muito subordinado à diretoria e tem um caráter muito mais conciliador do que nós, enquanto vítimas, estamos dispostos a conciliar”. Outros militantes, como Renata Mencacci, também não confiam no núcleo criado pela diretoria da faculdade: “O NEADH não está do nosso lado, não está lá para acolher e ajudar a tocar as lutas que precisam ser tocadas na FMUSP”, diz a feminista.

Outra medida da FMUSP foi a criação, em fevereiro de 2015, de uma Ouvidoria própria, para receber denúncias e queixas de alunos. “A Ouvidoria e o NEADH trabalham em conjunto. Separadamente, porém com o mesmo propósito de averiguar, receber, acolher, encontrar soluções, sugerir medidas, cobrar”, sustenta a ouvidora, socióloga Elisabeth Vargas, que participa das reuniões promovidas pelo

núcleo. “A ideia é que todo o apoio seja dado à vítima no que ela precisar, seja apoio psicológico ou jurídico”, explica Elisabeth, que considera importante ter autonomia para trabalhar. “Não presto contas à direção da faculdade. Faço relatos de números e temas, garantindo total sigilo a todos os denunciante”.

Até julho de 2015 a Ouvidoria havia recebido 19 denúncias, sendo a maioria de assédio moral e nenhuma de violência sexual. Para a ouvidora, faz-se necessário na faculdade o debate sobre humanização. “Essa sensibilização não pode ser feita de cima para baixo, tem que ser feita horizontalmente”, defende a socióloga, para quem é preciso abrir sindicâncias, principalmente em casos de violência sexual. “Como ouvidora, não posso exigir uma punição, mas posso sugerir à direção da faculdade que tome tais providências e mobilize pessoas”, conclui.

Diante da gravidade dos casos denunciados e da ausência de uma política institucional concreta de amparo a vítimas de violência sexual e de gênero na USP, um grupo de professoras resolveu encarar o desafio. A rede “Não Cala USP” foi criada a partir de uma “carta de desabafo” elaborada por docentes de diferentes unidades da universidade e enviada a colegas “sensíveis a esta questão”, segundo a professora Ana Flávia D’Oliveira (FMUSP). “Menos de uma semana depois, nós tivemos surpreendentes 94 pessoas, simbolicamente dentro do prédio da Faculdade de Medicina, onde começaram as denúncias públicas”, orgulha-se Ana Flávia, que havia integrado a comissão presidida pelo

Daniel Garcia



Professora Ana Flávia D'Oliveira

professor Paulo Saldiva, extinta por ocasião da criação do NEADH.

“A gente precisava também de um espaço de atuação autônomo e independente para enfrentar a questão de forma propositiva e não necessariamente apenas pelos canais administrativos da universidade, que têm seu papel, mas não são suficientes”, diz a professora. “Nosso grande incômodo foi a falta de proteção dos denunciante, e é nosso papel, como professoras e mulheres mais velhas que sabem o que estão falando, tomar a frente da defesa das meninas. Elas estavam vocalizando a dificuldade de enfrentar a estrutura administrativa da universidade, e a dificuldade nas relações de poder internas da instituição”. Assim, define Ana Flávia, a rede configura uma “tentativa de nos articularmos para a proteção das meninas de uma forma independente, autossustentada e propositiva”.

Quatro grupos de trabalho foram organizados: o de acolhimento às vítimas, “que está pensando o treinamento e um certo manual,

com princípios e diretrizes de como as professoras podem acolher as denúncias” e “mapeando os serviços dentro e fora da USP, e as nossas experiências pessoais, para criar um tipo de protocolo”; o de campanhas educativas e comunicação, voltado para o planejamento e execução de campanhas educativas relacionadas ao tema; o de coordenação de intercâmbio e apoio às atividades locais; e o de Regimento, responsável pela identificação de lacunas no Regimento da universidade “para propor alterações que visem um aprimoramento dos mecanismos de apuração e punição das situações de violência sexual e de gênero”, conforme documento elaborado pela rede, que já conta com mais de 220 apoios manifestados.

“As histórias da Medicina são bem específicas. Além das festas, tinha a questão dos trotes e o fato de os estupros lá serem bem criminosos, planejados. Dão remédios para as meninas, tem estupro coletivo. É bem assustador”, diz a professora Heloísa Buarque de Almeida

Ana Flávia questiona o regimento atual da universidade, no qual “a vítima de violência não é parte do processo”, que envolve apenas “o

infrator disciplinar contra a universidade”. “O regimento da universidade é de 1972, época ainda da Ditadura Militar, com pedacinhos de lei de 1990, e trabalha com a ideia de infração disciplinar, então não há nele crimes de violações dos direitos humanos”, diz a professora, destacando que “embora aconteça há muito tempo, a violência sexual é de uma visibilidade bastante recente dentro das universidades”, sendo um “problema de grande dimensão e difícil abordagem”. Ela destaca que é preciso combater o senso comum de que a educação formal é suficiente para prevenir esse tipo de violência.

Professora de estudos de gênero na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), a antropóloga Heloísa Buarque de Almeida, uma das fundadoras da rede “Não Cala USP”, coordena, desde março de 2014, o programa USP Diversidade. Fundado em 2012 para pensar a questão da homofobia, o programa foi o espaço que a professora encontrou para debater a violência sexual e de gênero, após tomar nota de casos ocorridos em festas, passando a ser procurada também por alunos da FMUSP. “As histórias da Medicina são bem específicas. Além das festas, tinha a questão dos trotes e o fato de os casos de estupros lá serem bem criminosos, bem planejados. Dão remédios para as meninas, tem estupro coletivo. É um negócio bem assustador”, diz.

O aumento do número de denúncias deve-se, a seu ver, a uma nova forma de enxergar a violência. “Tem uma série de abusos, violência sexual, homofobia, machismo em sala de aula, piadinha homofóbica e ra-

Daniel Garcia



Professora Heloísa Buarque de Almeida

cista com professor, assédio sexual também entre professor e aluno, e várias dessas questões estão aparecendo mais, não só porque agora estão achando canais para denunciar, mas também porque houve uma mudança na forma de classificar algumas coisas”, explica. Assim, não são denunciadas apenas as violências físicas, mas tudo o que é vivido como uma agressão. “As meninas estão chamando de violência simbólica, violência moral, violência psicológica. E nós também”, defende a professora, enfatizando que “essa nova forma classificatória demanda da universidade uma postura diferente”.

Assim, enquanto muitos atribuem gravidade apenas a violências físicas contra mulheres, Renata Mencacci, do Coletivo Geni, afirma que na Medicina as violências simbólicas se dão até mesmo no direcionamento profissional. “Numa prova de residência [médica], os caminhos ficam muito claros: tem as especialidades dos homens e as das mulheres. A mulher vai ser ginecologista, obstetra, pediatra, profissões delicadas, relacionadas ao cuidado e à questão da maternidade”, conta Renata. Es-

pecialidade “muito ligada ao pessoal da Atlético”, segundo a estudante, a ortopedia é eminentemente dominada por homens, tendo sido apenas uma vaga, de um total de 15, ocupada por uma mulher. “Se formos falar de urologia, é *bizarro*, porque são 10 vagas e nenhuma foi ocupada por mulher, e não é por falta de capacidade. É uma discrepância: as mulheres não podem fazer urologia, mas os homens fazem ginecologia e são muito valorizados”.

Nas práticas trotistas, “também há uma violência marcadamente com metáforas de gênero, sexualidade e raça”, segundo Heloísa. “O chamado *pascu*, por exemplo, é uma coisa que feminiliza os rapazes e, se você pensar *stricto sensu*, é estupro. Perante a lei, é estupro”. Para a professora, “a palavra violência esconde muitas coisas” e “se a brincadeira de uns é a humilhação de outros, não é mais brincadeira, é violência”. Ela ressalta que, diferentemente do trote, cuja ocorrência varia entre as diversas unidades da USP, a violência sexual é “uma problemática geral”.

Diante da inaptidão das comissões sindicantes em lidar com as denúncias das estudantes, a criação da rede “Não Cala USP” é sinônimo de esperança para as vítimas. “Evidentemente, no limite, um dos embates com que a gente vai ter é com a própria estrutura hierárquica da universidade. Mas esperar o Estatuto mudar para fazer alguma coisa seria paralisante. Então tem que ir fazendo de outro jeito. A ideia da rede é pensar como é que a gente pode ir fazendo alguma coisa paralelamente, que não seja esperar da Reitoria ou da institucionalidade uma solução”.

ATLÉTICA E SHOW MEDICINA REJEITAM ACUSAÇÕES

Em depoimento à CPI da Alesp, estudantes da Medicina que dirigem as organizações negaram a contratação de prostitutas nos seus eventos e disseram não haver recebido denúncias de crimes sexuais. Sílvio Tacla, do Show Medicina, negou a ocorrência de trotes violentos, machismo e homofobia

Daniel Garcia

O presidente da Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz (AAAOC), Diego Vinicius Santinelli Pestana, comprometeu-se, em contato telefônico com a reportagem, a responder às perguntas que lhe seriam encaminhadas por e-mail. Contudo, não o fez até o fechamento desta edição. Assim, a *Revista Adusp* reproduz aqui excertos de seu depoimento à CPI realizada na Alesp. Pestana, que assumiu a presidência da Atlética em outubro de 2014, depôs em 28 de janeiro de 2015. Na mesma audiência, depôs Raphael Kaeriyama e Silva, que fora tesoureiro da associação em 2011.

Sobre as festas “Carecas no Bosque” e “Fantasias no Bosque”, promovidas anualmente e nas quais ocorreu a maioria dos casos de assédio e estupros denunciados por alunas da FMUSP, Pestana assumiu que elas respondem por grande parte da receita da Atlética, mas declarou que



Adriano Diogo, presidente da CPI, interpela aluno Raphael Kaeriyama, da Atlética

não voltaria a promovê-las antes de resolver a questão da segurança. “Eu não vou fazer uma festa sem ter uma garantia de que tem profissionais de segurança, porque até então a gente tinha, mas pelas denúncias parece que eles não estavam funcionando direito. Então, eu quero ter certeza de

que nenhuma menina está em risco, nenhum rapaz está em risco, e que não tenha problema nenhum. Eu não sei quanto tempo isso vai demorar para a gente ter esse *know-how* de saber fazer uma festa bem feita, bem organizada, com segurança” (p. 700-701 do relatório da CPI).

Pestana afirmou que, devido ao “acidente” com o calouro Edison Hsueh (1999), a organização perdeu patrocínios e, por isso, a verba oriunda das festas é cada vez mais necessária. “A minha preocupação agora é procurar novas fontes de renda para não voltar a fazer a festa... Óbvio que tem a parte que nós gostamos das festas, nós somos jovens, gostamos, OK, mas se a gente pudesse optar, elas não seriam feitas do jeito que são feitas” (p. 702), dizendo preferir eventos mais modestos.

O deputado Adriano Diogo, presidente da CPI, censurou Pestana por referir-se à morte de Edison como “acidente” e por acrescentar que a morte do estudante “atrapalhou os lucros” da Atlética. “Soa mal”, disse Diogo.

O presidente da CPI também dirigiu ao presidente e ao ex-tesoureiro da Atlética, Raphael Kaeriyama e Silva, perguntas sobre os “relatos sistemáticos” da contratação de garotas de programa para, nos referidos eventos, ficarem “nas barracas das modalidades para que os frequentadores possam tomar bebidas em seus seios” e sobre a verba destinada a isto, além da existência dos chamados “cafofos, quartos improvisados que são montados atrás das barracas de bebidas” para que rapazes tenham relações sexuais com tais prostitutas ou com garotas que os estiverem acompanhando. Silva negou categoricamente tanto que a Atlética contrate prostitutas e que

existam quartos improvisados nos fundos das barracas.

“Posso afirmar a todos os presentes que a Atlética não contratou, nunca contratou e não contrata nenhuma prostituta. [...] Eu posso afirmar categoricamente que, em 2011, quando fui tesoureiro, não foi repassado nenhum dinheiro para a contratação de prostitutas. De verdade. Isso não aconteceu. A gente não apoia, não é apoiado esse tipo de coisa. Não é que a Atlética foi lá e pagou para uma prostituta estar ali. Isso não acontece”, disse Silva (p. 704-705).

Sobre os quartos improvisados, alegou que são usados para se armazenar bebidas e outros itens vendidos nas barracas, o que explica a presença de seguranças na porta. “Se [...] as pessoas usam como quartos, eu realmente desconheço” (p. 705), disse o ex-tesoureiro, que afirmou não saber “de onde veio o termo ‘cafofo’” (p.706).

O presidente da Atlética, por sua vez, limitou-se a dizer que as denúncias foram um alerta para que o sistema de segurança das festas seja revisto. “O que, talvez, essas denúncias demonstrem para a gente é que nossa segurança, nesse aspecto, se aconteceram essas denúncias, falhou. É um alerta para a gente mudar” (p. 706).

Questionado pela vice-presidente da CPI, deputada Sarah Munhoz (PCdoB), sobre já ter presenciado ou tomado conhecimento de “atos de assédio sexual,

de machismo, homofobia e outras violações de direitos humanos no âmbito da AAAOC”, Pestana afirmou: “Eu nunca presenciei nada desse tipo, mas eu também não posso fechar os olhos para as denúncias” (p. 720). Teria tomado conhecimento das denúncias somente por meio “dos boletins da CPI e da mídia”, pois segundo ele ninguém o procurou antes para fazer denúncias, apesar de sempre terem estado “abertos para diálogo com os coletivos” (p. 721).

Sílvio Tacla, que dirigiu o Show em 2014, alegou jamais ter presenciado coação sobre calouros: “Nunca fui a favor de ninguém consumir bebida alcoólica em excesso ... nunca presenciei ninguém ser obrigado a ficar nu em nenhum espaço do Show”

Ao telefonar para o atual diretor do Show Medicina, Erikson Hoff, a *Revista Adusp* propôs encaminhá-lhe perguntas por e-mail e obteve como resposta que ele as veria e as responderia, “se for do meu interesse”. A reportagem encaminhou as questões, conforme o combinado, mas não

obteve resposta de Hoff até o fechamento desta edição.

Na CPI, quem respondeu pelo Show Medicina foi o diretor da organização em 2014, Sílvio Tacla Alves Barbosa, que depôs em 10 de fevereiro de 2015, quando já havia deixado esse cargo. Ele havia exercido outros cargos no Show em anos anteriores: de tesoureiro (2012) e de secretário (2013).

A *Revista Adusp* telefonou para Tacla para obter uma entrevista sobre os fatos ocorridos ou denunciados em 2014, mas o estudante recusou-se: “Quem pode responder melhor pelo Show é o diretor atual”. A reportagem explicou que estava aguardando retorno de Hoff, mas que várias questões se referiam a denúncias feitas ao período em que Tacla dirigia a organização, sendo, portanto, apropriado que se manifestasse. Ainda assim, ele não quis conceder entrevista.

À CPI, quando questionado sobre a prestação de contas da organização, e indagado sobre a contratação de prostitutas, Tacla respondeu: “O Show não contrata prostitutas” (p. 1376). “O Show não organiza evento com prostituta, até existe mesmo esse dia [em] que os calouros vão de terno, uma brincadeira que é feita, mas o ensaio se encerra e, posteriormente, cada um vai para onde quiser. Eu, pessoalmente, não tenho o hábito de frequentar eventos com prostitutas”, disse ainda, em outro momento (p. 1447).

O presidente da CPI também perguntou a Tacla sua opinião sobre “alunos serem citados nominalmente na peça do Show”, como no caso de Felipe Scalisa (satirizado em dois esquetes da edição de 2014 do Show Medicina), e sobre menções depreciativas ao Coletivo Geni. O ex-diretor respondeu que nunca foi “a favor de citações individuais de alunos” e que “não houve menção direta a nenhum deles” (p. 1380); que não viu na peça, “de maneira nenhuma”, “relação com o Felipe Scalisa” e “relação com o Coletivo Geni”, e que não sabia se a música “Geni”, de Chico Buarque, “ia fazer parte ou não” (p. 1390); que “o tema não foi o [Coletivo] Geni, o tema foi a *Ópera do Malandro*” (p. 1384). Alegou que o Show não é machista nem homofóbico.

Perguntado especificamente sobre o esquete em que o estudante Felipe Scalisa foi mimetizado e no qual ele mesmo atuou, Tacla sustentou tratar-se de uma brincadeira sobre o internato da Medicina (“quem iria ser excluído dos grupos mais concorridos do internato”): “Como eu era diretor, não tive muito tempo de participar da produção ativa desse quadro, mas como eu era da turma do quarto ano, tinha que pegar algum papel. Acabei representando o Pedro Bial, a gente fez um quadrinho do ‘Big Brother’” (p.1384). Indagado sobre sua posição no processo criativo do Show, afirmou que “o diretor geral não é quem elabora todo

o roteiro do Show”, mas aquele que “vê quais quadros vão sair, organiza a ordem” (p. 1382).

Com relação aos calouros serem forçados a beber nos ensaios, Tacla alegou nunca ter presenciado tal situação e disse desconhecer que ocorra tal coação. “Eu, enquanto diretor, fiz questão de fiscalizar que nenhum excesso fosse cometido. Nunca fui a favor de ninguém consumir bebida alcoólica em excesso”, garantiu (p. 1415). Sobre os novatos serem obrigados a ficar nus, respondeu: “Eu nunca presenciei ninguém ser obrigado, coagido a ficar nu em nenhum ensaio, nenhum espaço do Show” (p. 1481).

“Em relação a casos de estupro especificamente relacionados ao Show eu não recebi nenhum relato até agora. Relacionados à faculdade sim, a gente tem vários relatos. No Centro Acadêmico [Oswaldo Cruz (CAOC)], o que surgiu e foi bem pautado foi essa questão de novembro de 2013, da cervejada do sexto ano, o caso da menina que veio depor aqui, todo mundo já sabe do que se trata”, disse Tacla, referindo-se à denúncia feita por Phamela Silva Feitosa em novembro de 2013, ano em que ele era vice-presidente do CAOC. “Certamente a gente tem relatos, a gente conversa muito entre nós e ouve pessoas falando ‘tal menina me disse que sofreu’, mas eu não sei, não cabe a mim especificar tudo o que eu já ouvi, nomes”, completou Tacla (p. 1462).

A USP QUE SE NEGA A SER PRETA, PARDA E INDÍGENA

João Peres, Moriti Neto, Tadeu Breda e Thiago Domenici
Jornalistas



O ano de 2015 marca a chegada a um nó no debate sobre desigualdade étnica na USP. A Ocupação Preta, coletivo estudantil, conseguiu aglutinar insatisfações — e expor desconfortos alheios — ao entrar em salas de aula com o objetivo de discutir racismo e políticas afirmativas. Sua abordagem forte tem reaberto velhas feridas de uma universidade forjada pela oligarquia e inicialmente destinada apenas aos bem nascidos. O Conselho Universitário autorizou a adoção do ENEM como opção à Fuvest para o ingresso, a critério das unidades. Medicina, Direito e Escola Politécnica negaram-se a aderir

“Quantos pretos você viu hoje? Resistiremos eternamente”. As palavras martelam o muro. Ora na tentativa de evitar que avance, ora na esperança de colocá-lo abaixo. Não estão sozinhas. “Povo forte, povo preto”, “Odeio os racistas da USP”, “O racismo está aqui”: cada espaço da parede metálica que busca isolar, na USP, o futuro prédio do Instituto de Relações Internacionais (IRI) foi estampado com dizeres que evocam uma trajetória de resistência. Do lado de fora, o Núcleo de Consciência Negra (NCN), cujo espaço há anos é assediado pela Reitoria, parece o agricultor familiar que, cercado por latifúndios, defende seu território. O vizinho, que cresce a cada dia, exerce uma pressão imensa sobre ele.

A sede de concreto do então reitor J. G. Rodas fez com que todos os barracões localizados ao lado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) fossem abaixo na gestão anterior. Menos um. O galpão ocupado anos a fio pelo NCN e mantido a salvo pelos militantes, a duras penas, é como o debate sobre a democratização do acesso à USP: isolado, porém barulhento. Ainda não se sabe quem será vencedor e quem será vencido, mas é certo que a convivência fica a cada dia mais tensa.

É engano achar que o debate sobre cotas na universidade começou hoje, como pode sugerir o vídeo que “viralizou” nas redes sociais em março de 2015 e que colocava de lados opostos um grupo de ativistas negros da Ocupação Preta — que interrompeu uma aula da FEA para discutir o tema — e alunos brancos

mais interessados em aprender microeconomia.

Nos anos 1990, a criação da Comissão Permanente de Políticas Públicas para a População Negra da USP funcionou como incentivo para que o NCN cobrasse um debate profundo nesse sentido, o que acabou não ocorrendo. Na mesma década, no âmbito mais geral da universidade, a USP tornou-se “prosaicamente realista”, explica a filósofa e professora Marilena Chauí em *Escritos sobre a Universidade* (Unesp, 2001). Ela opina que do lado das associações de docentes, de estudantes e de funcionários, o discurso ficou “centrado na ideia de interesses das categorias”, enquanto do lado das direções universitárias “prevaleceu o discurso da eficiência, produtividade e competitividade”. A absorção do ideário neoliberal pela oligarquia que controla a USP deu-se, entre outros fatores, também pela instalação de fundações privadas dentro da universidade, levando à naturalização da ideia de uma gestão eficiente, nos moldes de uma empresa.

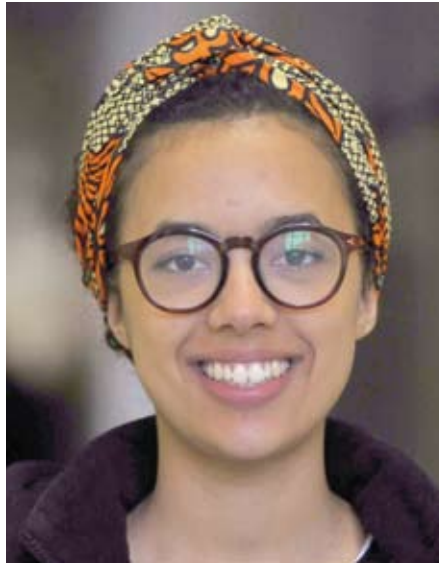
“Hoje a USP fica entre essa pressão por mão-de-obra e essa tradição da erudição. Uma coisa mal resolvida. É uma universidade anacrônica porque não consegue fazer bem nem uma coisa, nem outra”, avalia Dennis de Oliveira, professor do curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes (ECA) e integrante do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (Neinb-USP).

Atualmente, mesmo abrigando 60% de alunos cuja renda familiar mensal é inferior a dez salários

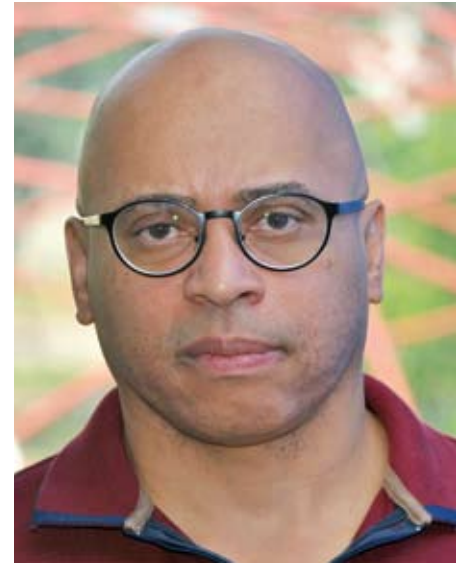
mínimos, a principal universidade brasileira está longe do equilíbrio étnico-racial, o que para Oliveira expõe as muitas contradições da instituição, nascida em 1934 de um projeto de parte da elite paulista ligada ao Partido Democrático e ao jornal *O Estado de S. Paulo* — intelectuais orgânicos da burguesia agroexportadora e políticos com ambição de se tornarem (ou se manterem como) a elite dirigente do País. Ao longo dos seus 80 anos, completados em 2014, esse projeto foi se transformando num sistema cada vez mais de massa, só que uma massa predominantemente branca. Oliveira acredita que a USP reflete o país ao reproduzir um tipo de racismo que Darcy Ribeiro chama de *tolerância opressiva*. “Esse mito da democracia racial está marcado por essa situação. A tolerância racial acontece quando os lugares de hierarquia racial são mantidos. Quando começam a ser rompidos ou se começa a reivindicar seu rompimento, o preconceito vem à luz”.

No bojo de acirrados conflitos, relacionados ao papel do negro na sociedade nacional, os movimentos passaram a questionar o pacto social, e as políticas de ações afirmativas ganharam fôlego. Espécie de cereja desse bolo, as cotas ganharam tração a partir de 1996, sobretudo no plano federal, e depois em 2001, quando o Brasil aderiu ao Plano de Ação de Durban (África do Sul), ocasião em que o “uspiano” e então presidente Fernando Henrique Cardoso admitiu que o país ainda é racista e que o Estado precisaria adotar políticas públicas para alterar essa realidade.

O Ministério da Educação estima que estudantes pretos, pardos e indígenas ocuparam 20% de 48.676 vagas ofertadas pelas universidades federais em 2014. “Enquanto isso a USP tem 7% de alunos negros”, diz o professor Ricardo A. Ferreira



Juliana Levra de Jesus



Professor Ricardo Alexino

Somente em 2012 passou a vigorar a Lei 12.711, conhecida como Lei de Cotas, que determina às universidades federais distribuir 50% de suas vagas entre quatro subcotas: candidatos egressos de escolas públicas; de escolas públicas com baixa renda; candidatos pretos, pardos e indígenas (PPIs) de escolas públicas e PPIs de escolas públicas e baixa renda. Cada instituição federal tem autonomia para decidir se vai ou não adotar uma política de ação afirmativa. As cotas podem ser raciais (para negros, pardos e índios), sociais (para oriundos de escolas públicas e pessoas com deficiência) ou uma combinação dos dois modelos, ou seja, dentro da cota de vagas para estudantes vindos de escolas públicas são reservadas vagas para negros, pardos e índios.

A USP resiste, impávida (vide *Revista Adusp* edições 43, 2008; e 47, 2010). Depois de adotar por mais de uma década o claudicante Programa de Inclusão Social (In-

clusp), sempre com resultados pífios, a universidade finalmente decidiu, em 2015, aderir ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), cujos resultados passam a contar na forma de créditos aos estudantes interessados em ingressar na USP como alternativa ao vestibular da Fuvest, por meio do Sistema de Seleção Unificado (SISU). Porém, cabe a cada unidade de ensino decidir se vai ou não adotar essa modalidade, bem como a proporção de ingressantes via Fuvest e via ENEM.

O professor Oliveira avalia que o movimento por cotas cresceu na USP nos últimos anos. Primeiro, porque a universidade foi obrigada a dar algumas respostas, “ainda que insuficientes” como no caso da adoção do ENEM, já que vários dos cursos mais concorridos decidiram não aderir. Segundo, porque “o movimento estudantil colocava essa questão de uma maneira muito pontual, e agora é o principal item da pauta de reivindicações”. Juliana Gaj Levra de Jesus, do Diretório Central dos Estudantes (DCE-Li-

vre “Alexandre Vannucchi Leme”), argumenta que a USP vai na contramão do País ao não implementar as cotas raciais. “Para quem a Universidade é feita? As cotas não são implementadas. Nossa avaliação é de que a USP é um grande exemplo de como não ser democrática”.

Julgada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012, a Lei de Cotas tem sido exitosa na sua implementação. O Ministério da Educação estima que 20% das 48.676 vagas ofertadas pelas universidades federais foram ocupadas, em 2014, por estudantes declarados pretos, pardos e indígenas. “Enquanto isso, a USP tem só 7% de alunos negros”, critica o jornalista e professor Ricardo Alexino Ferreira, coordenador do Neinb-USP, citando dados de 2012. “Essa situação gerou o documentário ‘USP 7%’, que constata o racismo estrutural da universidade”, lembra o educador. Os números mais recentes fornecidos pela instituição indicam um aumento de 1,4% no dado que intitulou o filme: pretos, pardos

Daniel Garcia

**Carine Nascimento**

e indígenas agora são 8,4% do total de estudantes da universidade.

A estudante negra Carine Nascimento, 21 anos, lembra bem do comentário que a patroa de sua mãe fez à época em que prestou Fuvest, em 2011: “A Carine não vai passar, porque as minhas filhas [brancas] não passaram”. Atualmente cursando o último ano do curso de Educomunicação na ECA, diz que até hoje tem a sensação de que a universidade não foi feita para ela — “parece que eu sou uma coisa meio marginal” — e questiona os reais motivos de a USP recusar-se a adotar as cotas sociais e raciais. Ela avalia que entrar na universidade sem o uso dessa política afirmativa foi possível por uma conjunção de fatores positivos, como ter vivido outras políticas e programas sociais voltados para estudantes de baixa renda: “Hoje o sujeito sonha um pouco mais com o ensino superior, mas sonhar com a USP é mais difícil, porque a universidade não participou do processo de construção de políticas que podem mudar

trajetórias. E o cruel é o cara não poder sonhar que ele pode”.

Entre os que se posicionam contrariamente às cotas raciais, falar em política de reparação histórica parece não fazer sentido. “Não sou contra a cota, mas não acho que ela deva beneficiar etnicamente. Ela deve beneficiar populações sem condições financeiras, geralmente vindas de escola pública”, resume João Baptista Borges Pereira, professor emérito do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). A professora Eunice Durham (FFLCH) avalia que a desigualdade econômica, e não a cor da pele, é o fator mais importante do desnível educacional brasileiro. “A cota é um jeito de resolver o problema com pouco trabalho. Você não precisa superar as deficiências do ensino médio. É antidemocrático, antieducativo, porque você coloca pessoas com deficiência séria de formação na universidade”.

Hoje, os negros representam 70% dos 10% mais pobres do país, ao passo que os brancos somam 85% dos 10% mais ricos. Por trás do debate, uma outra questão controversa, o vestibular: método que valoriza o aluno capaz de estudar ou prova discricionária, que elimina possibilidades de quem não teve acesso a uma formação mais completa? “Na minha opinião, cotas são estratégias emergenciais. Se o aluno está em uma escola boa, não importa a cor. Vai prestar o vestibular. Se é bom, é bom. A USP tem de selecionar muito bem intelectualmente seus alunos. Porque não pode jogar fora o capital intelectual que ela

tem só para demonstrar que é democrática. Isso é bobagem”, avalia o professor Borges Pereira.

“Claro que política de ação afirmativa é algo provisório, temporário. Mas até quando? Até quando existirem esses mecanismos sistêmicos que impedem que determinados grupos possam concorrer em condição de igualdade com outros”

Tal alegação de princípio, de que as cotas são injustas porque violam a meritocracia e a isonomia para vagas públicas, é “equivocada”, avalia Ronaldo Barros, secretário de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Para ele, o ponto é perceber como injustiças históricas foram cometidas por meio dessa ideia, ou seja, entender que pessoas aprovadas em exames vestibulares (ou concursos em geral) não chegam ao pódio unicamente por causa de seu empenho. “Claro que política de ação afirmativa é algo provisório, é algo temporário. Mas até quando? Até quando existirem esses mecanismos sistêmicos que impedem que determinados grupos possam concorrer em condição de igualdade com outros. Então, enquanto houver um

sistema que hierarquize, secundarize, impeça o acesso e crie barreiras e mecanismos de acessibilidade, vão existir cotas”, afirma Barros.

É importante que a USP passe a refletir e adotar medidas mais eficazes, provoca o secretário de Ações Afirmativas da Seppir. “Imagine o que um indígena não provoca de mudança na sala de aula: na forma de vestir, no saber que traz, na necessidade que o professor tem de traduzir, retransmitir e potencializar esse conhecimento. Então, a presença desses grupos na universidade muda processo, muda cultura, muda estado civilizatório. E os dados têm mostrado que muda para melhor, não precisa ter medo, não”.

O medo a que Barros se refere diz respeito também a uma segunda alegação meritocrática muito comum (que aparece na formulação da professora Eunice Durham), a de que os alunos cotistas, por terem menor base de conhecimento, rebaixariam a qualidade da instituição. “Estudo promovido pela UERJ [Universidade Estadual do Rio de Janeiro] demonstra que o desempenho dos cotistas e não-cotistas é muito semelhante. Segundo a pesquisa, as notas de cotistas chegaram a 8,077 contra 8,044 de não cotistas em cursos como o de Administração, só para citar um exemplo. Outras universidades que adotaram o sistema de cotas comprovam desempenho semelhante”, explica o professor Alexino Ferreira.

“Mesmo pública, a USP tem donos”, diz o coordenador do Neinb. Na sua avaliação, a universidade mais famosa do país padece de um “complexo eurocêntrico”, por isso, sempre

se posicionou como “uma ilha de excelência no país, esforçando-se muito pouco para que essas benesses de formação fossem acessíveis aos diferentes segmentos sociais”.

Quando questionada sobre a adoção de cotas raciais, a universidade se defende, lembrando que desde 2006 possui o Inlusp como política afirmativa. Voltado para alunos de escolas públicas, o programa consiste na aplicação de diferentes bônus sobre a nota do vestibular: de 12% para o aluno que cursou o ensino médio em escola pública; de 15% para quem cursou o ensino fundamental e o ensino médio na rede pública; de 20% para os alunos do Programa de Avaliação Seriada (Pasusp) que cursaram o ensino fundamental na rede pública e ainda estejam no segundo ou terceiro ano do ensino médio em escola pública. Há ainda um bônus extra de 5% concedido àqueles que se declararem pretos, pardos ou indígenas. Porém, ao longo de uma década, o Inlusp não conseguiu ampliar de modo expressivo a presença de negros na USP (e indígenas menos ainda).

Lançado em 2013, outro programa gerou inconformidade do movimento pró-cotas. Trata-se do Programa de Inclusão por Mérito (Pimesp), proposto às universidades públicas estaduais pelo governador Geraldo Alckmin. O Pimesp prevê a adoção de cotas gradativas para alunos da rede pública, até atingir 50%, sendo 35% para autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Estes estudantes, porém, teriam de submeter-se a um curso à distância oferecido pela Universidade Virtual do Estado de



Professor João Baptista Pereira

São Paulo (Univesp), com duração de dois anos. “É muito cruel”, avalia Carine. “É como se dissessem: ‘Ah, tem de fazer isso porque ele não é tão bom assim’”, crítica.

“A USP aderiu ao ENEM porque, ao mesmo tempo que não quer implementar cotas raciais, sabe que não dá mais não querer fazer nada. É estratégia de amenizar um pouco essas reivindicações. Não pode dar um braço inteiro, então dá um dedo”

Há dois anos, em reação ao Pimesp, a Frente Pró-Cotas Raciais encaminhou um anteprojeto de lei à Assembleia Legislativa (Alesp) no qual propõe uma reserva total de

Daniel Garcia



Fernanda Silva e Souza

55% das vagas, nas proporções de 25% para negros e indígenas, 25% para estudantes da rede pública e 5% para pessoas com deficiência. Também tramita na Alesp um projeto de lei apresentado em 2012 pelo deputado estadual Luiz Cláudio Marcolino (PT), o qual cria um sistema de cotas, com vigência por dez anos, para um total de 35% das vagas na USP, Unesp, Unicamp e Fatecs. Essa fatia seria dividida entre afrodescendentes e indígenas (15%), alunos da rede pública (outros 15%) e pessoas com deficiência (5%).

Fernanda Silva e Souza, 21, que cursa o penúltimo ano de Letras, avalia que todos esses programas criados pela USP são paliativos. “A USP aderiu ao ENEM porque, ao mesmo tempo que não quer implementar cotas raciais, sabe que não dá mais não querer fazer nada. É uma estratégia da universidade de amenizar um pouco essas reivindicações. Já que ela não pode dar um braço inteiro, então dá um dedo”. De fato, a USP reservou ao SISU do Ministério da Educação apenas

13,5% das vagas que ofertará em 2016: 1.489, de um total de 11.057. E dos 143 cursos de graduação da USP, somente 13 farão reserva de vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

Os cursos de Medicina, Direito e Engenharia, a tríade da graduação tradicional da USP, rejeitaram aderir ao SISU do Ministério da Educação como método alternativo de ingresso de estudantes — e, por extensão, descartaram toda e qualquer política de cotas. São justamente os espaços em que ações afirmativas fariam mais diferença. José Roberto Castilho Piqueira, diretor da Escola Politécnica, vê como positiva a autonomia para que as unidades decidam a respeito. “As diversas unidades procuram ingressantes com perfis diversos e podem adaptar o ingresso aos seus objetivos”.

Segundo a Fuvest, nas carreiras com mais de dez candidatos por vaga no vestibular, a faixa de matrícula de autodeclarados pretos, pardos e indígenas é de 13,2%, enquanto o total de alunos de escolas públicas é de 25%. Nas faculdades com nível de concorrência intermediário, as fatias sobem para 18,1% e 33,1%, respectivamente, e ascendem a 24,5% e 45,8% nos cursos menos procurados.

Apesar do crescimento geral nos últimos anos, os percentuais ainda estão bem abaixo do considerado ideal pelos movimentos que se batem por cotas. Pretos e pardos somam 34,6% do total da população paulista, segundo o último Censo Demográfico do IBGE, de 2010. Para Fernanda, que mora no extremo leste da cidade e demora duas horas para ir e outras duas horas para voltar da universida-

de, narrativas como a dela, “negra de escola pública que entrou na USP”, devem servir para evidenciar o quanto as cotas são necessárias.

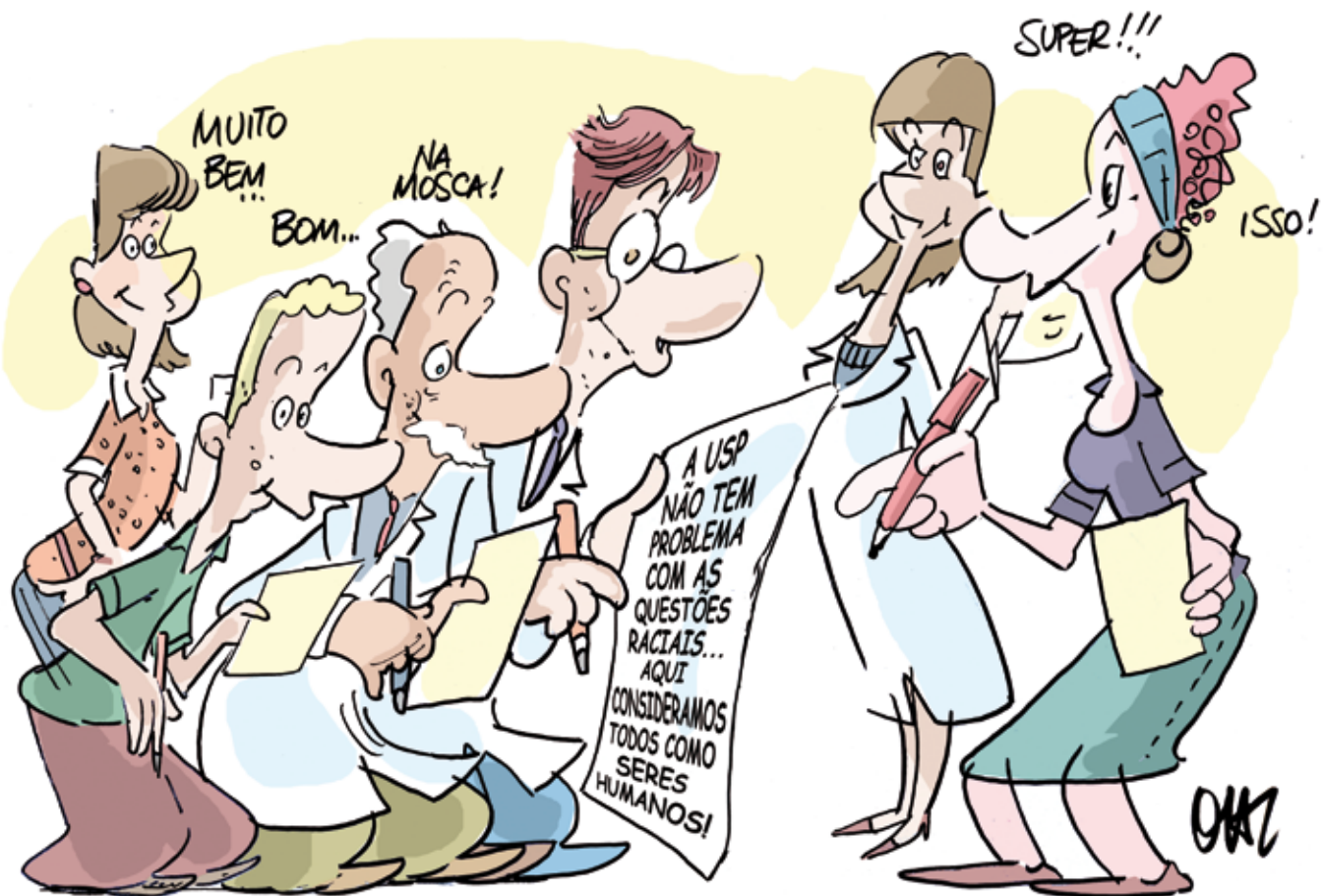
A estudante conta que depois de um ano de ativismo político dentro do *campus*, resolveu militar no âmbito da academia. “Comecei a estudar e ler várias obras, para fazer pesquisa de literatura, que é minha área, sobre escritores negros, então estou comparando Lima Barreto com Carolina Maria de Jesus. Hoje em dia eu digo que minha militância é minha pesquisa e que minha pesquisa é minha militância”. Nesse sentido, ela reforça o argumento do secretário Barros, da Seppir, e pontua que a entrada do estudante negro na universidade não serve somente para a diplomação. “Possibilita que pesquisem, como eu, assuntos que nunca foram pesquisados”.

O reitor M. A. Zago, ao comemorar a decisão do Conselho Universitário (de junho de 2015) que optou pela adesão ao ENEM mas negou-se a discutir a implementação de cotas raciais, cometeu um ato falho ao declarar que a USP ficara “ilhada” por anos, mas que agora começava “a quebrar essa parede”. Por certo, não se trata da mesma parede metálica que isola as futuras instalações do IRI (nova e promissora unidade de ensino da universidade), separando-as do teimoso Núcleo de Consciência Negra. “Quantos pretos você viu hoje?” As palavras seguem a martelar o muro. Ora na tentativa de barrar sua expansão, ora na expectativa de botá-lo abaixo. Nesse caminho, a velha estrutura resiste, não sem rangidos e fraturas.

COMO A USP TEM TRATADO A QUESTÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Adriana Alves

Professora do Instituto de Geociências da USP



“Por que os colegas das ciências exatas e biológicas creem ser a discussão de cotas pautada pelo fígado e coração? Por que não são legitimados como ciência/racionalidade os inúmeros trabalhos que tratam da questão? Por que, num ambiente científico de mentes ditas analíticas, as discussões e opiniões estão no plano dos achismos e conclusões baseadas apenas nas vivências pessoais dos tomadores de decisões da universidade?” Este artigo à moda de ensaio procura oferecer respostas a tais indagações

Quando o telefone tocou naquela quinta-feira, pouco antes de minha saída para quinze exaustivos dias de trabalho de campo, não esperava que fosse por parte da Adusp. Tampouco esperava que o convite para escrever sobre como a universidade tem tratado a questão das cotas sócio-raciais fosse feito a mim, professora do Instituto de Geociências, área, em tese, das ciências exatas.

Não faltam elucubrações e contribuições científicas a respeito do tema vindas de autores das ciências humanas, daí a estranheza do convite. Entretanto, a resistência encontrada no âmbito de meu instituto de origem e o papel árduo que venho tentando desenvolver junto a alunos e professores (iniciado ainda nas discussões sobre o Pimesp) trouxeram à memória algumas das passagens e embates travados ao longo desses meus curtos cinco anos de docência.

A grande vantagem de ser das ditas ciências exatas é ver como por aqui o tema é tratado como se fosse uma discussão emocional e, portanto, no ver dos cientistas exatos, desprovida do embasamento científico/racional tão apreciado pelos das Exatas.

Pois bem, uma rápida pesquisa sobre o tema na mais poderosa ferramenta de busca disponível a todos os meus colegas revela um sem fim de publicações, dentre livros, artigos científicos e ensaios. As primeiras perguntas que ficam então são: “Por que os colegas das ciências exatas e biológicas creem ser a discussão pautada pelo fígado e coração? Por que não são legitimados como ciência/racionalidade os inúmeros trabalhos que tratam da questão?”

E mais importante e paradoxal: “Por que, num ambiente científico de mentes ditas analíticas, as discussões e opiniões estão no plano dos achismos e conclusões baseadas apenas nas vivências pessoais dos tomadores de decisões da universidade?”

Divido o presente ensaio trazendo informações que creio são desconhecidas por boa parte de meus colegas, uma perspectiva histórica baseada em um fim de semana de pesquisas e leituras a respeito. Quem sabe dessa maneira, ao lerem essas palavras, meus colegas empreguem parte de seu tempo informando-se sobre a questão, para fundamentar suas discussões para além das emoções e achismos.

“Ao final da escravidão, a proporção de negros para brancos era de 3:1 e havia grande temor quanto ao que poderia acontecer quando da abolição. Uma política de imigração europeia reduziria a desvantagem numérica dos brancos”

Aos iniciantes na temática das relações raciais brasileiras recomendando a leitura do livro *Onda negra medo branco*, de Celia Maria Marinho de Azevedo. Em suas pouco mais de 200 páginas a auto-

ra revela os eventos históricos que marcaram a transição do regime escravocrata para o regime de trabalho livre e oferece ao leitor um panorama completo que vai desde o início dos movimentos abolicionistas até a constituição da chamada “nação brasileira”, que passa inevitavelmente pelas campanhas “imigrantistas”.

O século XIX foi marcado pelas pressões internacionais sobre nosso país para que fosse dado fim ao regime escravocrata, e pressões internas. As razões humanitárias levantadas pelos primeiros abolicionistas pouco efeito surtiram sobre os senhores de escravos, posto que nada se sabia sobre as implicações econômicas da libertação dos escravos.

Somente quando a inevitabilidade da abolição da escravidão ficou clara, surgiram as primeiras teorias sobre a impulsão econômica do trabalho livre e “prazeroso”, que já colhia frutos na Europa e nos Estados Unidos durante o florescimento da revolução industrial.

Já ao final do regime escravocrata, a proporção de negros (libertos ou não) para brancos no Brasil era de 3:1 e havia grande temor quanto ao que poderia acontecer quando da abolição.

O imaginário da época foi tomado pelas imagens dos relatos, funestos para os proprietários de escravos, da Revolução de Santo Domingo (1791-1804), ou Revolução Haitiana, que subverteu a ordem colonial e escravista, deixando um rastro de senhores e famílias brancas mortas. Liderada pelo general negro Toussaint

L'Ouverture (1743-1803), a Revolução Haitiana derrotou os exércitos da França, aboliu a escravidão, declarou a independência e instaurou, em 1804, a primeira República negra da história.

No Brasil, os últimos suspiros da escravidão foram marcados por tentativas de protelar a abolição por meio da cultura do medo, que pregava ser inevitável a vingança dos libertos, com consequente eliminação de seus antigos opressores — daí o nome do livro de Célia Azevedo. Entretanto, dada a inevitabilidade iminente da abolição, uma política pública de imigração, preferencialmente europeia, visava diminuir a desvantagem numérica dos brancos, ao mesmo passo em que fortaleceria o progresso da economia e da cultura/moral via trabalho livre.

Os projetos emancipacionistas podem ser vistos como intermediários entre os dois (abolicionista e imigrantista) e previam a prestação de serviços compulsórios por parte dos libertos por um período que permitisse aos latifundiários proceder à adequação de seu sistema produtivo, fosse pelo “treinamento” dos escravos para a aceitação do trabalho livre (uma vez que o trabalho era visto como castigo forçado), fosse pela incorporação da *mão-de-obra* estrangeira.

Qualquer que fosse o modelo pensado e preferido à época, o negro misteriosamente some da discussão após a abolição e o tema do trabalho passa a contemplar preferencialmente a *mão-de-obra* estrangeira.

“A ideia que a sociedade nutria (negro ‘preguiçoso’ e indisponível ao trabalho) floresceu também nos trabalhos de FHC. Ficam claras as bases racistas do sistema trabalhista brasileiro, e a ciência é parte importante na consolidação da posição inferior do negro”

As justificativas para os incentivos imigrantistas passariam a ser calcadas no próprio negro uma vez que “o isolamento econômico, social e cultural do ‘negro’, com suas indiscutíveis conseqüências funestas, foi um produto ‘natural’ de sua incapacidade relativa de sentir, pensar e agir socialmente como homem livre”, como escreveu Florestan Fernandes. “Ao recusá-lo, a sociedade repelia, pois, o agente humano que abrigava, em seu íntimo, o ‘escravo’ ou o ‘liberto’”.

E essa ideia que a sociedade nutria do negro preguiçoso e indisponível para o trabalho floresceu também nos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, nosso ilustríssimo ex-presidente da República. Ficam claras as bases racistas do sistema trabalhista brasileiro, sendo que a ciência é parte importante na consolidação da posição inferior do negro, já que as medições cranianas e os estudos fisiológicos da medici-

na e da biologia contribuíram para a ideia do negro como irremediavelmente atrasado.

A política imigrantista foi o primeiro sistema nacional de cotas experimentado pela sociedade brasileira. O branqueamento gradual da nação era propalado por intermédio de leis de incentivo à imigração, isenção ou diminuição de impostos e incentivo a latifundiários dispostos à venda ou arrendamento, subsidiados pelo governo, de pequenos lotes de suas terras como incentivo à vinda e permanência de imigrantes, de preferência brancos, para o país.

“Não se pense que, propondo a abolição da escravidão, o meu voto seja de conservar no país a raça libertada: nem isto conviria de sorte alguma à raça dominante, nem tampouco à raça dominada. Os primeiros teriam de sofrer as reações, e os segundos teriam sempre a suportar os resultados de antigos prejuízos, que nunca cessariam a seu respeito”

Cezar Burlamaqui (1803-1866)

“As duas raças, latina e saxônia, neste país, hão de produzir alguma coisa melhor [...] quero ir gradualmente, isto é, trazendo o estrangeiro precipitadamente para a província de São Paulo, porque eu, primeiro que tudo, sou paulista. Venha, pois, o estrangeiro, sr. Presidente, façamos tudo quanto estiver ao nosso alcance para chamá-lo, e mais tarde teremos a restauração de nossos foros”

Deputado Aguiar Witaker em 1869

As políticas de incentivo de permanência dos imigrantes deveriam, estrategicamente, garantir um ambiente pacífico e seguro. Portanto os temores da “onda negra” precisavam ser derrubados a fim de passar aos novos cidadãos a imagem de país tranquilo. A cultura do medo é então parcialmente substituída pela ideia de que as relações escravo-senhor no Brasil diferiam daquelas existentes nos Estados Unidos e no Haiti, por serem amistosas e integradoras.

Nasce a ideia da democracia/harmonia racial brasileira, uma vez que os senhores eram bons, os escravos dóceis e repetições de episódios como o de Santo Domingo seriam improváveis.

*Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós,
Das lutas na tempestade
Dá que ouçamos tua voz
Nós nem cremos que escravos
outrora
Tenha havido em tão nobre País...
Hoje o rubro lampejo da aurora
Acha irmãos, não tiranos hostis.
Somos todos iguais! Ao futuro
Sabermos, unidos, levar
Nosso augusto estandarte que,
puro,
Brilha, ovante, da Pátria no altar!*

*Parte do Hino da Proclamação da
República (1890)*



Estão apresentadas, sucinta e grosseiramente, as bases das relações raciais brasileiras. Se por um lado somos historicamente vistos como preguiçosos, perigosos, não-afeitos ao trabalho livre e irremediavelmente atrasados, por outro não há qualquer intervenção do Estado na condição do negro, uma vez que, como dito no hino lançado apenas dois anos após o fim da escravidão, somos todos iguais.

Uma análise mais aprofundada revela que o Brasil considerava o negro como principal responsável pelo atraso no crescimento econômico do país ao mesmo tempo que o torna responsável historicamente por

sua própria sorte, uma vez que as oportunidades seriam (são) as mesmas oferecidas aos brancos... Essa é talvez a face mais perversa do racismo brasileiro.

Em todas as discussões sobre a adoção de políticas públicas para a ampliação do número de alunos pobres nos quadros discentes das instituições públicas de ensino superior, o jargão sempre presente é: “devíamos lutar pelo fortalecimento da escola pública e não pela facilitação do acesso ao ensino superior por uma parcela de estudantes despreparada e desprovida de mérito”. Com variações sutis no discurso, é esse o argumento mais utilizado em relação à adoção de políticas afir-

***“Análise mais aprofundada
revela que o Brasil via o negro
como principal responsável
pelo atraso no crescimento
econômico do país,
ao mesmo tempo que o torna
responsável historicamente
por sua própria sorte.
É talvez a face mais perversa
do racismo brasileiro”***

“PRESERVAR E DESENVOLVER AS CARACTERÍSTICAS MAIS CONVENIENTES DA ASCENDÊNCIA EUROPEIA”

Decreto-Lei 7.967, de 27 de agosto de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e considerando que se faz necessário, cessada a guerra mundial, imprimir à política imigratória do Brasil uma orientação racional e definitiva, que atenda à dupla finalidade de proteger os interesses do trabalhador nacional e de desenvolver a imigração que fôr fator de progresso para o país,

DECRETA:

TÍTULO I

Da entrada de estrangeiros no Brasil

CAPÍTULO I

ADMISSÃO

Art. 1º Todo estrangeiro poderá, entrar no Brasil desde que satisfaça as condições estabelecidas por esta lei.

Art. 2º Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional.

mativas nas poucas universidades que ainda não adotaram o sistema federal de cotas socio-raciais.

Os primeiros pontos a esclarecer são: 1) o movimento cotista jamais levantou bandeira alguma contra a melhoria das condições educacionais no país; e 2) os procedimentos não são mutuamente exclusivos, sendo possível e recomendado que as cotas sejam temporárias e aliadas a um plano nacional de valorização do ensino.

O cenário atual da educação brasileira deve ser analisado sob uma perspectiva histórica. Num primeiro momento, a educação dos filhos de

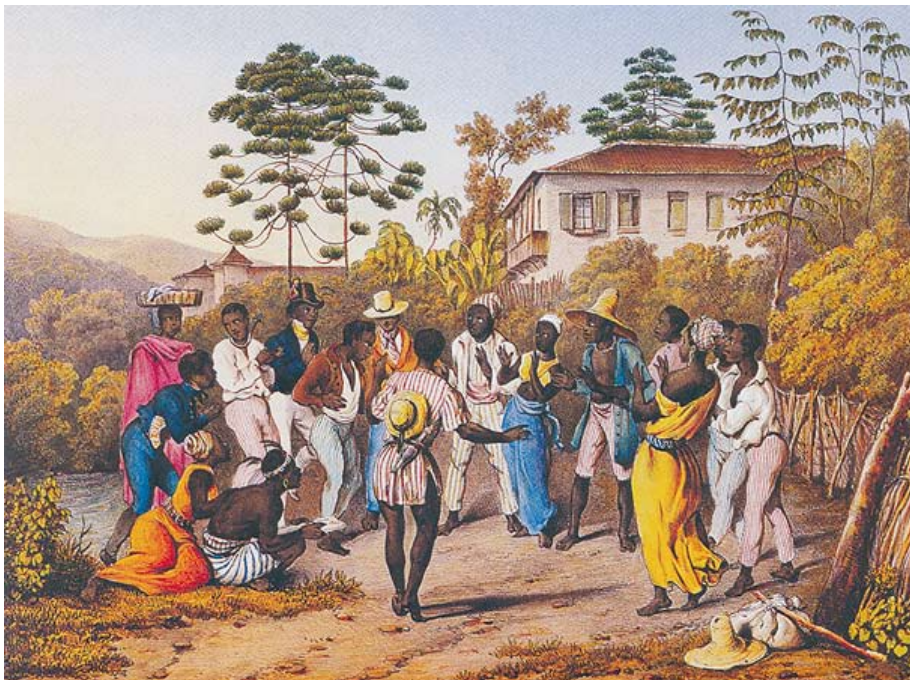
colonos e da realeza era de responsabilidade da Igreja e, salvo raras exceções, vedada aos escravos e à população mais pobre. Os importados ideários educacionais que visavam preparar as crianças para uma inserção feliz e eficaz no mercado de trabalho motivaram a implantação de centros de educação voltados à capacitação de *mão-de-obra*.

Contam os mais velhos que até a década de 1970 os colégios públicos eram excelentes. Instituições particulares de ensino eram destinadas à elite e aos meninos-problema continuamente rejeitados pelas instituições públicas.

“Em 1920, nada menos que 60% dos brasileiros eram analfabetos. Os restantes 40% haviam sido julgados e selecionados por meio de rigorosos mecanismos: os exames de admissão no ginásio só seriam formalmente extintos com a lei 5.692/1971”

Numa análise histórica, Beisiegel (1986) conclui que nos primórdios da educação brasileira o sistema era organizado para atender aos interesses e expectativas de uma minoria privilegiada (qualquer semelhança com a atualidade não é mera coincidência). Em 1920, 60% dos brasileiros eram analfabetos e os 40% restantes haviam sido julgados e minuciosamente selecionados via rigorosos mecanismos (os exames de admissão no ginásio só seriam formalmente extintos com a lei 5.692/71). Segundo Oliveira & Araújo (2005), “quando nos deparamos com evocações saudosas da qualidade da escola do passado, há que se levar em conta que estamos falando de uma escola que já era diferenciada pela clientela atendida”.

Graças à universalização do ensino e à obrigatoriedade de matrícula de crianças no ciclo básico, há um aumento vertiginoso da demanda, sem que haja contrapartida na qualidade



"Batuque", ilustração de Rugendas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira

(e quantidade) da oferta. O reduto de poucos passa a ser o da maioria e, com a flagrante desvalorização de professores e do ensino, o sistema educacional como um todo se revela um nicho econômico atraente.

Se, por um lado, o primeiro indicador de qualidade incorporado na cultura escolar brasileira foi condicionado pela oferta limitada, e um dos seus principais efeitos foi a política de expansão da oferta pela ampliação da rede escolar, por outro lado a ampliação das oportunidades de escolarização da população gerou obstáculos relativos ao prosseguimento dos estudos desses novos usuários da escola pública, visto que não tinham as mesmas experiências culturais dos grupos que tinham acesso à escola anteriormente, e esta não se reestruturou para receber essa nova população.

A degradação do sistema educacional público e a popularização das instituições privadas de ensino

leva a uma corrida generalizada de alunos de famílias de classe média aos bancos das escolas particulares. Vão-se com esses alunos as vozes pressionadoras de seus pais, que já entenderam ser a educação o principal (se não único) meio de galgar degraus na escala social.

Mesmo as mentes mais liberais, defensoras do ensino público de qualidade, têm seus filhos matriculados em instituições particulares. A tendência generalizada da nossa sociedade de dar mais ouvido aos clamores oriundos de uma parcela muito específica da sociedade (as classes média e alta) é o que leva à aparente invisibilidade dos sucessivos apelos por melhoria da qualidade de ensino por parte de uma classe social desprivilegiada e de representação política limitada. Está armado o cenário para a competição desleal nos vestibulares. Está colocada, ainda, a postura de clientela cada vez mais ostentada pelos alunos para os quais dou aula.

A lógica de mercado permanece presente em nosso sistema de ensino e se traduz, mais claramente, na competição instigada pelos exames de acesso ao ensino superior público. Não fosse a competição por si só não recomendada em ambientes educacionais, o fato de ser travada entre indivíduos com oportunidades de estudo de qualidade muito contrastada torna-a, por conseguinte, desleal.

“A USP falha ao não apresentar estatísticas detalhadas da composição discente nos seus cursos. Os atuais 32% de egressos da escola pública parecem satisfazer o Inlusp. Mas as assimetrias favoráveis aos egressos de escolas particulares continuam graves e acentuadas”

Das breves exposições sobre os contextos históricos de acesso a bens sociais, principalmente à educação, por parte de negros e pobres, são apresentadas as bases que justificam as formulações das políticas afirmativas de acesso ao ensino superior. A experiência relatada a seguir sugere que é possível encaminhar um debate equilibrado nas unidades de ensino da USP.

“No dia 4 de fevereiro nos foi encaminhada a proposta do Governo Estadual de São Paulo para implementação do sistema de cotas nas universidades estaduais paulistas. Como informado no corpo do e-mail encaminhado pela assistência técnico-acadêmica, a manifestação da Congregação do IGc deverá ser discutida na Congregação do dia 20 de março.

Creio que vários dos senhores e senhoras podem não ter atentado para a importância do documento, mas adianto que em nossas mãos está depositado o poder de decisão sobre o perfil do aluno ingressante nessa instituição e as consequências (sejam elas boas ou ruins, em função da visão de quem as aprecia) para nosso instituto, para a universidade e para a sociedade à qual servimos (ou deveríamos servir).

Faço um apelo para que deixemos a lógica produtivista de lado e para que discutamos a questão com a retidão e reflexão merecidas, baseando-nos para tanto nos dados disponíveis de instituições que já passaram pelo mesmo processo e na produção científica abundante sobre o assunto. Lembrem-se que, apesar de tudo o que nos é cobrado no que tange à ciência e à administração, nossa obrigação primeira é com o ensino e este é certamente um tema deste foro.

Ademais, creio que como cientistas que somos, seria no mínimo inadequado e paradoxal que nossa decisão fosse to-

ODIA
www.odia.com.br R\$ 1,20

ARY CARVALHO (1934-2003) | QUARTA-FEIRA, 18/05/2011 | ANO 60 | Nº 21.516 | 18 EDIÇÃO

> PATRÃO PODE ESCOLHER CANDIDATA PELA 'CÚTIS' OU 'ETNIA' NO SITE OU POR TELEFONE

Empresa oferece babás e diaristas pela cor da pele

DENÚNCIA Critérios que confrontam o Estatuto da Igualdade Racial vêm sendo utilizados para contratar mão de obra. Com sede em São Paulo, a empresa Resilar, de Recursos Humanos, usa a cor da pele para apresentar funcionários domésticos a seus clientes. Repórter de **ODIA** se fez passar por um contratante e confirmou a polêmica forma de oferta profissional. > P. 26 e 27

Repórter: Posso escolher pela foto?
Atendente: (...) O senhor vai passar justamente os detalhes. Se gosta de **alta, baixa, gorda, magra, feia,**

bonita, e vamos escolher pelo perfil da pessoa, baseado naquilo que o senhor me passou.
R: De que tipo de informação você precisa?
A: (...) Tem que me dizer o

serviço que ela vai exercer na residência, a idade, alguma preferência de **etnia,** alguma coisa assim. A pessoa tem que me falar também, senão vai constrianger ambos.

DISCULPA NÃO ENCONTRO DO ESTADO
> DESISTIR DA COMPRA

mada com base nos 'achismos' e preconceitos que todos (inclusive eu) carregamos e faço um apelo para que organizemos debates e discussões com especialistas no assunto (**QUE NÃO SOMOS!**), para somente então nos posicionarmos frente à questão.

Atenciosamente,
Adriana Alves”

A mensagem acima foi enviada por mim, por e-mail, a todos os professores do IGc-USP em 26 de fevereiro de 2013. Se por um lado o Pimesp falhou em fornecer uma alternativa viável de ampliação do número de alunos de escolas públicas aos quadros da USP, por outro lado logrou abrir as discussões sobre o tema nos institutos e faculdades dessa instituição. Para minha surpresa, na data marcada para a

reunião vários colegas e alunos estavam presentes. A discussão utilizou como base os documentos “Avaliação do desempenho e da situação acadêmica dos ingressantes pela política de cotas instituída na Universidade Estadual de Ponta Grossa no período 2007-2011”, “Avaliação Qualitativa dos Dados sobre desempenho acadêmico – relatório ano 2011” da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o “Relatório de desempenho de alunos cotistas” apresentado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) referente ao período de 2005 a 2010.

A discussão foi longa e frutífera, uma vez que o mito da queda na qualidade de ensino caiu por terra frente à análise dos dados apresentados e a Congregação do IGc acabou por sugerir que a USP adotasse o sistema federal de re-

ESTÍMULO AOS ESTUDANTES NEGROS? “O GATO COMEU”

GESTÃO MARCOVITCH

“II- criar condições na Universidade para divulgação, debates, ensino regular e extracurricular, e pesquisas sistemáticas relacionadas à ampliação da inclusão social no âmbito da USP;

III- estimular o ingresso e a permanência dos negros nos quadros discentes da USP, dentro dos padrões acadêmicos e de acordo com as condições financeiras da instituição;

V- alertar permanentemente docentes, alunos e funcionários técnico-administrativos da USP sobre o papel que a Universidade deve ter perante a sociedade brasileira, com vistas à ampla inclusão social”.

Portaria GR 3.156, de 29/4/1999, artigo 2º

GESTÃO RODAS

“II- criar condições na Universidade para divulgação, debates, ensino regular e extracurricular, e pesquisas sistemáticas relacionadas à ampliação da inclusão social no âmbito da USP;

III- alertar permanentemente docentes, alunos e funcionários técnico-administrativos da USP sobre o papel que a Universidade deve ter perante a sociedade brasileira, com vistas à ampla inclusão social”.

Portaria GR 4.846, de 12/11/2010, artigo 2º

serva de vagas para alunos oriundos de escolas públicas, SISU (respeitando-se a constituição étnica do Estado).

Infelizmente, a decisão da Pró-Reitoria de Graduação foi pela ampliação do sistema de bônus, que teve reflexo positivo no número de alunos egressos da escola pública, motivado também, e principalmente, pela inauguração do *campus* leste e de novos cursos noturnos (como o de Licenciatura em Geociências e Meio Ambiente).

Entretanto, a USP falha ao não apresentar estatísticas detalhadas sobre a composição dos quadros discentes nos diferentes cursos que ministra. Dessa forma, os atuais 32% de egressos da escola pública parecem satisfazer as metas de ampliação do Includ. Entretanto, uma análise mais detida revela que as assimetrias favorecedoras dos egressos de escolas particulares continuam graves e acentuadas nos cursos de maior procura: Engenharia, Economia, Medicina, Ciências Sociais, Jornalismo, Geologia e outros.

“A composição étnica do quadro docente da USP é esmagadoramente branca e, arrisco dizer, socialmente privilegiada. A resistência à implementação das cotas sócio-raciais é reforçada pela ausência de vozes dissonantes. E no debate impera o amadorismo”

Num primeiro momento, parece irrelevante determinar que os diferentes cursos sejam constituídos por alunos de diferentes *backgrounds* sociais e étnicos, desde que os números absolutos satisfaçam a opinião pública. Falhamos aí em reconhecer um dos principais objetivos dos defensores das políticas afirmativas.

Dos bancos dos cursos legitimados pela nossa sociedade como os maiores modificadores de paradigmas sociais saem, atualmente, estudantes de vivência/cor homogeneizada e privilegiada pelo dinheiro. A principal e mais lógica consequência é que a futura elite, nas diferentes acepções do termo, responsável pela elaboração de novas políticas públicas de saúde e desenvolvimento para as comunidades carentes e negras será formada por nossos atuais alunos — que, tolhidos da convivência com grupos étnicos e sociais distintos, pecarão em reconhecer as necessidades do outro.

Corpo docente e composição étnica

| Categoria | Branco | | Preto | | Pardo | | Amarelo | | Indígena | |
|--------------------|--------|-------|--------|-------|--------|-------|---------|-------|----------|-------|
| | Mulher | Homem | Mulher | Homem | Mulher | Homem | Mulher | Homem | Mulher | Homem |
| Titular | 262 | 744 | 0 | 2 | 7 | 12 | 13 | 28 | 0 | 0 |
| Associado | 510 | 967 | 1 | 3 | 5 | 13 | 28 | 34 | 0 | 0 |
| Doutor | 1242 | 1662 | 5 | 8 | 20 | 31 | 53 | 88 | 0 | 2 |
| Assistente | 7 | 50 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 4 | 0 | 0 |
| Auxiliar de ensino | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2021 | 3428 | 6 | 13 | 32 | 59 | 95 | 154 | 0 | 2 |

Fonte: Departamento de Recursos Humanos (DRH) - Universidade de São Paulo - USP. Abril de 2011.

Um exemplo clássico é o da Universidade de São Paulo e sua estrutura de poder vigente. A composição étnica do quadro docente da USP é esmagadoramente branca e, arrisco dizer, socialmente privilegiada. A resistência à implementação das cotas sócio-raciais é reforçada pela ausência de vozes dissonantes.

Assim como nos debates do Pimesp, a recente discussão acerca das formas alternativas de ingresso via SISU deixou claro o amadorismo com que o tema é aqui tratado. O número mágico de alocação de vagas (10%) citado durante a reunião da Congregação no IGc não foi apresentado à comunidade de forma justificada e, no âmbito da universidade como um todo, as discussões foram novamente realizadas de forma não integrada e com base nas percepções pessoais dos docentes dos diferentes institutos.

Se por um lado a USP continua a ser extremamente eficaz no papel educativo a que se propõe, por outro está ainda longe de ser democrática, na medida em que privilegia o acesso de grupos específicos às suas salas de

Doméstica

1, Lar. p/ morar no empr. c/ exp. toda rotina, cuidar de crianças, c/ docum. e ref., pref. branca, s/ filhos, solteira, maior de 21a. F: 264-3090./608-1244. Gisele.

aula. É preciso redimensionar a polarização entre as ideias de eficiência e democracia na educação, pois não são ideias antagônicas, e sim complementares (Oliveira & Araújo, 2005).

A formulação da pergunta dos senhores de escravos na transição do regime “o que fazer com os negros?” carrega em si, segundo Peter Eisenberg, “um grande viés racista, na medida que somente um grupo subordinado, como o ‘negro’ ou o ‘índio’, foi pensado como categoria social distinta e problemática”, uma vez que ninguém perguntava “o que fazer com o branco?”

Da mesma maneira, quando o quadro docente da USP se pergunta: “o que fazer com o aluno de escola pública?”, investe-se de um manto preconceituoso que pensa somente

o aluno de escola pública como categoria distinta e problemática. Assim como à época da abolição, ninguém se pergunta “o que fazer com o aluno de escola particular?”.

Fica então a mais importante das questões: *O que fazer para educar a todos, já que esta deve ser a missão de uma*

instituição pública? E por fim: como evitar retrocessos, como o verificado (vide p. 77) entre as gestões J. Marcovitch (1998-2001) e J.G. Rodas (2010-2013)?

Referências

- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco*. São Paulo: Annablume, 2004. 2ª edição revista e ampliada (1ª edição: 1987).
- BEISIEGEL, C.R. (1986). “Educação e sociedade no Brasil após 1930”. In: FAUSTO, Boris (org.) *História geral da civilização brasileira – III. O Brasil republicano*. 4. Economia e Cultura (1930-1964). 2ª ed. São Paulo: Difel, p. 381-416.
- BURLAMAQUI, F.L.C. *Memória Analytica á cerca do commercio d’escravos e á cerca dos males da escravidão* ao Doméstica. Rio de Janeiro: Comercial Fluminense, 1837.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na Sociedade de Classes*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.
- OLIVEIRA, R.P. e ARAÚJO, G.C. “Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação”. *Revista Brasileira de Educação*, 28, 5-23.
- WITAKER, Aguiar. In ALPSP (Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo), 1869, p. 168, 169; idem, p. 140, 141.

DESMANCHE TEM COMO ALVOS RDIDP E CARÁTER PÚBLICO DA UNIVERSIDADE

Pedro Estevam da Rocha Pomar
Editor da Revista Adusp

Reprodução/FFLCH



Momento crítico: ao lado do diretor Sérgio Adorno, Ricardo Terra apresenta à FFLCH propostas do GT-AD (20/8/15)

Reveses institucionais parecem não inibir a gestão M.A. Zago-V. Agopyan, que insiste nos planos de demolição dos pilares acadêmicos da Universidade de São Paulo: o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), a carreira docente e o caráter público e gratuito da instituição. Quer ainda a redução do corpo de funcionários via PIDV e terceirizações e o estrangulamento financeiro do HU. Agora, estrondosamente derrotadas as propostas do GT-Atividade Docente, a Reitoria cria uma “supercomissão” encarregada de propor nada menos que uma reforma do Estatuto...

Ao encerrar-se seu segundo ano de mandato, o mandarinato M.A. Zago-V. Agopyan (2014-2017) deixou razoavelmente claras suas intenções. Pretende desmontar a USP tal como a conhecemos, por meio de uma reforma regressiva dos regimes de trabalho — o alvo principal é o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) — e da carreira docente. A reforma pretendida está conjugada às perspectivas de intensificar o controle do corpo docente pela via das avaliações centralizadas e, paralelamente, conceder uma abertura ainda maior ao engajamento nas fundações privadas ditas “de apoio” à USP: é es-

te o significado da proposta de um regime de 40 horas *sem* dedicação exclusiva, acalentada pela Reitoria. O caráter público e gratuito da instituição, já deteriorado nos dias que correm, é portanto outro alvo.

Os dados da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) registram que a “indústria” de cursos pagos arrecada, na USP, quase R\$ 90 milhões por ano. Sem que a Reitoria faça mais do que exercer, via PRCEU, a fiscalização de rotina, que legitima e dá um verniz de legalidade a tal indústria. Evidentemente, as atividades das fundações privadas autoproclamadas “de apoio” não se limitam à

oferta de cursos pagos: enveredam por todo tipo de negócio e criam ou amplificam graves distorções no ambiente acadêmico. Que o diga a Fundação de Apoio à USP (FUSP), de quem falaremos ao final.

Querem ainda os mandarins, por intermédio do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) e de novas terceirizações, a redução do corpo de funcionários, que consideram superdimensionado. Desejam, igualmente, o estrangulamento financeiro do Hospital Universitário (HU), deixando ainda ao azar o futuro do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), depois de capitanearem,

de modo irregular e totalmente irresponsável, sua desvinculação da USP.

Na execução da estratégia de desmanche, o mandarinato coleciona derrotas e vitórias, cujo balanço se impõe, a esta altura dos acontecimentos. Entre as vitórias contam-se o êxito — do ponto de vista da Reitoria, bem entendido — do PIDV, que obteve a adesão de cerca de 1.500 servidores; a cooptação de ponderável parcela da comunidade da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), aparentemente convencida de que a terra contaminada depositada ilegalmente em 2010 e 2011 não oferece riscos à saúde dos frequentadores do *campus* Leste (**vide p. 87**); a citada desvinculação pelo Conselho Universitário (Co), ainda que ilegal, do HRAC.

Os reverses, é verdade, também são contundentes. A greve de 2014 foi o mais notável (*vide Revista Adusp 57*), mas dentro da própria estrutura de poder os planos da gestão defrontam-se com inesperados obstáculos. A Reitoria cultiva o hábito de criar comissões *ad hoc* e grupos de trabalho, nenhum dos quais consegue chegar a bom porto. A Comissão Assessora Especial do Conselho Universitário (Caeco), por exemplo, surgiu para formatar a reforma do Estatuto. Mas não fez avançar qualquer tema relevante e ainda teve seu presidente, professor Carlos Martins, praticamente desautorizado pelo reitor numa das reuniões do Co. Reuniões essas, por sinal, sempre conduzidas com autoritarismo por M.A. Zago, que em mais de uma ocasião deu ensejo a acusações de

machismo por conselheiras do Co — algumas das quais, pasme, tornaram-se objeto de processo disciplinar, por terem se manifestado “em voz alta” (*sic*) — e que cerceou toda tentativa de andamento mais democrático e equilibrado dos debates e dos trabalhos.

A série de reuniões extraordinárias do Co dedicadas, com base no *script* da Caeco, à reforma fatiada do Estatuto — realizadas em 3 de junho e 11 de novembro de 2014 e 7 e 14 de abril de 2015 — foi interrompida no decorrer desta última, quando manifestantes liderados pelo movimento por cotas ocuparam o local onde o colegiado se reunia (nas dependências do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, IPEN) e M.A. Zago, antes de bater em cinematográfica retirada, declarou, à moda imperial, que o processo só seria retomado em 2016 (*Informativo Adusp 398*, <http://goo.gl/6m9SoF>). Posteriormente recuou e deu início às votações.

O ácido debate entre o presidente do GT-AD, que leciona no curso de Filosofia, e seus colegas foi gravado em vídeo e publicado no site da FFLCH. A reprodução desse embate levou docentes de outras unidades a tomarem posição contra Terra

Se a Caeco redundou em fiasco, bem pior para a estratégia de desmonte da Reitoria foi o desfecho da comissão criada, no âmbito do Co, com a finalidade de equacionar os problemas do Hospital Universitário (HU) e que resultou em redondo e unânime “não” aos planos de M.A. Zago e V. Agopyan de descartar esse equipamento público de excelência (**vide p. 94**).

Igualmente ruínosa para os mandarins foi a trajetória do Grupo de Trabalho Atividade Docente (GT-AD), criado pela Portaria GR 6.545, de 30 de abril de 2014. A julgar por relatos de seus próprios integrantes, a heterogênea composição desse numeroso GT — vinte e quatro nomes, saídos da pena do reitor sem consulta a qualquer instância — e as divergências logo surgidas no seu interior, aliadas à condução nada democrática dos trabalhos, teriam inviabilizado qualquer contribuição digna de nota. A ponto de um de seus membros, o professor José Sebastião Neto, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), proclamar em debate, em agosto de 2015, que “nem [mesmo] os documentos” oficiais falam em nome do GT-AD (*Informativo Adusp 406*, <http://goo.gl/1qLIKv>).

De qualquer modo, ainda que sem realizar debates públicos e transparentes, e esquivando-se dos insistentes convites da Adusp nesse sentido, o GT-AD presidido pelo professor Ricardo Ribeiro Terra apresentou, em junho de 2015, um esquálido relatório final, “Propostas Iniciais sobre Valorização da Docência e Avaliação”, cujo teor

causou comoção na universidade.

Avaliação quinzenal de todos os docentes, vinculada à possibilidade de mudança de regime de trabalho; integração da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) à Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e à Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA); criação de um “Regime de Tempo Integral” (RTI) com 40 horas semanais, porém sem dedicação exclusiva à universidade; criação de um outro regime que consolide o atual Regime de Turno Completo (RTC), com jornada de 32 horas; e ingresso na carreira exclusivamente em Regime de Tempo Parcial (RTP) e não mais em RDIDP, com indicação no edital do concurso do regime preferencial especificado pela unidade. Estas as principais propostas do GT-AD, quase todas rechaçadas pelas congregações, instadas pela Reitoria a se manifestarem.

Terra apresentou o documento do grupo em reunião aberta da Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), em 20 de agosto, ocasião em que suas inconsistências foram postas a nu por muitos docentes da unidade, com destaque para a inexistência de um diagnóstico e de motivações claras para as mudanças propostas. O ácido debate entre o presidente do GT-AD, que leciona no curso de Filosofia, e seus colegas foi gravado em vídeo e publicado no site da FFLCH. A reprodução desse embate foi determinante para que muitos professores de outras unidades se inteirassem das questões em jogo e tomassem posição contra o

documento defendido por Terra. Causaram forte impacto a arrogância do presidente do GT-AD e a atitude de deboche frente aos sérios questionamentos que sofreu (*Informativo Adusp* 406, <http://goo.gl/HZXZAZ>).

No tocante ao ingresso na carreira, a finalidade da mudança é permitir à Reitoria punir o docente em RDIDP cujo desempenho seja considerado insatisfatório, impondo sua transferência de regime. O mecanismo, inspirado no modelo vigente na Unicamp, foi assim descrito por Terra: “O docente é aprovado e quando assina o contrato começa a receber em RDIDP. Qual a consequência disso? O docente pode perder o RDIDP a qualquer momento da carreira. A razão é clara. É poder rebaixar [de RDIDP para RTP]. [É permitir que] Alguém que absolutamente não tem proficiência, seja rebaixado”.

“De modo ilegal a USP transfere alguém do regime de experimentação do RDIDP para RTP ou RTC. Isso fere a estabilidade no emprego, fere o princípio constitucional da irredutibilidade nos salários”, sintetizou o professor Ciro Correia

A progressão horizontal na carreira seria mantida, passando a vincular-se à avaliação quinzenal. O docente com desempenho “excepcional” viria a ser agraciado com a progressão, ao passo que o docente cujo desempenho seja considerado insatisfatório “poderá ter seu regime de trabalho alterado”, implicando rebaixamento salarial. “De modo absolutamente ilegal, a USP transfere alguém do regime de experimentação do RDIDP para RTP ou RTC. Isso fere a estabilidade no emprego, fere o princípio constitucional da irredutibilidade nos salários, fere o pressuposto e o princípio de que o servidor público, para ter isenção na condução da sua responsabilidade pública, precisa ter estabilidade no cargo e irredutibilidade de salário”, sintetizou o professor Ciro Correia no debate “Carreira Docente em xeque” (*Informativo Adusp* 404, <http://goo.gl/7cNLdb>).

As congregações da FFLCH, da EACH, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) e do Instituto de Física (IF) estiveram entre as que rejeitaram cabalmente as propostas do GT-AD. O Instituto de Biociências (IB) igualmente reprovou o documento. Departamentos da Faculdade de Educação (FE), da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP) e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) também o fizeram.

A Congregação da FFLCH considerou por unanimidade que o documento do grupo “possui bases pouco sólidas, devido à ausência de diagnóstico amplo e fundamentado

Fotos: Daniel Garcia



14 de abril de 2015: reitor M.A. Zago bate em retirada do IPEN...



... puxado por uma funcionária e apoiando-se na pró-reitora Maria Arminda

que explicita sua real necessidade e objetivos”, e que o RDIDP “é condição necessária para que o tripé de atividades que possibilita a efetiva promoção dos fins da Universidade — ensino, pesquisa e extensão — seja exercido com qualidade”. A proposta de criação do RTI, sem a obrigatoriedade de vínculo empregatício exclusivo com a USP, implicaria “perigosa precarização do trabalho docente”.

Quanto ao ingresso em RTP, mesmo com a indicação no edital de outro regime preferencial, “indica um direcionamento para um tipo de universidade muito próximo ao das instituições de ensino superior privadas que, para atender às exigências mínimas do MEC [Ministério da Educação], mantêm cotas rígidas de professores conforme o regime de trabalho (horistas, tempo parcial e jornada integral), cabendo

a cada um deles um papel diferenciado na instituição”.

A Congregação da EACH, por sua vez, pronunciou-se expressamente “contrária ao teor do documento” do GT-AD, por entender, como a FFLCH, que “não apresenta qualquer diagnóstico sobre a situação dos docentes da universidade e seus regimes de trabalho ou a situação da avaliação docente”, mas também por “falta de transparência na construção do documento” e por viver-se um “momento inoportuno de crise financeira, que esta universidade enfrenta com corte de gastos inclusive nas atividades fins da universidade”. A EACH levou em conta, ainda, “que os docentes, desta unidade em particular, sofrem de uma grande sobrecarga de atribuições”, e que o GT-AD deixou de apresentar “qualquer outro instrumento complementar para atingir os supostos objetivos”.

“Diante das imprecisões e dos riscos existentes nas propostas apresentadas pelo GT Atividade Docente, os docentes do IB rejeitam o atual documento e requerem que qualquer discussão sobre regime de trabalho e avaliação docente e institucional seja baseada em dados e estudos aprofundados”

O IB encampou análise elaborada por uma comissão constituída no âmbito da Congregação, segundo a qual o “único vínculo lógico” entre as premissas que supostamente orientaram o GT-AD e as propostas apresentadas é o da “contradição”. Por exemplo: “tratar o RDIDP, que é um regime de trabalho, como uma gratificação por desempenho” contradiz a valorização da carreira docente — um dos objetivos do grupo, segundo a portaria GR 6.545. Dados irrefutáveis: a USP conta hoje com 88% de seus docentes em RDIDP, sendo “notória, no Brasil, a correlação entre a qualidade da pesquisa, ensino e extensão das universidades e a proporção de seus quadros em dedicação exclusiva”, o que explica o fato de que, embora os docentes da USP representem 1,6% dos docentes universitários do país, “eles são responsáveis por 25% da produção científica nacional”.

A conclusão do texto do IB é categórica: “Diante das imprecisões e dos riscos existentes nas propostas apresentadas pelo GT Atividade Docente, *os docentes do IB rejeitam o atual documento* [em destaque no original] e requerem que qualquer discussão sobre regime de trabalho e avaliação docente e institucional seja baseada em dados e estudos aprofundados que embasem uma análise crítica de novas propostas” (<http://goo.gl/kLtxCg>).

Outra severa crítica às propostas do GT-AD partiu de um grupo de professores da Faculdade de Direito (FD). Principiam por questionar as alegações oficiais a propósito do pretendido RTI: “A justificativa dada pelo GT é sucinta e pouco



Na saída do prédio, recebe a proteção de guardas e seguranças...



... e se encaminha, célere, até o carro que o espera

convincente. Apenas afirma-se que esse seria o regime daqueles que trabalham em tempo integral na Universidade, com engajamento institucional, mas com a possibilidade de assumir compromissos externos. A justificativa, como se vê, não é uma justificativa, mas uma descrição do que seria o regime”.

Assinado pelos professores Virgílio Afonso da Silva, Jean Paul Veiga da Rocha, Conrado Hübner

Mendes e Diogo R. Coutinho, o texto avalia que não há razão para ampliar o número de regimes de trabalho. Propõe, ao contrário, que eles sejam reduzidos a dois: tempo parcial e dedicação exclusiva. “A criação do RTI em uma atividade profissional cuja carga horária cotidiana não pode ser controlada, como é a atividade acadêmica, apenas faria com que todos os docentes que hoje são RTC (ou

Fotos: Daniel Garcia



Em meio a pequena confusão, o reitor prepara-se para embarcar



Carro do reitor deixa o local, sob protestos

ao menos uma parcela significativa deles) migrassem para o RTI, com impacto financeiro sem consequente alteração no perfil desses docentes”, argumentam. “Afim, por que receber vencimentos menores (RTC) se é possível receber vencimentos maiores (RTI) dado que a jornada de trabalho não pode ser controlada?”

Ademais, acrescentam os autores, “a depender de quão atrativos

forem os vencimentos do docente em RTI”, muitos dos hoje contratados em RDIDP poderiam migrar para o RTI, de tal modo que a USP “estaria fomentando uma transformação claramente negativa em seu quadro docente ao incentivar que seus professores e pesquisadores dividam seu tempo entre a universidade e outras atividades (incluindo o envolvimento com instituições rivais)”. Para eles, não há justificativa

institucional sólida para tal reforma. “A elite acadêmica internacional não é composta por professores com dois ou três empregos, mas por professores que se dedicam a uma única atividade”.

Assim, de todos os quadrantes e latitudes da universidade partiram duríssimas críticas às propostas do grupo presidido por Terra. Que talvez possam ser resumidas, abstraindo-se diferenças conceituais entre elas, neste singelo porém devastador trecho da manifestação do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da FE: “Após a necessária fundamentação, explicitação dos modelos e fontes pesquisadas, explicitação da metodologia utilizada, poderemos começar a discutir essa temática em um patamar adequado a uma universidade como a USP”.

Um restrito time, composto por docentes da absoluta confiança do reitor, portanto uma supercomissão para o que der e vier. Dois diretores de unidades controladas por fortíssimas fundações privadas: FMRP e FEA. A procuradora geral da universidade, autora de longo parecer favorável à oferta de cursos pagos

Visto que os ataques ao RDI-DP não convenceram nem mesmo alguns setores que se pautam pela meritocracia, a aventura do GT-AD revelou-se um constrangimento para a gestão M.A. Zago-V. Agopyan. A Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), que retomou seu caráter inquisitorial, tendo a presidi-la o afável professor Luiz Nunes, mais uma vez voltou a enfrentar resistências, como a da Adusp, que chamou os docentes a se defenderem dos abusos de poder praticados pela comissão. Que fazer, portanto? Como colocar em movimento novamente a engrenagem antiRDIDP? Simples, resolveram os mandarins: criando-se uma nova comissão, com mais poderes.

Eis que surge, no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* de 5/9/15 (Poder Executivo, Seção I, p. 65), portaria do reitor M.A. Zago que designa os professores Carlos Gilberto Carlotti Júnior (FMRP, presidente), Adalberto Américo Fischmann (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade), Carlos Alberto Ferreira Martins (Instituto de Arquitetura e Urbanismo), José Rogério Cruz e Tucci (FD), Maria Paula Dallari Bucci (FD), Ricardo Terra (FFLCH) e Victor Wüncch Filho (Faculdade de Saúde Pública), atribuindo-lhes a “incumbência de analisar e propor alterações estatutárias e regimentais no âmbito da USP”.

Um restrito time, composto por docentes da mais absoluta confiança do reitor, portanto

uma supercomissão para o que der e vier. Dois diretores de unidades controladas por fortíssimas fundações privadas: a FMRP (Faepa) e a FEA (FIA, Fipe e Fipecafi). A procuradora geral da universidade, autora de longo parecer favorável à oferta de cursos pagos, à revelia da Constituição Federal. E os (ex?) presidentes de dois grupos atropelados no caminho, a Caeco e o GT-AD, que ganham contudo nova oportunidade de demonstrar fidelidade à Reitoria.

Assim, “agora que o GT-AD se vê deslegitimado face ao volume e à contundência das críticas ... à inconsistência das ‘propostas’ por ele rascunhadas, a Reitoria, em novo ato monocrático, nomeia outra comissão”, denuncia o editorial do *Informativo Adusp* 407 (<http://goo.gl/yeM6fs>). “Desta vez, com poderes para substituir seja o processo coordenado pela Caeco no Co, seja o devido trâmite das manifestações das unidades às ‘propostas’ do GT-AD, atribuindo-lhe a tarefa de selecionar ou descartar ao seu bel-prazer qualquer item, questão ou proposta que derive, ou não, de todo esse inconcluso processo”.

Não há dúvida, adverte a Adusp no editorial, que tal proceder “poderá levar propostas à deliberação do Co — como se sabe, já minado por conflitos de interesse e enormes distorções na sua composição — sem que tenham sido amplamente discutidas, o que caracteriza *mais um golpe contra o corpo da universidade* e um atraso no aprimora-

mento da USP, que precisa ser rechaçado!”

E la nave va. A FUSP abriga licitações de fachada, servindo de intermediária para a contratação de empresas pertencentes a docentes? Tudo será investigado e com transparência, promete o reitor, ao designar para dirigir a entidade privada um funcionário público, o professor José Drogowich, superintendente de Assuntos Institucionais. M.A. Zago e dois pró-reitores continuam a integrar o conselho curador da fundação privada, como se nada tivesse acontecido.

Há corrupção na Prefeitura do *Campus* de Ribeirão Preto, envolvendo cerca de R\$ 2 milhões, e um dos envolvidos foi promovido? Bem, nada pode ser divulgado, porque o assunto é sigiloso. (O caso foi denunciado em 2013!)

O professor Jorge Boueri Filho cometeu um grave crime ambiental, ao promover transporte ilegal de 109 mil m³ de terra para a EACH, e ainda tentou convencer a comissão processante de que a terra procedia do Parque do Ibirapuera? Sim, a Reitoria concorda com as acusações. Tanto que lhe aplicou a severíssima punição de... 120 dias de suspensão.

O presente mandarinato, não resta dúvida, será lembrado por muitas décadas. Mas é bom que se cuide: caso a USP lhe sobreviva, pode ser que algum futuro reitor queira imitar o seu gesto de cassar a aposentadoria de antecessores. Tal como se tenta fazer a J.G. Rodas.

EACH, SOB “INVESTIGAÇÃO DETALHADA”, CONVIVE POR ORA COM ATERRO ILEGAL

Paulo Hebmüller
Jornalista

Arquivo



O então diretor Boueri entre J.G. Rodas e o governador Alckmin: “costas quentes”?


A Reitoria da USP apoia-se nos pareceres da Companhia de Saneamento Ambiental (Cetesb) e decide que a terra contaminada depositada clandestinamente no campus da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) em 2010 e 2011, quando a unidade era dirigida por J.J. Boueri, pode permanecer no local sem oferecer riscos a quem trabalha ou estuda lá. Uma empresa de engenharia foi contratada para executar, até junho de 2016, “serviços de investigação ambiental detalhada” e “avaliação de riscos toxicológicos”

A Superintendência do Espaço Físico (SEF) da USP assinou um contrato com a empresa de engenharia ConAm-Consultoria Ambiental para “execução de serviços de investigação ambiental detalhada” e “avaliação de riscos toxicológicos” na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH).

O extrato do contrato foi publicado no *Diário Oficial* no dia 20 de junho de 2015. A empresa terá um ano para executar o trabalho nas áreas AI-02 e AI-03 no *campus* da USP Leste. A AI-02 é a chamada área da chaminé, remanescente de uma antiga fábrica de cerâmica, e fica à esquerda de quem chega à EACH pela Estação USP Leste da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). A AI-03 é o terreno cedido em 2012 pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) para expansão do *campus*, e se estende até a vizinhança do Centro de Treinamento do Corinthians.

A assinatura do contrato é o mais recente capítulo das ações da USP em relação aos graves problemas ambientais na EACH. A área da chaminé recebeu a maior parte dos 109 mil m³ de terra depositados clandestinamente no *campus* entre 2010 e 2011, caso que acabou levando ao afastamento do então diretor da unidade, José Jorge Boueri Filho, e motivou a interdição da EACH entre janeiro e julho de 2014 por decisão judicial. Análises identificaram a presença de diversas substâncias contaminantes na terra, entre elas bifelinas policloradas (PCB, na sigla em inglês). O composto era

fls. 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
2ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA
 Viaduto Dona Paulina nº 80, 5º andar - sala 514
 Centro - CEP 01501-060, São Paulo-SP
 Fone: 3242-2333/2006 - E-mail: sp2faz@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo: **1011905-69.2013.8.26.0053 - Ação Civil Pública**
 Requerente: **'MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
 Requerido: **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO- USP**

Vistos.

Pelo que se extrai da petição inicial e documentos juntados, desde o ano de 2005, vem sendo apurados danos ambientais, no imóvel que abriga a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH - “Campus Leste da USP”. Tais danos tem suas origens pelo depósito de elementos contaminantes, por obras de dragagem do Rio Tietê, representando grave risco à integridade física dos alunos e demais pessoas que transitam pelo local (vida e saúde). Há inclusive risco de explosão, pela existência de gás metano no sub-solo.

Tal situação encontra-se retratada em fundamentado laudo pericial, que acompanha a petição inicial, elaborado por perito do CAEX, enquanto órgão de apoio ao Ministério Público. No entanto, mesmo ciente de tal situação, e instada, tanto pelo Ministério Público, quanto pela CETESB, com sucessivos prazos para ajustamento, até a presente data, não houve qualquer providência efetiva, por parte da requerida, a fim de evitar ou minorar os aludidos danos e riscos.

Assim sendo, imperiosa a concessão da liminar, fundamentada para o resguardo da integridade física das pessoas envolvidas.

SIS HELENA BRESSER LANG AMARAL. pos/legai.tjsp.jus.br/legai. informe o processo 1011905-69.2013.8.26.0053 e o código 60729B.

utilizado em segmentos industriais e está banido em muitos países – inclusive no Brasil – devido aos potenciais efeitos nocivos à saúde e ao ambiente. De acordo com a ação civil pública da Promotoria de Urbanismo e Meio Ambiente do Ministério Público do Estado (MPE) que levou à interdição da EACH, parte do depósito clandestino veio do terreno em que foi erguido o Templo de Salomão da Igreja Universal do Reino de Deus, no bairro do Brás.

O superintendente da SEF, professor Osvaldo Nakao, diz que os

serviços para os quais a ConAm foi contratada nas áreas AI-02 e AI-03 “completam a investigação já realizada na área AI-01” – a região central do *campus*, onde estão as edificações da EACH e que tem boa parte de seu espaço atualmente cercado por tapumes de alumínio. A empresa fará o diagnóstico dos problemas e também a execução das medidas consideradas necessárias. A ordem de serviço foi emitida com data de 13 de julho e a conclusão está prevista para julho de 2016. O valor do contrato é de R\$ 2,379 milhões.

Daniel Garcia



Marcos Bernardino de Carvalho e Osvaldo Nakao

O início dos serviços da ConAm praticamente coincidiu com o final de mais um semestre letivo, enquanto outro deve se iniciar em meio à incerteza da comunidade sobre a segurança de frequentar o *campus* e a existência de riscos à saúde. “Uma coisa é solucionar os problemas enquanto o local está interdito e fechado ao acesso. Outra é colocar as pessoas de volta sem haver uma segurança e uma certeza absoluta quanto ao nível de problemas que as coisas que estão aqui podem trazer”, afirma o professor Marcos Bernardino de Carvalho, docente do curso de Gestão Ambiental e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da EACH. “O *campus* está esquizofrênico, porque uma parte dele diz claramente o seguinte: ‘Isto não é seguro’. Basta olhar para todos os espaços que estão cercados por tapumes e eles dizem isso a você”, completa.

Elton Gloeden, geólogo da Cetesb que em maio de 2014 declarou a uma CPI que a grama não era “solução definitiva” para aterro ilegal, diz agora que novos testes indicam que “o uso da área é seguro” e não há mais “necessidade de remoção do solo”

A colocação dos tapumes de alumínio (que isolam também a área da chaminé) e a cobertura do aterro com o plantio de grama foram algumas das medidas tomadas para mitigar os problemas na área central da EACH. Porém, sobram dúvidas quanto à sua eficácia. “Eu não me sinto segura. Há pessoas que têm

certeza de que não estão correndo risco, mas muita gente está em dúvida. Eu tenho certeza de que há risco porque ouvi um geólogo da Cetesb [Companhia Ambiental do Estado de São Paulo] dizer que apenas colocar grama em cima não isola a terra contaminada”, enfatiza a professora Adriana Tufaile, dos cursos de Ciências da Natureza e Gestão Ambiental da EACH. A declaração à qual ela se refere foi feita em maio de 2014 pelo geólogo Elton Gloeden, gerente do Departamento de Áreas Contaminadas da Cetesb. Em audiência na CPI da Câmara dos Vereadores de São Paulo sobre áreas contaminadas, Gloeden afirmou que o plantio de grama representava uma medida de “caráter emergencial”, e não “uma solução definitiva” para o isolamento do solo do *campus*.

“Na época da CPI, os resultados das investigações do solo indicavam a presença de PCB total acima do valor de intervenção, o que indicava a necessidade de complementação das investigações e intervenções, como o isolamento da área com grama e tapume. Após a obtenção dos novos resultados para os congêneres de PCB, essas medidas não são mais necessárias”, declarou Gloeden à *Revista Adusp*. Para o geólogo, “não há necessidade de remoção do solo”, e “o uso da área é seguro”.

A existência desses “novos resultados” é justamente um dos nós a emaranhar a teia bastante complexa de problemas da EACH. A empresa Servmar Serviços Técnicos Ambientais, contratada pela USP para investigação do solo e da água subterrânea nas áreas AI-01 e AI-02, realizou sondagens e investigações em diversas

etapas e concluiu no início de 2014 que havia 21 pontos no solo nos quais estavam presentes substâncias acima dos “valores de intervenção para o cenário residencial”. Logo a seguir, entretanto, a Cetesb divulgou os novos valores orientadores para solos e águas subterrâneas no Estado de São Paulo, em substituição aos que vigoravam desde 2005. A decisão e as respectivas tabelas do órgão ambiental foram publicadas no *Diário Oficial* de 21 de fevereiro de 2014.

A Servmar encaminhou à USP os resultados analisados sob os parâmetros revistos, reduzindo drasticamente o número de pontos considerados problemáticos. Questionada por representantes da EACH e da SEF, em março do ano passado, a respeito desse e de outros itens, a empresa respondeu por escrito: “No relatório em epígrafe foram utilizados os valores de intervenção novos, de 2014, para comparação com os resultados analíticos obtidos. Desta forma, algumas concentrações que se encontravam superiores aos valores de intervenção de 2005 não se encontravam mais superiores quando considerados os valores de intervenção atualizados em 2014 pela Cetesb”.

O relatório de fevereiro conclui que “após a interpretação dos resultados analíticos e avaliação de risco à saúde humana pode-se afirmar que não há necessidade de adoção de medidas de intervenção para o solo superficial e solo subsuperficial da área AI-01”. Um novo estudo complementar foi entregue em novembro, reforçando a conclusão e recomendando ainda que, “caso sejam realizadas obras civis na AI-01, os trabalhadores utilizem Equipa-

mento de Proteção Individual (EPI), e seja feito monitoramento de gases inflamáveis no solo”. É “recomendável também”, segue o texto, “que na AI-01 seja mantido o tapete de grama ou que seja realizada a colocação de bloquetes” (tipo de peça de concreto para pavimentação). É com base nessas conclusões que o superintendente Osvaldo Nakao defende, assim como o geólogo Gloeden, da Cetesb, que não é necessário retirar o aterro clandestino na área central do *campus* (vide **declarações de Nakao na p. 89**).

A Cetesb ainda não deu um parecer sobre o relatório da Servmar entregue em novembro do ano passado, e não respondeu à *Revista Adusp* se há alguma previsão para emitilo. Caso o órgão referende as conclusões da empresa, os tapumes de alumínio poderão ser retirados para a construção de novas edificações na área central da EACH. A vice-diretora da escola, professora Neli Aparecida de Mello-Théry, defende a manutenção dos tapumes até que a universidade receba esse posicionamento oficial. A professora tem procurado intervir nas questões ambientais que envolvem o *campus*, mas ressalta que a Cetesb não recebe a diretoria da EACH, pois a interlocução da Companhia com a USP se dá apenas por intermédio da SEF.

A mudança dos valores de intervenção é um dos fatores que colaboram na criação de um clima de desconfiança em relação à Cetesb e às afirmações de que a área do *campus* está segura, aponta a professora Adriana Tufaile. Para a vice-diretora da EACH, no entanto, trata-se de um processo normal. “De tempos

em tempos a Cetesb faz essas alterações e se torna mais rígida em alguns índices e menos rígida em outros, obedecendo a parâmetros internacionais”, rebate Neli.

“Tudo o que se está fazendo no campus é muito lento e podemos estar brincando com a saúde das pessoas. Essa é a desconfiança, é o que qualquer ambientalista sabe”, diz o docente Marcos Bernardino de Carvalho

A controvérsia sobre a necessidade da retirada da terra contaminada não é o único problema da EACH. A concentração de gás metano no subsolo é outra realidade a preocupar a comunidade de alunos, professores, funcionários e outros frequentadores da unidade. Como salienta a ação civil pública do MPE, “a área por anos foi utilizada como bota-fora, notadamente de sedimentos removidos durante as operações de dragagem do rio Tietê”. “Não era o melhor lugar para construir um *campus*, porque não se sabe a origem dos aterros anteriores”, reconhece a vice-diretora. Recorde-se, além do mais, que a USP Leste está localizada no perímetro do Parque Ecológico e Área de Preservação Ambiental (APA) da Várzea do Rio Tietê.

O superintendente da SEF, Osvaldo Nakao, e o geólogo Elton

“USP CUMPRE ORIENTAÇÕES DA CETESB”, DIZ NAKAO

Leia a seguir as respostas que o titular da Superintendência do Espaço Físico (SEF) da USP, Osvaldo Nakao, enviou por e-mail às perguntas da *Revista Adusp*:

Revista Adusp – Como a SEF avalia a situação atual da área da EACH? A SEF considera que ela é absolutamente segura para as pessoas que a frequentam?

Osvaldo Nakao – A USP tem realizado as ações definidas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

Revista Adusp – A manutenção dos tapumes restringindo o acesso a boa parte do *campus* não indica que há problemas que não foram sanados e que, portanto, as pessoas da comunidade ainda estão expostas a diversos riscos?

Nakao – O cercamento foi realizado atendendo orientação da Cetesb.

Revista Adusp – Quantos são os exaustores de metano instalados na área? Eles são suficientes para resolver as questões ligadas ao gás no *campus*? Todos serão cobertos pelos abrigos em construção para reduzir o nível de ruído emitido?

Nakao – O relatório “Instalação do Sistema de Exaustão de Gases do Solo Sob os Edifícios”, de agosto de 2014, da empresa Weber Consultoria Ambiental Ltda. e disponível em www.sef.usp.br e <http://each.uspnet.usp.br/site>, indica a localização dos 22 exaustores de metano instalados na USP Leste. Foram instalados sis-

temas de exaustão nos edifícios de acordo com o projeto de autoria do IPT [Instituto de Pesquisas Tecnológicas]. Foram construídos abrigos para todos os sistemas de extração. A evolução das obras dos abrigos e a eficiência dos sistemas podem ser acompanhadas nos relatórios mensais de Monitoramento de Intrusão de Gases, também disponíveis nas páginas da SEF e da EACH.

Revista Adusp – De acordo com o geólogo Elton Gloeden, da Cetesb, somente o plantio de grama não garante o encapsulamento da contaminação do solo. Por que a USP não tomou outras medidas em relação à presença da terra contaminada?

Nakao – A USP cumpre as orientações da Cetesb.

Revista Adusp – Qual a estimativa de gastos que a USP projeta para todo o processo de descontaminação?

Nakao – As ações e atividades necessárias para o cumprimento de todas as etapas do gerenciamento ambiental da área estão sendo realizadas pela USP de acordo com as orientações da Cetesb. De acordo com os estudos conduzidos e os resultados obtidos até o momento, conforme apresentado em relatório técnico intitulado “Investigação Detalhada, Avaliação de Risco à Saúde Humana e Plano de Intervenção na AI-01 e Investigação Detalhada de Gases”, de fevereiro de 2014, disponível em www.sef.usp.br e <http://each.uspnet.usp.br/site>, “não há necessida-

de de adoção de medidas de intervenção para o solo superficial e solo subsuperficial da área AI-01”.

Revista Adusp – Uma vez concluídas a investigação e a avaliação, quais os próximos passos? A USP acredita que será necessária a remoção de toda a terra contaminada ilegalmente depositada no *campus*?

Nakao – Os documentos técnicos da Cetesb para gestão de áreas contaminadas definem que os próximos passos devam ser determinados em função dos resultados dos estudos de investigação detalhada e de avaliação de riscos à saúde humana. Caso seja identificado solo contaminado nas áreas AI-02 e AI-03, em concentrações acima das quais existam riscos potenciais reais à saúde humana para os usuários, esses solos serão objeto de medidas de gerenciamento ambiental de forma a permitir o uso seguro da área.

Revista Adusp – Há um prazo para que todo o processo de descontaminação seja concluído?

Nakao – Até o momento, a única necessidade apontada pela Cetesb é o sistema de extração de gases do subsolo, que foi instalado em toda a área AI-01 (área ocupada pela EACH) que permite, por meio da ventilação do subsolo, o uso seguro do *campus* e garante a ausência de risco. Esse sistema será mantido enquanto o monitoramento indicar a presença de metano, mesmo em níveis abaixo de inflamabilidade, e sua operação é objeto de acompanhamento diário.

Gloeden, da Cetesb, afirmam que a implantação de um sistema de extração de metano garante a segurança das edificações e das pessoas. De acordo com Nakao, foram instalados 22 exaustores do gás no *campus*. Para minimizar o problema do ruído constante emitido pelas máquinas, algumas localizadas ao lado de janelas de salas de aula, estão sendo construídos abrigos nos quais os equipamentos ficarão isolados. As construções previstas para a expansão da EACH já serão edificadas com base em projetos que incluem sistemas de ventilação e extração do metano, afirmam os representantes da USP.

A eficácia dessas providências é questionada pelos professores da EACH ouvidos pela *Revista Adusp*. “A USP demorou quase dez anos para tomar medidas sobre o metano e tinha ciência dessa questão desde a implantação da escola. Será que vai demorar dez anos ou mais para tomar medidas efetivas em relação à terra? Espero que não”, diz Elizabete Franco Cruz, docente do curso de Obstetrícia e do mestrado em Mudança Social e Participação Política. “Com a propalada crise financeira da instituição, tenho dúvidas se vão retirar a terra. Às vezes penso que vão tentar nos convencer cientificamente de que não há problemas e portanto a terra poderá permanecer. Outras vezes penso que vão adotar medidas parciais, paliativas, para poder dizer: ‘Retiramos a terra contaminada da EACH’.”

“Tudo o que se está fazendo no *campus* é muito lento e podemos estar brincando com a saúde das pessoas. Essa é a desconfiança, e é o

que qualquer ambientalista sabe”, diz Marcos Bernardino de Carvalho. “Uma coisa muito perversa é que não se consegue fazer a relação denexo causal dos problemas de saúde”, continua Adriana Tufaille. Antes do plantio da grama e da colocação dos tapumes, os frequentadores do *campus* respiraram muita poeira vinda da terra contaminada. “Mesmo que os parâmetros para os compostos isolados tenham sido reduzidos, o que acontece quando várias dessas substâncias estão presentes ao mesmo tempo e agem cumulativamente? Um só organismo e um só sistema imunológico têm que dar conta de tudo.” Vale lembrar que, em dezembro de 2013, três semanas antes do início da interdição determinada pela Justiça, as atividades da EACH já haviam sido paralisadas por causa de problemas com a água e com infestação por piolhos de pombo em salas de aula.

A ação civil pública movida pelo MPE continua tramitando na 2ª Vara da Fazenda Pública e vem sendo acompanhada pela promotora Cláudia Cecília Fedeli, da Promotoria de Urbanismo e Meio Ambiente. Pelo menos mais uma ação já foi movida na Justiça depois da desinterdição. Após sofrer uma alergia que a fez perder cabelos e sobrancelhas, a aluna Rosângela Toni, do curso de Gestão Ambiental da EACH, está processando a USP por entender que a causa do problema é a contaminação por elementos existentes no solo do *campus*. A vice-diretora Neli de Mello-Théry salienta que também inalou a poeira, mas ressalta: “Não posso afirmar que essa situação não vá causar problemas.

Até agora, porém, não é possível comprovar que há efeitos”.

“A USP está sofrendo o que a periferia sofre, e poderia dar o exemplo de mostrar que a periferia tem o direito a ser um lugar em que as pessoas vivam de forma saudável”, considera o professor Marcos Bernardino de Carvalho. Para ele, a argumentação de que muitos lugares da cidade — ou praticamente a cidade toda — estejam contaminados não é justificativa para minimizar os problemas da EACH. “Ter um espaço livre de contaminação é muito difícil. No entanto, não pode ser casado o direito de lutar para se viver num espaço livre de contaminação, ou no mínimo para diminuir a exposição a alguma coisa que nos faça mal. Não somos apenas organismos ou máquinas em que o ar entra de um jeito e o contaminante de outro. Somos todos também corpos sociais e políticos, que não têm por que tolerar um grama que seja de matéria de origem criminosa”, defende.

A professora Elizabete Franco Cruz concorda. “Há uma questão simbólica muito significativa. Esta terra é um lixo e nós não somos um depósito de lixo! Nós semearmos uma flor no solo pantanoso que a USP nos deu. Sonhamos com um projeto lindo para este espaço, trabalhamos duro e fizemos nascer muita coisa. Realmente não me conformo”, diz. “Para mim, depois de tudo que vimos e vivemos, é muito difícil a convivência pacífica com esse lixo contaminado fruto de um crime ambiental. Nós todos, professores, alunos, funcionários e comunidade, não merecemos esse estado de coisas.”

REITOR SUSPENDE EX-DIRETOR J. BOUERI POR 120 DIAS. COMISSÃO PROCESSANTE QUERIA SÓ 30 DIAS

A Comissão Processante Disciplinar (CPD) designada em 7/11/2013 pela Reitoria da USP para conduzir processo administrativo contra José Jorge Boueri Filho, ex-diretor da EACH, emitiu parecer, *um ano e meio depois* (29/5/2015), recomendando a suspensão do professor por trinta dias de suas atividades na Universidade.

No dia 2/7/2015, o reitor M. A. Zago acolheu, em parte, as conclusões da CPD, ao entender que o ato praticado por Boueri “deve ser considerado como de maior gravidade”, na medida em que o então diretor da EACH “autorizou a utilização de considerável volume de terra não certificada no *campus* da EACH”, e isso mediante a ausência de requisitos fundamentais, tais como: “procedimento licitatório ou de dispensa ou de declaração de inexigibilidade”; “contrato formal, escrito”; e “a falta de comunicação aos órgãos administrativos e ambientais para formalizar e obter as autorizações necessárias”.

O reitor reconheceu, ainda, que tais condutas “desencadearam significativa perturbação para o desenvolvimento dos serviços administrativos da EACH, com a interdição daquele *campus*, suspensão das aulas e posterior transferência dos alunos para locais externos”.

Por outro lado, ele acatou o entendimento da Comissão de que não houve dolo e de que a primariedade

do réu deveria ser levada em conta ao se fixar a pena. Assim, apesar da gravidade das faltas apontadas, M.A. Zago decidiu aplicar a punição de 120 dias de suspensão.

A Diretoria da Adusp emitiu nota em que condena a decisão do reitor: “A suspensão de 120 dias é uma sanção que não condiz com a gravidade do caso e das condutas do então diretor da EACH. A mesma Reitoria que, a pretexto de ausência de dolo, deixa de demitir o responsável por um crime ambiental de proporções ainda não inteiramente conhecidas, que violou diversas leis e o Estatuto do Servidor Público (ESP), dispõe-se a processar e expulsar estudantes por falarem em voz alta nas reuniões do Conselho Universitário”.

“Vale lembrar, a respeito da alegada primariedade de Boueri, que o ESP relaciona a penalidade à infração, sem levar em conta os antecedentes”, continua a nota da Adusp. “Portanto, a primariedade não deveria ser entendida como atenuante ou óbice à demissão”.

A professora Adriana Tufaile considera que outros dirigentes da

USP devem ser responsabilizados, além do ex-diretor. Ela lembra que a interdição da unidade entre janeiro e julho de 2014 provocou muitos prejuízos que não podem ser medidos: “Projetos de pesquisa parados, laboratórios fechados, alunos que desistiram de disciplinas por causa dos deslocamentos para outros lugares, falta de biblioteca e de bandeirão, possíveis danos à saúde das pessoas etc.”.

Há também, diz a professora, outras perdas que podem ser contabilizadas e com as quais a USP vem arcando sem cobrar dos demais envolvidos. Um dos atores do processo, por exemplo, obtém duas vantagens: “As construtoras compram terrenos contaminados porque são mais baratos e, em vez de descontaminar, o que custa muito dinheiro, pegam a terra e jogam noutra lugar. Lucram duas vezes: comprando terreno mais barato e descartando a terra em vez de tratá-la”.

Arquivo



Boueri, segundo à esquerda, e Alckmin

HU E HRAC, OU COMO SE LIVRAR DE HOSPITAIS DE RENOME ACADÊMICO

Paulo Hebmüller
Jornalista

Daniel Garcia



Protesto dos funcionários do HU durante reunião de 26/8/14 do Conselho Universitário da USP

O Hospital Universitário da USP (HU) e o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC) sempre tiveram alta reputação acadêmica e cumprem importantes funções sociais. O HU, em especial, desempenha papel de longo alcance na formação de profissionais de diferentes áreas vinculadas à Saúde. Mesmo assim a gestão M.A. Zago-V. Agopyan não hesitou em propor a desvinculação de ambos da universidade e sua subordinação à Secretaria Estadual da Saúde — ao que parece, sem consultar a pasta

Foi como um raio em céu azul. No dia 16 de agosto de 2014, premissa pela revelação dos seus planos, dois dias antes, pelo jornal *Folha de S.Paulo*, a Reitoria da USP divulgou oficialmente seu pacote de medidas de contenção da alegada “crise financeira” da instituição, entre as quais encontravam-se a desvinculação do Hospital Universitário (HU), na capital, e do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), o “Centrinho”, em Bauru.

Um e outro deixariam de ser “órgãos complementares” da Universidade e se transformariam em “entidades associadas”. Na prática, os dois importantes hospitais, conhecidos pelos excelentes serviços médicos prestados (e, no caso do HU, também por seu papel na formação de profissionais de diferentes áreas da Saúde), seriam desvinculados da USP e repassados à Secretaria de Estado da Saúde.

Apenas dez dias depois do anúncio, sem qualquer debate prévio com a população atendida, a comunidade universitária, ou sequer as unidades de ensino da USP diretamente envolvidas com esses hospitais, a alteração foi submetida à reunião do Conselho Universitário (Co). Reunido, excepcionalmente, nas dependências do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), em razão da greve de funcionários e docentes da universidade, iniciada em maio, o Co realizou-se sob pressão do pessoal médico do HU. Enquanto a reunião transcorria, no portão principal do IPT centenas de manifestantes realizavam ato de protesto contra a proposta de desvinculação, e dentro

do próprio Co o reitor encontrou resistência à medida.

Desse modo, a decisão sobre o HU foi adiada para “melhor avaliação”, inicialmente marcando-se a decisão para trinta dias depois. Porém, de modo totalmente irresponsável, a desvinculação do HRAC foi aprovada, tendo contado com a adesão declarada de ninguém menos que a diretora da Faculdade de Odontologia de Bauru e presidente do conselho deliberativo do hospital, Maria Aparecida Monteiro Machado. A votação no Co registrou 64 votos a favor, 27 contra e 15 abstenções, resultado que a Reitoria proclamou como suficiente, fazendo crer que bastava maioria simples para validar a medida. “Só que não”.

Por se tratar de extinção de órgão complementar, a desvinculação do HRAC precisaria ter sido aprovada por maioria qualificada — dois terços do Co — e não por maioria simples, segundo o próprio Estatuto da USP. Assim, seriam necessários pelo menos 77 votos favoráveis. Em abril de 2015, depois de tentarem sem êxito fazer o próprio Co rever e anular a medida diante do evidente descumprimento do Estatuto, a Associação dos Docentes da USP (Adusp), o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) e o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) submeteram ao Ministério Público Estadual (MPE) uma representação contrária à decisão.

Em setembro de 2014, poucos dias depois da votação do Co, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) recebeu no Palácio dos Bandeirantes uma numerosa comissão com-

posta por funcionários de diferentes setores do HU, um representante do Conselho Gestor de Saúde do Distrito do Butantã e os presidentes da Adusp e do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC). A eles, reiterou o que já havia manifestado à imprensa: “Nunca este governo sequer cogitou de assumir a responsabilidade pelo Hospital Universitário ou de incorporá-lo”, afirmou. “Está dito: não será feito, nem o HU nem o HRAC serão assumidos pelo Estado, isso está fora de cogitação”. O secretário estadual da Saúde, David Uip, também já havia se pronunciado numa coletiva: “Tem alguém que quer vender, mas o outro não quer comprar. Não tem discussão. A decisão nasce morta”.

Procurada para esta reportagem pela *Revista Adusp*, a Assessoria de Imprensa da Secretaria da Saúde confirmou: “Os hospitais pertencem à USP e a Secretaria não irá assumi-los”.

A desvinculação do HU é desaconselhada pela comissão que a própria Reitoria criou, por meio da Portaria GR 965, de 11/9/2014, para analisar o caso, e que em 7/7/2015 aprovou a recomendação de que “o HU permaneça vinculado à USP”

A contundente demonstração do Palácio dos Bandeirantes de que não tem interesse em assumir a gestão dos hospitais levou a Reitoria a enveredar pelo “plano B”: deixou o HRAC à própria sorte e partiu para o sucateamento do HU. O pagamento dos plantões dos médicos foi cortado, estrangulando imediatamente o atendimento. E a implantação do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) resultou, em abril de 2015, na saída de 213 funcionários do HU (cerca de 15% do quadro), entre os quais 18 médicos.

É fato que o financiamento do HU requer mais recursos dos governos estadual e municipal, pois é praticamente o único hospital público de porte numa região da capital, a do Butantã, com população de cerca de 600 mil habitantes, e que por sua posição geográfica termina por receber pacientes de cidades do entorno, tais como Osasco, Taboão da Serra e diversas outras. Mas, ao invés de trabalhar nesta direção, a Reitoria preferiu apostar no desmanche.

Uma busca por recursos junto ao governo do Estado já vem sendo empreendida pela direção do hospital. Em ofício encaminhado em março de 2015 ao diretor da Faculdade de Medicina (FM) da USP, José Otavio Costa Auler Junior, o superintendente do HU menciona “tratativas no sentido de realizar uma nova contratualização junto à Secretaria Estadual da Saúde, visando adequar o repasse vindo do SUS [Sistema Único de Saúde] de forma factível”. De acordo com o Relatório

de Produção e Financeiro do HU, em 2013 as verbas do SUS respondiam por apenas 6% das receitas do órgão, cerca de R\$ 20,7 milhões. Uma queda expressiva em relação a 2011, quando equivaliam a 9% (R\$ 22,2 milhões). Todo o restante (cerca de R\$ 330 milhões, em 2013) era proveniente da USP.

A *Revista Adusp* procurou o superintendente Waldyr Jorge para que comentasse a evolução dessas “tratativas”. O Centro de Comunicação do HU informou que o professor estava com a “agenda lotada” e pediu que as perguntas fossem enviadas por e-mail. As perguntas seguiram por escrito, mas a revista não teve retorno. Sobre o assunto, a Assessoria de Imprensa da Secretaria de Estado da Saúde informou: “Os atendimentos no HU são remunerados com recursos federais, do Ministério da Saúde. A tabela SUS está congelada há 10 anos e não cobre os reais custos dos procedimentos”.

A desvinculação do HU não é recomendada pela comissão que a própria Reitoria criou, por meio da Portaria GR 965, de 11 de setembro de 2014, para analisar o caso. No dia 7 de julho de 2015, depois de nove meses de trabalho, a comissão aprovou suas recomendações. A primeira delas é que “o HU permaneça vinculado à Universidade de São Paulo”. A segunda defende “que sua governança continue a ser exercida pelas unidades que lá atuam, com a atual composição do seu Conselho Deliberativo em igualdade de condições”.

Diversas unidades de ensino da USP que formam alunos no HU, como a Faculdade de Ciências Farmacêuticas e Escola de Enfermagem, têm apontado o papel relevante do hospital e sua contribuição, vista como “fundamental”

A comissão foi composta pelos professores José Otavio Costa Auler Junior, diretor da FM; Maria Amélia de Campos Oliveira, diretora da Escola de Enfermagem (EE); Carlos Gilberto Carlotti Júnior, diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP); Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, chefe do Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito (FD); Waldyr Jorge, superintendente do HU; pelo médico Gerson Salvador, vice-diretor clínico e representante dos funcionários do HU; e pelos acadêmicos Ivo Jordão Guterman e Filipe Kiyoshi de Oliveira, representantes dos estudantes da FM e da EE.

A comissão recomendou ainda: “que se mantenham as características do HU como hospital secundário, inserido na rede de atenção à saúde”; “que se busque a repactuação do financiamento para o HU com os gestores do SUS”; “que lhe seja delegada maior autonomia na gestão de seus recursos, com respon-

Daniel Garcia



José Pinhata Otoch, diretor clínico do HU, durante debate realizado em 22/8/14 no IF

sabilização e transparência”; “que se garantam as condições para seu funcionamento, compatíveis com a qualidade de assistência, a segurança de pacientes e trabalhadores e a excelência do ensino”; “que sejam aprimorados os processos gerenciais para garantir a eficácia, a eficiência e a efetividade de suas ações”; e “que se mantenha o atendimento à comunidade uspiana no HU”.

O encaminhamento oficial das recomendações da comissão à Reitoria ficou a cargo do diretor da FM. O objetivo é que elas subsidiem a discussão a respeito da desvinculação no Co. “Se houver um mínimo de coerência, a Universidade deve acatar o que recomendou a comissão considerada pelo reitor como competente para estudar o assunto”, diz o médico Gerson Salvador, vice-diretor clínico do HU e integrante da diretoria do Simesp. Outras manifestações das mais diversas fontes vão na mesma direção. Uma delas foi a “Carta Aberta aos Alunos, Docentes e Funcionários da USP” emitida em maio

pela Congregação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF). No texto, o colegiado reitera a “parceria extremamente bem-sucedida” com o HU, reconhece a “contribuição fundamental do HU na formação de profissionais competentes” e rejeita “qualquer medida que comprometa esta atuação”.

Vale lembrar que a preocupação com a formação já havia sido manifestada em documento assinado por seis profissionais chefes de departamentos, divisões e serviços do HU e divulgado antes da reunião do Co de agosto de 2014. O texto aponta que o HU recebe anualmente 2.430 alunos entre graduandos e pós-graduandos de sete unidades da USP: FM, EE, FCF, Faculdade de Saúde Pública (FSP), Faculdade de Odontologia (FO), Instituto de Psicologia (IP) e Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). “Uma característica diferencial do Hospital é possibilitar o ensino baseado numa abordagem multidisciplinar integrando todas as áreas da saúde num mesmo ambien-

te, proporcionando a integralidade da assistência e do ensino”, diz o documento, que alerta ainda para o fato de que a desvinculação “irá despatrimoniar parte da USP” e que “o hospital perderá autonomia na diretriz de ensino”.

Outra manifestação partiu da EE, que em março deste ano emitiu recomendações para a manutenção da excelência do ensino no hospital, ressaltando que “o diferencial positivo do HU no processo de ensino e aprendizagem de alunos de bacharelado e residência da EE deve-se à adequação quanti-qualitativa de profissionais de enfermagem”.

Essa adequação vem sendo colocada em risco pela perda do pessoal de enfermagem, de médicos e outros funcionários que aderiram ao PIDV. O número de médicos que se desligaram depois da conclusão do PIDV, em abril, é ainda maior, diz Gerson Salvador: pelo menos outros 12 pediram demissão, somando 30.

Em vitória, o Cremesp constatou a desativação de 45 leitos e encontrou 20 pacientes atendidos em macas. As mudanças impostas pela Reitoria “ocasionaram grande desorganização, colocando em risco a qualidade do atendimento realizado”

Também em abril de 2015, uma vistoria do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) detectou vários problemas no HU: desativação de pelo menos 45 leitos, dos quais 11 de terapia intensiva ou semi-intensiva; mais de vinte pacientes que deveriam estar na ala de internação sendo atendidos em macas no Pronto-Socorro; doze ambulatórios desativados parcialmente, entre eles os de pediatria, clínica cirúrgica e obstetrícia; e fechamento do ambulatório de ortopedia. O Cremesp destaca a excelente infraestrutura do HU e seu “grande número de profissionais titulados”, mas aponta que as mudanças impostas pela Reitoria “ocasionaram grande desorganização, colocando em risco a qualidade do atendimento realizado”.

“A situação é grave em relação ao acolhimento, ao conforto do paciente e ao risco ao qual ele está exposto”, diz Gerson Salvador. “Os pacientes não têm tido um prejuízo maior por conta das equipes, que têm se desdobrado para cuidar deles”. Funcionários ouvidos pela *Revista Adusp* confirmam a opinião do médico. Em todas as áreas, desde as envolvidas diretamente com os pacientes e familiares até as administrativas e de apoio, os relatos são de servidores sobrecarregados com tarefas que antes do PIDV eram executadas por equipes maiores. “Mesmo com a diminuição do número de leitos, a nossa impressão é que a quantidade de atendimentos aumentou”, diz uma enfermeira. “O serviço que um funcionário que saiu fazia ficou acumulado na mesa de outro. O impacto aconteceu



Debate realizado em 25/8/14 na FMUSP

em todo o hospital e afetou todo mundo”, completa uma servidora da área administrativa.

O HU cumpre na rede o papel de hospital secundário. Em 2013, realizou 282 mil atendimentos de emergência, 13 mil internações e mais de 3.500 partos, e teve uma média mensal de 12 mil consultas ambulatoriais e 400 cirurgias. Em razão da redução do número de profissionais, as pessoas cujos casos são considerados mais leves e classificados como de baixo risco são orientadas a procurar as Unidades Básicas de Saúde (UBAS) e os postos da Assistência Médica Ambulatorial (AMAs).

As situações de urgência e emergência continuam a ser atendidas. Entretanto, há problemas que merecem destaque, como aponta Gerson Salvador: “Nossa escala original era de três cirurgiões por plantão no Pronto Socorro, e agora temos dois. Isso quer dizer que, se chegarem dois baleados ao mesmo tem-

po, os médicos precisam escolher quem vão salvar, porque não dá para entrar em duas cirurgias de emergência ao mesmo tempo num plantão noturno”. A formação dos alunos também é prejudicada: com menor número de pacientes em terapia intensiva, por exemplo, eles conhecem menos casos e fazem um número menor de procedimentos. Para os próprios médicos fica difícil acompanhar, supervisionar e discutir intercorrências nos diferentes setores.

“É fundamental que se recomponham os recursos humanos no HU para que os médicos não se coloquem em risco no exercício da profissão e para que os usuários também não sejam colocados em risco”, afirma Salvador. O mesmo ponto de vista é defendido pelo promotor Arthur Pinto Filho, da Promotoria de Saúde Pública do MPE. A contratação de pessoal, diz, “é fundamental”, porque no momento “o HU está trabalhando numa situação muito

Daniel Garcia



Passeata de protesto da comunidade em 7/4/15

precária, com enorme prejuízo para a comunidade”.

Vários problemas do HRAC foram apresentados por sua direção numa reunião com o reitor da USP. Ata de maio do Conselho Deliberativo do HRAC registra que o reitor “informou que não teria como ajudar” e “pediu para o Hospital procurasse (sic) a Secretaria da Saúde”

Até o fechamento desta edição, o reitor ainda não havia se manifestado sobre o documento da comissão que recomenda que o HU permaneça vinculado à USP. A Assessoria de Imprensa da Reito-

ria foi contatada para encaminhar a ele várias questões sobre a proposta de desvinculação do HU e do HRAC, mas não deu retorno à reportagem da *Revista Adusp*.

O Ministério Público Estadual (MPE) solicitou no final de julho de 2015 esclarecimentos sobre os relatórios financeiros do Hospital Universitário (HU) encaminhados pela USP. O pedido faz parte dos procedimentos relacionados ao inquérito civil aberto pelo MPE para apurar a real situação do hospital. “Os números não nos pareceram claros. Não conseguimos entender na discriminação da USP o que é custeio e o que é despesa com recursos humanos”, diz o promotor Arthur Pinto Filho, responsável pelo inquérito. O superintendente do HU, professor Waldyr Jorge, reuniu-se com os técnicos da instituição para tirar as dúvidas suscitadas pelos documentos.

No HRAC, que se tornou uma referência internacional na sua área de atuação, uma das alternativas

avertadas pela direção é a possível criação, em Bauru, de uma Faculdade de Medicina da USP, conforme ata de reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Hospital realizada em maio de 2015. O curso de Medicina traria “maior valorização e impacto social”, de acordo com a ata. Os membros do colegiado reconhecem que, se realmente trilhado, o “caminho a percorrer é longo” e demandaria, entre outros aspectos, “envolvimento de vereadores, deputados e prefeito e governos estadual e federal”, além de, no âmbito da USP, “aprovação no Co”.

O documento relata que vários problemas do HRAC — conhecido em Bauru como “Centrinho” — foram apresentados por representantes do órgão numa reunião com o reitor M.A. Zago. De acordo com o texto, o reitor “informou que não teria como ajudar” e “pediu para o Hospital procurasse (sic) a Secretaria da Saúde”. Entre os problemas apresentados estão a falta de médico infectologista, a necessidade da contratação de neurologista, a ausência de um oftalmologista e um cirurgião plástico na equipe de craniofacial e o reduzido número de anesthesiologistas na equipe. Outras questões apontadas no documento se referem ao plantão de disponibilidade, “pois somente quatro profissionais da Cirurgia Plástica participam da escala de plantão”, e à inexistência de uma UTI para adultos. Em 2013, o “Centrinho” realizou 61 mil atendimentos médicos, 89 mil atendimentos odontológicos e 8.500 cirurgias.

PALEOANTROPOLOGIA CORRE RISCO NA USP, ADVERTE WALTER NEVES

Vinicius Crevilari
Estagiário de Jornalismo da Adusp

Daniel Garcia



“Trabalhos de décadas não podem ser ignorados simplesmente porque temos uma política de contratação [de docentes] que é absolutamente restritiva”, diz o professor Walter Neves, do Instituto de Biociências (IB-USP), ao falar do risco de interrupção das pesquisas do Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos (LEEH). Além de criticar a Reitoria por ignorar apelos, o descobridor de “Luzia”, que se aposentará em 2017, receia que o Departamento de Genética e Biologia Evolutiva venha a contratar um geneticista para substituí-lo, e não um paleoantropólogo

Aconteceu em junho de 2015. O professor Walter Neves, arqueólogo, antropólogo e “pai” do mais antigo fóssil humano até hoje encontrado nas Américas resolveu divulgar o manifesto intitulado “Estudos de evolução humana na USP estão ameaçados de extinção”, com o objetivo de chamar a atenção da comunidade acadêmica, da mídia e da sociedade para o risco de interrupção das atividades do Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos (LEEH), pertencente ao Departamento de Genética e Biologia Evolutiva do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (IB-USP). Criado em 1994, o LEEH realiza pesquisas referentes ao povoamento humano da América do Sul, tanto nos aspectos culturais quanto biológicos, as quais compreendem o período final do Pleistoceno, época geológica na história da Terra que começou há cerca de 1,75 milhão de anos e terminou há aproximadamente 10 mil anos.

O LEEH é, segundo Neves, o único laboratório da América do Sul que trabalha com paleoantropologia: o estudo da evolução humana por meio dos fósseis dos nossos ancestrais. “O laboratório foi criado por mim em 1994 e nesse intervalo de tempo nos tornamos uma referência mundial, sobretudo quanto aos estudos da origem do homem no continente americano. Nós estabelecemos o primeiro projeto paleoantropológico da América Latina no Velho Mundo [na Jordânia]. Na América, a gente trabalha com uma temporalidade de cerca de 12 mil anos. Na Jordânia, estamos trabalhando em uma escala de 2 milhões de anos. Durante a

existência do laboratório, conseguimos formar um grupo de excelência nessa área”, completa o docente.

Essa descrição inicial já evidencia a importância do LEEH para as pesquisas concernentes à história da evolução humana. Porém, Neves vai aposentar-se em 2017 e não há quem o substitua. “Não há a menor possibilidade de que seja contratado um docente para assumir o laboratório”, diz ele no manifesto. Em primeiro lugar, porque devido à política de contenção de despesas, “a Reitoria não está provendo novas vagas de docente”. Em segundo lugar, porque “mesmo que ela o faça, nada garante que o Departamento de Genética e Biologia Evolutiva aloque essa vaga para a área da Antropologia Biológica”.

Depois que a *Revista Adusp* tomou conhecimento do manifesto, marcamos um encontro com o professor, para conhecer seu laboratório e entender melhor suas preocupações. Ao adentrar uma pequena sala, localizada no segundo andar do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva, custa acreditar que aquele acanhado espaço tenha sido utilizado para estudo tão grandioso como o que Neves realizou com o crânio de Luzia, “primeira americana”, que se tornou o “ícone da pré-história brasileira”, segundo palavras do próprio pesquisador.

De fisionomia semelhante às dos primeiros australianos e africanos, Luzia era uma jovem mulher de aproximadamente vinte anos que, entre 11.000 e 11.500 anos atrás, fez parte de uma população de indivíduos caçadores-coletores que viviam numa região próxima àquela

em que hoje se encontra a cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Antes de receber seu atual nome, dado por Neves, Luzia era conhecida como “Esqueleto da Lapa Vermelha IV”, que designa o local onde seu crânio foi encontrado, no sítio arqueológico localizado nos municípios mineiros de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo (as duas cidades distam cerca de 40 quilômetros de Belo Horizonte).

O apelido dado por Neves ao esqueleto é uma alusão ao fóssil *Lucy*, fêmea da espécie *Australopithecus afarensis* achada na Etiópia em 1974 e que tem 3,5 milhões de anos. A descoberta de Luzia em meados da década de 1970, fruto de uma missão franco-brasileira liderada pela arqueóloga francesa Annette Laming-Emperaire, reativou as indagações acerca das origens do homem americano.

“Nosso departamento é de excelência, mas é departamento majoritariamente de Genética, especificamente Humana. Então, os nossos colegas têm uma dificuldade muito grande de entender nossa área de pesquisa, exatamente porque a gente percola pelas Ciências Humanas e pelas Biológicas”

Neves estudou o fóssil de Luzia, que fez parte da primeira população humana que teve acesso ao continente americano e, após analisar o formato do crânio, o pesquisador percebeu que Luzia era um negróide que possuía traços que remetem aos atuais negros africanos e aborígenes australianos. Ou seja, sua morfologia era bem diversa da dos índigenas brasileiros, fazendo com que a equipe de Neves propusesse, ao fim da década de 1980, que a América teria sido ocupada por duas populações distintas. A população mais antiga da América teria atravessado o Estreito de Bering (canal marítimo que liga o Alasca à Sibéria), há 14.000 anos e, a partir do Alasca, chegou ao Brasil. Só 3.000 anos depois um outro grupo chegou ao país: o dos ancestrais dos índigenas atuais.

Os resultados dos estudos de Neves desafiaram o modelo predominante de povoamento do continente americano, denominado *Clovis First*. O nome deriva do sítio arqueológico Clóvis, localizado no estado do Novo México, nos Estados Unidos. Tal corrente também acredita que a população mais antiga da América tenha acessado o continente americano pelo Estreito de Bering (acreditava-se que o caminho era um corredor de gelo, devido ao período Glacial); porém, afirma que apenas um único contingente populacional humano, de tipo mongolóide (e não negróide, como atestam os estudos de Neves), tenha penetrado a América, há aproximadamente 12 mil anos. A teoria de Neves desafiou um modelo explicativo apoiado na hegemonia norte-americana na arqueologia e no dogma “inquebrantável”

da teoria clovista, e abriu caminho a um debate muito mais rico no que cerne à questão do povoamento do Novo Mundo.

“Sem querer, foi minha descoberta mais midiática e me orgulho muito do fato de ela (Luzia) ter se tornado um ícone da pré-história brasileira”. Neves aponta que, após o advento de Luzia, curiosamente tem recebido muitos telefonemas denunciando a destruição de sítios arqueológicos, em comparação aos que recebia antes da descoberta: “Veja o poder que ela teve de levantar, vamos chamar assim, a autoestima da população brasileira, com referência à sua pré-história. Acho que só por isso já teria valido a pena”. É a prova de que Luzia se tornou o símbolo da pré-história brasileira.

“Em várias partes do mundo, o fato de se ter um ícone da pré-história local ajudou muito na comunicação entre os cientistas e o público em geral. Por exemplo, na Alemanha tem o Neandertal. O homem de Neandertal ajudou muito a aproximar o público alemão da ciência que é feita na Alemanha. Na Etiópia, tem a Lucy e o fato de ela existir ajudou muito a aproximar os etíopes dos cientistas que estudam isso por lá”, diz Neves. “Já a França possui o Homem de Cro-Magnon e todo francês sabe o que é o Homem de Cro-Magnon, todas as crianças sabem quem foi o Homem de Cro-Magnon e isso ajuda nesse diálogo entre o cientista e o povo. A Luzia preencheu esse espaço no Brasil”.

De um lado, o congelamento das contratações de docentes na USP. De outro lado, a forma antidialética e unidisciplinar com que a USP en-



cara sua produção e trata seus pesquisadores. Para Neves, não basta ser substituído por um outro docente, se o departamento onde o docente realiza suas pesquisas não concentra profissionais interdisciplinares. Segundo seu manifesto, o Departamento de Genética e Biologia Evolutiva é, na sua maioria, formado por geneticistas que são refratários ao entendimento de que a Paleoantropologia envolve diversos campos do conhecimento. “A minha área de trabalho está inserida em diversos tipos de



departamento. Às vezes está inserida nos departamentos de Antropologia, às vezes nos de Arqueologia, às vezes nos de Biologia Evolutiva — como é o caso aqui — e às vezes nos departamentos de Anatomia. Justamente por causa dessa interdisciplinaridade, não existe uma ‘caselinha’ específica, onde a gente se encaixe. Isso acontece no mundo, mas é especialmente agudo no Brasil — que faz todo o discurso da importância da interdisciplinaridade, mas na verdade não a aplica corretamente. O nosso depar-

tamento é de excelência, mas é um departamento majoritariamente de Genética, especificamente de Genética Humana. Então, os nossos colegas têm uma dificuldade muito grande de entender nossa área de pesquisa, exatamente porque a gente percola pelas Ciências Humanas e pelas Ciências Biológicas”, explica Neves à *Revista Adusp*.

As dificuldades impostas pela falta de interdisciplinaridade não são pontuais e sim estruturais. Neves argumenta que o convívio com tal obstáculo é permanente, apontando que o LEEH está sempre no final da fila no Departamento: “Aqui, no LEEH, informalmente dizemos que estamos divididos em duas grandes vertentes: a dos vivos e a dos mortos. Eu trabalho especificamente com os mortos, com restos arqueológicos e paleontológicos. E tem um outro colega, o professor Ruy [Sérgio Sereni] Murrietta, que trabalha com populações vivas. Mas, mesmo quando trabalhamos com populações vivas, fazemos sob uma perspectiva do darwinismo, da biologia evolutiva. Então, pelo fato de a maior parte do colegas daqui [Departamento de Genética e Biologia Evolutiva] ter uma formação unidisciplinar, principalmente na área de genética, eles possuem uma certa dificuldade de entender o que a gente faz, e com isso a gente sempre está no final da fila e nunca somos uma área prioritária”. Contudo, o próprio Neves pondera: “Isso não quer dizer que esses colegas não façam uma pesquisa de excelência — eles são excelentes geneticistas. Mas nós sempre estamos no final da fila. Nos últimos anos, houve concurso para diversas áreas no departamento, menos na nossa”.

O professor Luis Eduardo Soares Netto, chefe do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva do IB, reconhece a importância das pesquisas do professor Neves e do LEEH “no cenário nacional e internacional”, mas aponta normas institucionais que limitam as decisões departamentais (a íntegra de suas declarações está na p. 106).

“Os maiores paleoantropólogos do mundo mandaram mensagens em apoio, reconhecendo a excelência do laboratório e das suas coleções. Essas mensagens foram enviadas para o reitor e para o vice-reitor. Se não se sensibilizarem com isso, então eu me pergunto o que pode sensibilizar a Administração para a nossa situação”

O embate entre concepções distintas não é novidade para o professor. Na década de 1980, trabalhando como arqueólogo no Instituto de Pré-História da USP, local onde iniciou seus estudos, Neves se voltou contra a metodologia atrasada então usada na arqueologia. Ao adotar um tratamento mais moderno para as pesquisas da área, foi sumariamente demitido da univer-

sidade em 1985. Anos de pesquisa de campo foram perdidos. Hoje, mais experiente nesse tipo de conflito, Neves enxerga a realidade da universidade com olhares ainda mais céticos e realistas. Descrente quanto a uma possível reversão no modo como a USP avalia, enxerga e fomenta a produção científica, assevera: “Houve um avanço no discurso, mas não houve progresso de fato. As pessoas confundem muito multidisciplinaridade com interdisciplinaridade. Multidisciplinaridade é quando uma questão científica é ‘atacada’ por várias disciplinas, como se cada campo fizesse ‘sua parte’ e depois se juntasse a outros, como se eles não ‘conversassem’ antes da sobreposição. Interdisciplinaridade envolve o que eu chamo de sobreposição de campos teóricos, que é o nosso caso aqui. Então, a universidade até melhorou um pouco nas questões de multidisciplinaridade, mas infelizmente não avançou no acolhimento daqueles profissionais que realizam seus trabalhos de forma interdisciplinar”.

A crise que levou a USP a congelar as contratações de docentes e a carência de uma visão interdisciplinar não são os únicos temores de Neves em relação ao LEEH e à sequência de seus estudos. Para o docente, a “política de terra arrasada” vigente na universidade pode não só fadar o LEEH ao sucateamento (e ao seu fim), como também outros núcleos e centros de excelência na universidade, afirmando que seu caso pode não ser o único: “Me preocupa também se outros casos similares não estão acontecendo na universidade, porque as pessoas

que estão à frente vão se aposentar e não serão repostas. Tem outra coisa que me preocupa muito, algo que chamo de política da terra arrasada: nós gastamos milhares de dólares para montar nosso laboratório e temos uma infraestrutura na área de paleoantropologia que nada deve aos outros centros do mundo. Aí eu me aposento, o laboratório deixa de existir, vão entrar aqui, derrubar tudo e perder esse alto investimento feito na nossa infraestrutura. Se o laboratório for desmantelado, no outro dia entra aqui uma equipe de pedreiros, derrubam tudo e vai ser construído um outro tipo de laboratório. Quando se abre um concurso, uma das coisas que tem de ser levada em consideração é o quanto já se investiu de dinheiro naquelas infraestruturas. Nós podemos torrar dinheiro da Fapesp e eu acho isso absolutamente inaceitável”.

Quando perguntado se no cotidiano acadêmico seu laboratório tem se deparado com falta de recursos para seu devido funcionamento, Neves afirma que, apesar de M.A. Zago ter assumido a administração com a universidade já em crise de financiamento, o LEEH sofre com falta de materiais básicos e por vezes tem de utilizar, para seu custeio, recursos destinados à pesquisa. “Aqui está faltando o básico. Às vezes não tem papel, às vezes não tem cartucho de impressora, às vezes não tem cola. O que você faz? Você acaba pegando dinheiro da pesquisa e aplicando em coisas que deveriam ser a contraparte da universidade”, observa. “Essa suposta falta de recursos está sendo usada como desculpa para enco-

brir a ineficiência administrativa, porque mesmo quando a universidade tinha recursos, a parte administrativa nunca funcionou bem. Eu gastava de seis a sete meses para comprar um cartucho de impressora. Na verdade, a administração da universidade, em todos os níveis, é extremamente amadora”.

Neves destaca o apoio que vem recebendo da comunidade científica internacional: “Esse manifesto é um pedido de socorro para o mundo todo. E os maiores especialistas da nossa área mandaram mensagens que me emocionaram muito, dizendo que o nosso laboratório é, em referência à questão da origem do homem na América, o grande laboratório de excelência no mundo. Os maiores paleoantropólogos do mundo mandaram mensagens em apoio, reconhecendo a excelência do laboratório e das suas coleções. Recebemos mensagens do todo o mundo e essas mensagens foram enviadas para o reitor e para o vice-reitor. Se eles não se sensibilizarem com isso, então eu me pergunto o que pode sensibilizar a administração central da universidade para a nossa situação”.

Ele não consegue vislumbrar nada de concreto surgindo das instâncias burocráticas da USP e mostra que, para mudar sua situação e obter perspectivas de um outro tipo de universidade, a comunidade universitária só pode confiar em suas próprias forças e capacidade de mobilização: “O pró-reitor de Pesquisa esteve aqui nos visitando, mas infelizmente não trouxe nenhuma solução objetiva. O chefe do departamento também se manifestou, dizendo que

é impotente em relação à situação. Agora, do reitor e do vice-reitor, eu não tive nenhum *feedback*, não obstante as mais de 200 manifestações do mundo inteiro em solidariedade ao nosso trabalho. Posso não conseguir, mas vou lutar até a última gota do meu sangue para fazer com que esse laboratório sobreviva a essa situação pela qual nós estamos passando na universidade. Eu digo sempre: não estou defendendo uma causa pessoal, estou defendendo a universidade brasileira e isso não pode acontecer na USP. Trabalhos de décadas não podem ser ignorados simplesmente porque temos uma política de contratação que é absolutamente restritiva”.



Daniel Garcia

Pró-reitor José Eduardo Krieger

O pró-reitor de Pesquisa José Eduardo Krieger diz que propôs uma solução ao professor Neves: um “potencial candidato” ao programa de bolsas Capes-USP. “Citei, falei que deveria antecipar-se e pedir um jovem pesquisador Fapesp”

O pró-reitor de Pesquisa, professor José Eduardo Krieger, declarou à *Revista Adusp* que se surpreendeu ao receber por e-mail o manifesto do professor Walter Neves, com

quem conversara pessoalmente no LEEH. Krieger afirmou ser legítimo que todos os chefes de laboratório e pesquisadores estejam preocupados com a continuidade de suas pesquisas, durante a conjuntura de crise na USP, e que “há várias formas de lidar com isso”.

Para ele, por conta do atual período de dificuldades financeiras, a USP começou a buscar alternativas e uma delas, já anunciada oficialmente, é um programa conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Trata-se de convênio firmado em março de 2015, que tem por objetivo trazer pesquisadores e professores do exterior, por meio da concessão de 60 bolsas, com duração de até 30 meses, objetivando “estimular a execução de projetos

de pesquisa, o ensino, a produção de pesquisa científica e tecnológica da USP; e incentivar o fortalecimento e ampliação das ações de pesquisa dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado)”, segundo a Capes (<http://goo.gl/SIcaMK>). No acordo entre as instituições, há o comprometimento da USP de abrir vagas nas respectivas áreas de atuação dos bolsistas, nos departamentos das unidades que vierem a receber os pesquisadores visitantes, permitindo a assimilação destes como docentes da universidade.

Quanto à queixa do professor Neves de não ter partido da Pró-Reitoria de Pesquisa nenhuma solução objetiva para a situação do LEEH, Krieger defende-se

afirmando que conheceu “um potencial candidato, que é um dos alunos dele [Neves] e que está na Alemanha”. “Citei, falei da proposta, falei que ele deveria inclusive se antecipar e já pedir um ‘jovem pesquisador Fapesp’. Então, talvez ele não tenha prestado muita atenção, talvez ele estivesse um pouco distraído”.

Perguntado sobre se garante que o LEEH continuará funcionando, após a aposentadoria do professor Neves, responde: “Garantir, eu não sei se alguém vai conseguir garantir. Eu diria que com a experiência que tenho e sabendo quais são os instrumentos da universidade e como a vida acadêmica funciona, acho que tem todas as chances. Se algo está funcionando bem, por que é que vai parar? Frequentemente, os bons pesquisadores têm bons financiamentos”.

DEPARTAMENTO RECONHECE CONTRIBUIÇÃO DO LEEH E PROMETE PRESERVAR INVESTIGAÇÃO ANTROPOLÓGICA

“O Departamento está ciente deste risco e da grande importância deste laboratório [LEEH] no cenário nacional e internacional. O Dr. Neves é um docente e pesquisador de enorme inserção acadêmica na Universidade, tendo tido contribuições extremamente relevantes para o conhecimento da evolução humana, notadamente no campo das origens do homem no continente americano”, reconhece o chefe do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva, professor Luis Eduardo Soares Netto, ao comentar, a pedido da *Revista Adusp*, o manifesto do professor Walter Neves.

“Apesar das inegáveis qualidades do Dr. Neves, e do grupo de pesquisa por ele criado, existem regras institucionais que restringem ações por parte da chefia do departamento”, argumenta o chefe do departamento. Confira a seguir, na íntegra, a manifestação.

“Esta chefia tomou conhecimento, apenas recentemente, da intenção do Dr. Neves em se aposentar. Este fato é, realmente, bastante preocupante, tendo em vista a possibilidade de uma eventual descontinuidade dos trabalhos de investigação desenvolvidos pelo Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos (e das valiosas coleções que ele abriga). O Departamento está ciente deste risco e da grande importância deste laboratório no cenário nacional e internacional. O Dr. Neves é um docente e pesquisador de enorme inserção acadêmica na Universida-

de, tendo tido contribuições extremamente relevantes para o conhecimento da evolução humana, notadamente no campo das origens do homem no continente americano. Suas descobertas em relação à “Luzia”, com ampla repercussão no meio científico e na mídia, bem atestam suas qualidades como cientista.

Apesar das inegáveis qualidades do Dr. Neves, e do grupo de pesquisa por ele criado, existem regras institucionais que restringem ações por parte da chefia do departamento. Entre elas:

(1) o Chefe de Departamento executa políticas que são definidas pelos membros Conselho do Departamento. Em alguns momentos, as áreas nas quais os concursos são abertos são determinadas em fóruns mais amplos, que contam com a participação de vários, se não de todos os docentes do Departamento, sempre com o aval final do Conselho. Em discussões acadêmicas recentemente realizadas em reuniões do conselho, a importância da área de Antropologia Biológica foi reconhecida por seus membros, tanto que, ficou decidido que, em vagas futuras para docente, esta seria uma área prioritária, juntamente com a de Licenciatura, também detectada como importante para o departamento, e que, atualmente, também carece de docentes;

(2) por normas regimentais, o ingresso de docentes nas universidades públicas estaduais se dá através de concurso público. Assim sendo,

a chefia do departamento não pode interferir no processo, mesmo que tal concurso seja aberto na área de Antropologia Biológica. Ou seja, não há garantias de que seja contratado um docente com perfil ideal para dar continuidade aos trabalhos do Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos;

(3) é importante salientar que além do Dr. Neves, o Departamento conta, no momento, com dois outros docentes que atuam na área de Antropologia Biológica, sendo que uma docente recentemente contratada também trabalha num campo de pesquisa com interface com evolução humana. No entanto, não há, de fato, garantias de que estes docentes deem continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo Dr. Neves; e

(4) como é de conhecimento de todos, tem havido restrições a novas contratações na USP, o que faz com que a abertura de novas vagas para a contratação de docentes seja bastante difícil na atual conjuntura. Mais uma vez, existe pouco espaço de ação para a chefia do departamento nessa direção.

De qualquer modo, apesar das limitações e dificuldades que se apresentam o Departamento de Genética e Biologia Evolutiva do IB-USP continuará envidando esforços no sentido de preservar suas linhas de investigação, particularmente da Antropologia Biológica, que tantas contribuições importantes têm dado para o conhecimento da evolução de nossa espécie.”

CRISE DO JORNALISMO LEVA ECA A ADAPTAR O CURRÍCULO DO CURSO

Luciano Victor Barros Maluly
Professor da ECA-USP

Daniel Garcia



Debates como o realizado pela Adusp no Auditório Lupe Cotrim (ECA, 2012) indicam vitalidade do jornalismo alternativo e independente representado por profissionais como Alberto Dines e Lúcio Flávio Pinto, frente ao jornalismo mainstream praticado sob o comando das famílias Marinho, Civita e outras



Daniel Garcia

Memória Globo



Fábio Rossi/Agência Globo

O professor Dennis de Oliveira, chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da USP, aborda as mudanças que desafiam os jornalistas e assinala o caráter singular do jornalismo, que possui estética, ética e metodologia próprias, as quais lhe conferem caráter transversal frente às diferentes plataformas de mídia. Estudioso do jornalismo alternativo e da cultura popular, Dennis critica a cômoda superficialidade do jornalismo mainstream praticado pelas empresas monopolistas

O professor Dennis de Oliveira é considerado um dos principais estudiosos em comunicação, cultura popular e jornalismo alternativo do Brasil. Como pesquisador e docente, defende o diálogo como arma contra o autoritarismo e o preconceito, tanto que, na sua tese de livre-docência, discute o jornalismo por meio do pensamento do educador Paulo Freire. Recentemente, assumiu a chefia do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), onde leciona desde 2003 e estudou na graduação e na pós-graduação. A nova função propõe desafios e discussões em torno do jornalismo, como a defesa dos direitos humanos, as contestadas experiências pedagógicas, a convergência digital, a carreira docente, a reforma curricular e a crise na Grande Imprensa.

Na conversa a seguir, Dennis explica que o jornalismo, “como atividade intimamente ligada aos valores democráticos”, deve ter como “eixo central nos seus procedimentos” o combate tenaz a formas

de discriminação como o racismo, o machismo e a homofobia, bem como a outros comportamentos que desrespeitem os direitos humanos. Também rejeita o emprego de estereótipos no tratamento dos grupos subalternizados, como mulheres, negros e homossexuais.

O Curso de Comunicação Social da ECA, com habilitação em jornalismo, vive uma reforma curricular, com a finalidade de adaptação “à situação da profissão de jornalista, que passa por uma crise”, segundo Dennis. A seu ver, o jornalismo transcende as linguagens e as mídias e sobreviverá à crise, por ser “uma modalidade singular de comunicação”. Além disso, é preciso superar a mediocrização e buscar alternativas: “O coração do jornalismo é a reportagem e o lugar do jornalista é na rua e não no gabinete”.

Seus estudos (bem como sua atividade política) tocam na questão dos direitos humanos. Dessa forma, como você aborda temas como a igualdade e a diversidade em suas aulas de jornalismo?

DENNIS. Como princípios éticos necessários na abordagem das pautas, das fontes e da linguagem jornalística. Racismo, machismo e homofobia, para citar os principais procedimentos de desrespeito a diversidade e aos direitos humanos se expressam em todas as relações cotidianas e o maior problema de tudo isto é quando tais práticas são “naturalizadas” ou ainda são vistas em uma dimensão menor que elas realmente têm. Por isto, o jornalismo, como atividade intimamente ligada aos valores democráticos, deve ter como eixo central nos seus procedimentos o combate tenaz a estas formas de discriminação bem como a outros comportamentos de desrespeito aos direitos humanos. Quanto a isto, o jornalismo deve ter nitidamente um lado e não só como posição, mas como prática. Por exemplo, quando falamos na linguagem, é puro machismo a recusa dos jornalistas em chamar a atual mandatária do país de “presidenta” como o movimento feminista reivindica para marcar a condição de mulher. Como é racismo tratar



Professor Dennis de Oliveira

estes grupos subalternizados — mulheres, negros, homossexuais — a partir de estereótipos.

O curso de jornalismo da Universidade de São Paulo possui uma disciplina em que os alunos elaboraram um jornal destinado à Comunidade São Remo, em São Paulo. Como surgiu essa ideia e por que essa experiência ainda é contestada por muito estudiosos da área?

DENNIS. A disciplina surgiu há 21 anos, mais especificamente em setembro de 1994 por iniciativa do professor Manuel Carlos Chaparro. Na ocasião, esse professor ministrava uma disciplina chamada “Laboratório de Texto”. A iniciativa de criar um jornal comunitário, inicialmente um mural, deveu-se à constatação do professor de que o texto jornalístico depende do seu público. Daí então que o desafio de escrever para um público com perfil radicalmente distinto do aluno da USP seria um aprendizado interessante. Com o tempo, a experiência do *Notícias do*

Jardim São Remo foi agregando outros valores importantes para o fazer jornalístico, como a questão ética, o compromisso político com as classes subalternizadas, a necessidade de se ampliar o escopo da cobertura jornalística para além dos cinturões de ferro das esferas do poder político e econômico, e de um fazer jornalístico fora dos gabinetes das redações.

O aluno de jornalismo da ECA inicia o seu aprendizado em jornalismo com esta rica experiência, que demonstra que as ações extensionistas da universidade são uma dimensão especial de construção do conhecimento e de aprendizado.

O Departamento de Jornalismo e Editoração possui publicações tradicionais, como o Jornal do Campus, o Notícias do Jardim São Remo, o Suplemento Claro! e a Revista Babel, esta agora apenas on-line. É possível dizer que o Departamento segue o atual quadro de migração dos periódicos impressos (jornais e revistas) para a versão digital?

DENNIS. Aos poucos isto está acontecendo, ainda há uma certa prevalência dos meios impressos, porém existem projetos interessantes como a Agência Universitária de Notícias (AUN), que nasceu como veículo impresso e hoje é digital, e vem incorporando a linguagem multimidiática. Entretanto, acredito que ainda é preciso implantar uma reflexão mais aprofundada sobre essa linguagem na produção da informação, que implica estudar as possibilidades várias que as plataformas digitais geram para a produção e apropriação da informação. Entretanto, sou da opinião que jornalismo transcende as linguagens e os suportes, ele tem particularidades que transversalizam todas estas possibilidades, que são a sua ética, a sua metódica e a sua estética comunicativa.

Como motivar os colegas a enfrentarem novos desafios na graduação e na pós-graduação?

DENNIS. Há uma dissociação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Isto tem criado professores que consideram mais importante o ensino, outros que acham que é a pesquisa e outros, a extensão. A USP é uma universidade que se notabiliza pela pesquisa, pela produção do conhecimento. Há vários docentes envolvidos nisto. Porém, o que falta é estabelecer pontes entre esta produção de conhecimento, que é notável, e as atividades de ensino e mesmo de extensão.

A extensão não pode ser vista apenas como eventos, uma visão pobre e superficial. É uma dimensão de produção de conhe-

cimentos, difere da pesquisa por ter metodologias singulares. O que se necessita é uma discussão mais aprofundada do projeto político-pedagógico da universidade e dos seus cursos, e como isto se reverbera nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Com isto, os professores ficariam menos desorientados quanto a estas exigências e compreenderiam melhor os seus papéis dentro dos departamentos, núcleos de pesquisa, unidades etc.

O Curso de Comunicação Social, com habilitação em jornalismo, passa por uma reforma curricular. A nova proposta trará benefícios à formação profissional ou será apenas uma mudança nos horários e nos nomes de disciplinas?

DENNIS. A nova proposta adapta o curso à situação da profissão de jornalista, que passa por uma crise. Esta crise do jornalismo decorre do fato de que o jornalista perdeu o monopólio da novidade e da produção da informação. A informação circula em grande quantidade independentemente da mediação jornalística. O que fazer diante disto? Definir as fronteiras do que é e não é informação jornalística. E tal modalidade de informação pode circular em vários suportes, desde as mídias tradicionais até as novas plataformas.

O curso de jornalismo tem que deixar de ser um curso para ensinar a fazer jornal impresso, *on line*, de rádio e de TV para ensinar jornalismo — isto é, quais são as características centrais desta atividade? Nem tudo que temos nas mídias é jornalismo; e jornalismo, como uma

modalidade singular de comunicação, transcende as mídias. Foi com esta preocupação que foi elaborada a nova proposta de grade curricular, que inclui determinadas práticas jornalísticas ausentes no atual currículo, como o jornalismo organizacional; ampliando o prazo para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso, que passa a ser de um ano, sendo seis meses para elaboração do projeto e seis para execução; regulamentando os estágios que passam a ser permitidos somente após o quinto semestre; instituindo as atividades complementares para incentivar os alunos a participarem de atividades de pesquisa e extensão na universidade; e fomentando um campo de reflexão crítica sobre o jornalismo e não apenas (embora isto continue) das mídias e da sociedade em geral.

Existe uma crise nas grandes empresas de jornalismo, com o retorno da demissão em massa de profissionais da área. Como um dos poucos professores que trabalham com o jornalismo popular e/ou alternativo, é possível dizer que existe uma relação deste momento com o monopólio dos meios de comunicação de massa no Brasil, em especial do Grupo Globo?

DENNIS. O que existe é uma crise de credibilidade das mídias hegemônicas. A sociedade hoje desconfia do jornalismo praticado por estes grupos, que se refugiaram no comodismo dos seus monopólios, acreditam que fazer jornalismo é simplesmente seguir determinados procedimentos técnicos e não acompanharam as mu-

danças que a sociedade, em especial a brasileira, vem passando. Por isto, esta crise. Nos meus tempos de estudante de jornalismo, nos anos 1980, todos nós chegávamos na aula com um jornal ou revista debaixo do braço. Hoje, raramente isto acontece. Determinados temas, como a homossexualidade, o racismo, a violência contra a mulher, a vida nas favelas, são muito mais retratados nas telenovelas do que no jornalismo e isto é muito complicado, porque telenovela é ficção e não tem compromisso com o interesse público e muito menos com a veracidade das informações.

Vejo uma mediocritização geral nas redações, comentários e análises superficiais e movidos muito mais por dogmas do que por argumentações lógicas, reportagens padrão “Boletim de Ocorrência” que se satisfazem apenas com declarações de fontes dos “dois lados”, tudo isto como produto de uma rotineirização dos procedimentos de produção jornalística. O que é mais grave é a arrogância de vários colegas, em especial os que comandam as redações, que se recusam a ver criticamente esta situação.

Por outro lado, esta crise tem motivado vários profissionais a buscarem alternativas, seja em termos de plataformas e linguagens, seja em projetos midiáticos, o que é muito positivo. Gosto muito de uma frase do Gay Talese que diz que prefere entrevistar os perdedores ou anônimos, pois os famosos e vencedores tem um discurso pronto e previsível. O coração do jornalismo é a reportagem e o lugar do jornalista é na rua e não no gabinete.

VIOLÊNCIA DO REGIME INTIMIDAVA DOCENTES, LEMBRA EMÍLIA VIOTTI

Pedro Estevam da Rocha Pomar
Editor da Revista Adusp

Daniel Garcia



“Afora os atos de solidariedade individual, como a dos professores Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido de Mello e Souza, que compareceram às sessões da Auditoria Militar, e as manifestações de solidariedade de parte dos alunos e de alguns colegas, não houve reação”, lembra a historiadora Emília Viotti, professora da FFLCH-USP, a propósito do Inquérito Policial Militar que investigou suas atividades e de sua aposentadoria pelo Ato Institucional número 5 em 1969. Emília lecionou na Universidade de Yale de 1973 a 1999, quando voltou ao Brasil

A jovem professora Emília Viotti mal iniciara sua carreira no curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP — hoje Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) — quando foi compulsoriamente aposentada por obra do Ato Institucional número 5, o AI-5. Assim, foi no exterior, mais precisamente na Universidade de Yale, ao longo de vinte e cinco anos, que Emília tornou-se uma das mais importantes historiadoras brasileiras.

Quando ainda lecionava na FFLCH, publicou *Da Senzala à Colônia* (1966). Depois viriam *Da Monarquia à República* (Grijalbo, 1977), *A Abolição* (Global, 1992) e por fim *Crowns of glory, tears of blood: the Demerara slave rebellion of 1823* (New York Oxford University Press, 1997), publicado um ano depois no Brasil pela Companhia das Letras. Além dessas obras, que se tornaram referenciais, publicou diversos capítulos de livros e artigos.

A convite da *Revista Adusp*, a professora respondeu a algumas perguntas referentes ao período ditatorial, à sua trajetória acadêmica nos Estados Unidos e a questões da historiografia. Suas respostas, redigidas em estilo leve, conciso e cristalino, dão uma boa ideia do que se passou na USP e no Brasil naquele momento.

“A violência dos governantes intimidava a maioria”, lembra a historiadora e professora emérita da FFLCH e de Yale. “A USP não foi responsável pela violência que sofremos eu e minha família. Algumas pessoas da USP aproveitaram-se da situação política para eliminar concorrentes e desafetos. Regimes ditatoriais propiciam esses atos”.

Adusp. Em 1969, depois de proferir aula inaugural na USP, intitulada *A crise da Universidade*, e debater o assunto com o ministro Tarso Dutra, da Educação, em um programa de TV, a senhora foi presa, segundo os Inventários da UFS-Car. A senhora pode lembrar esse episódio e seus desdobramentos?

EMÍLIA VIOTTI. Lembro-me perfeitamente. Essas coisas nunca se esquecem. A sequência dos fatos é o único detalhe sobre o qual não tenho certeza. De fato em 1969 fui convidada pelo professor Eurípedes Simões de Paula para proferir a aula inaugural dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (tal como se intitulava então), na qualidade de mais jovem livre docente. Pouco tempo depois fui aposentada pelo governo militar. Meu nome foi incluído numa lista que continha vários outros professores da Universidade que também foram afastados. Nessa época o professor Michael Hall, que estava no Brasil fazendo pesquisas para sua tese, ofereceu-me a oportunidade de assumir temporariamente o seu lugar na Universidade de Tulane em New Orleans. Meu advogado, preocupado, aconselhou-me a sair do Brasil por uns tempos, tendo em vista que o clima político repressivo tendia a se agravar. Caio Prado Junior fora preso, condenado a dois anos de prisão, e eu estava respondendo a um processo na Auditoria Militar. As arbitrariedades e a violência aumentavam dia a dia. Era impossível prever o que poderia acontecer. Apesar das dificuldades que essa decisão de sair do país acarretava



para minha família, pois eu tinha na ocasião três filhos, sendo dois com menos de onze anos, resolvi seguir o conselho de meu advogado e fui dar um curso nos Estados Unidos..

Revista Adusp. Em abril de 1969 a senhora e outros professores de renome foram aposentados compulsoriamente pelo general Costa e Silva com base no AI-5. Qual foi a reação do corpo docente frente a esse gesto brutal do regime?

EMÍLIA. Hoje é difícil para os jovens que não viveram aquela experiência compreender o comportamento das pessoas que viveram



naquele período. A violência dos governantes intimidava a maioria. Afora os atos de solidariedade individual, como a dos professores Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido de Mello e Souza, que compareceram às sessões da Auditoria Militar que investigavam o meu caso, e as manifestações de solidariedade de parte dos alunos e de alguns colegas, não houve reação.

Revista Adusp. Antes da cassação a senhora já havia sido objeto de um Inquérito Policial Militar, por denúncia de um colega. Quem era esse docente e em que contexto

isso ocorreu?

EMÍLIA. De fato houve um IPM. Eu fui chamada a depor e vários colegas também foram chamados. Nunca soube quem depusera contra mim. Nem procurei saber. O mal já estava feito. De que valeria buscar o responsável, se é que houve um? Nunca procurei saber quem estava envolvido nessa trama, ou qual o procedimento seguido. Na verdade o processo instaurado contra mim continuou depois da minha aposentadoria. Fui absolvida na primeira instância, mas o processo continuou até a segunda instância. Em 1971 fui ao Rio de Janeiro as-

sistir à sessão que tratava do meu e outros casos. Novamente fui absolvida. Assim terminou o caso. Ou melhor, deveria ter terminado. A aposentadoria no entanto foi mantida e só anos mais tarde fui chamada a voltar ao meu cargo na Universidade. Nessa altura já estava ocupando a posição que ocupei até 1999 na Universidade de Yale e a situação no Brasil me parecia incerta. Resolvi permanecer em Yale. Em 1993 tive um pequeno acidente vascular e passei a trabalhar meio período até 1999, quando me aposentei.

Revista Adusp. Uma vez aposentada, o que a senhora decidiu fazer da vida? Que rumos tomou a sua carreira profissional? Yale foi a primeira opção?

EMÍLIA. Naquela época (refiro-me a 1969), recebi um convite do professor Joseh Love, da Universidade de Urban-Champaign, para dar cursos de História da América Latina por um semestre naquela Universidade. Desta vez resolvi levar meus filhos comigo. Separei-me do meu marido e aceitei o convite e fui novamente para os Estados Unidos. Ao final do semestre me candidatei a um cargo no Smith College e fui aceita para dar cursos sobre a América Latina. No ano seguinte Yale estava contratando um professor para dar cursos sobre a América Latina, O professor Richard Morse, que já me conhecia do Brasil, era o responsável pelo setor e amigo do professor Sérgio Buarque de Holanda e de Antonio Candido. Eu me candidatei e fui contratada.

Desde 1973 até 1999 lecionei na Universidade de Yale. Resumido

em poucas palavras esse percurso parece fácil. O que fica oculto são as inúmeras dificuldades de aprender uma nova língua com todas as nuances necessárias para dar uma boa aula, as dificuldades que meus filhos encontraram em se acostumar com a língua e as escolas, a falta dos amigos e amigas que ficaram no Brasil, a sensação de viver num exílio forçado longe de nossas tradições e de nossa cultura.

Revista Adusp. Em 1999 a senhora se tornou professora emérita da FFLCH. Ouve alguma outra iniciativa da USP para reparar os danos causados pela aposentadoria compulsória em 1969?

EMÍLIA. A USP não foi responsável pela violência que sofremos eu e minha família. Algumas pessoas da USP aproveitaram-se da situação política para eliminar concorrentes e desafetos. Não se pode esperar desses que reconheçam o mal que fizeram. Regimes ditatoriais precipiam esses atos.

Revista Adusp. O então reitor Jacques Marcovitch a nomeou, em 2000, para o Conselho Consultivo da USP. Hoje não se fala mais desse Conselho, é como se nunca tivesse existido. O que a senhora pode nos dizer dessa experiência?

EMÍLIA. Foi uma experiência muito fecunda; o convívio com colegas interessados no aperfeiçoamento do ensino e da convivência universitária. Lamento que não tenham dado continuidade a esse empreendimento.

Revista Adusp. Voltando à Ditadura Militar: hoje há uma “onda

revisionista”, que envolve ^{Daniel Garcia}historiadores como Daniel Aarão Reis Filho (UFF) e Marco Antonio Villa (UFSCar). No texto “O Sol na Penneira”, publicado na *Revista Histórica* da Biblioteca Nacional (edição 83, 2012), embora reconheça que o país “conheceu cinco generais-presidentes”, Aarão Reis insiste em que a ditadura foi “civil-militar” e chega a afirmar: “É inútil esconder a participação de amplos segmentos da população no movimento que levou à instauração da ditadura em 1964. É como tapar o sol com a penneira. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade mobilizaram dezenas de milhões [*sic*] de pessoas, de todas as classes sociais, contra o governo João Goulart”.

Como a senhora enxerga essas visões revisionistas, que surgem coincidentemente num momento histórico em que os familiares de mortos e desaparecidos políticos (e a maioria dos ex-presos políticos, e dos exilados e perseguidos) tentam repor a verdade e a memória, e procuram fazer justiça, ao passo que os generais e o governo insistem em proteger a impunidade dos agentes da Ditadura Militar?

EMÍLIA. Acho lamentável, mas compreensível, que os setores responsáveis pela repressão tentem ocultar a realidade. O mais difícil é entender que liberais façam o mesmo. Quem como eu participou diretamente do sucedido e foi vítima das arbitrariedades cometidas terá inevitavelmente uma visão contrária. A discussão desse assunto precisa não de um depoimento pessoal, mas de uma análise ampla que só um simpósio poderia examinar de

forma adequada. Isso torna-se tanto mais urgente quanto a herança da Ditadura se faz sentir de forma evidente no Brasil de hoje.

Revista Adusp. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue* trata da escravidão na Guiana Inglesa, um pequeno país que os brasileiros costumam ignorar apesar da proximidade. O que levou a senhora a pesquisar um objeto tão original e ao mesmo tempo tão distante de uma certa historiografia que ignora nossos vizinhos?

EMÍLIA. Uma parte significativa do meu trabalho como historiadora tratou de múltiplos aspectos da escravidão e da Abolição no Brasil. No início o meu interesse era estudar como fora possível fazer, sem provocar uma convulsão social, uma reforma tão importante como a Abolição. Nada mais natural do que analisar esse processo no Brasil e compará-lo com outras partes do mundo onde a escravidão tivera um papel semelhante. Quando passei a lecionar em Yale entrei em contato com a documentação referente à revolta de escravos em Demerara. A riqueza de informações me atraiu. Desde logo reconheci que esta me permitiria escrever a história a partir de múltiplos pontos de vista: um tipo de abordagem que sempre me atraía desde meus primeiros anos como aluna do curso de história, quando eu me perguntava por que os romances frequentemente davam uma visão mais concreta do passado do que os próprios livros de história. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue* resultou dessas reflexões.

REVISITANDO AS ALTERNATIVAS DE RENDA BÁSICA

Francisco Nóbrega

Professor titular aposentado do ICB-USP e presidente do Conselho Municipal da Renda Básica de Cidadania de Santo Antonio do Pinhal (SP)



A renda básica é um direito de qualquer pessoa que não tenha renda suficiente, qualquer que seja a razão. A crescente eficiência em produção e os grandes avanços na microeletrônica, inteligência artificial e robótica estão causando uma eliminação maciça de postos de trabalho. Pesquisas revelam que o avanço contínuo em produtividade foi acompanhado, nas duas últimas décadas, por uma redução substancial nas oportunidades de trabalho e pela extinção de ocupações

O debate e as manifestações em favor da idéia da renda básica têm ganhado importância e alcance global. No Brasil nos mantemos em alerta devido ao sucesso de políticas de transferência de renda (o Programa Bolsa Família) e também devido à Lei 10.835 de 2004, que permanece letra morta, mas indica que a renda básica incondicional e universal deve ser instaurada no Brasil, “por etapas”. Muitos veem o Bolsa Família como uma dessas etapas. Tenho acompanhado esta ideia há mais de cinco anos, juntamente com outros ativistas, com os quais tentamos criar um projeto piloto numa pequena cidade, Santo Antonio do Pinhal (São Paulo). O projeto foi concebido pelo ex-senador Eduardo Suplicy segundo o modelo do Fundo Permanente do Alasca (EUA).

Um recurso considerável precisa ser acumulado para que os rendimentos sejam suficientes para pagar aos cidadãos a renda básica. O projeto permanece na estaca zero, pois os doadores imaginados entre indivíduos, empresas e governos não apareceram. Ademais, entre os defensores da idéia, muitos não

aceitam o experimento do Alasca como exemplo de renda básica, pois paga um dividendo anual e variável, algo incompatível com um atendimento efetivo daqueles em precariedade econômica.

Este texto é um resumo de minha visão atual sobre como fazer com que essa utopia se transforme numa “protopia”, termo inventado por Kevin Kelly e que designa um “avanço humanitário gradual”, ou seja: uma utopia viável.

O campo da renda básica é diverso e podemos distinguir duas correntes distintas e extremas.

Um grupo vê a renda básica como maneira de aumentar a influência do governo e “eliminar” o trabalho, que enxergam como uma forma de escravidão e imaginam manutenção integral dos serviços sociais e de decisões centralizadas, além do pagamento mensal incondicional e independente de trabalho.

Outro considera a renda básica uma ferramenta para reduzir fortemente a atuação do governo, substituindo vários programas sociais pelo pagamento mensal independente de trabalho.

É dever civilizado prover uma renda mensal a quem não disponha de recursos para atender às suas necessidades básicas. O modelo clássico de renda básica é injusto, porém, ao dar dinheiro também aos que estão bem economicamente

Essas visões extremas revelam uma característica importante da proposta: ela atrai pessoas ao longo de todo o espectro político, algo que certamente deve ajudar sua implementação futura. No Brasil, diria que o grande divulgador da proposta, o ex-senador Eduardo Suplicy, se inclinaria mais para a primeira visão¹, mas não tanto quanto Josué Pereira da Silva, autor de *Por que Renda Básica?*². A visão mais chegada ao neoliberalismo encontra defensores impor-

tantes como Charles Murray³, um libertário americano.

Existe outra coincidência surpreendente em todas as modalidades de renda básica divulgadas por escrito ou em vídeo: a apresentação unânime do que vou denominar “modelo clássico” — a transferência mensal feita para todos: ricos, classe média, pobres e desempregados. Raramente encontro pessoas, entre os defensores da renda básica, que contestem a justiça de beneficiar aqueles que têm recursos e estão empregados. Essa visão, a meu ver, contrasta com o núcleo da proposta que é eliminar a pobreza assim como o resultado mais maligno dos programas de ajuda social: a “armadilha da pobreza” ou armadilha da dependência. Esta reside no fato de punirmos o sucesso econômico, removendo os benefícios, assim que o indivíduo consegue um emprego ou se torna um empreendedor. A armadilha da dependência faz com que o beneficiário tema a perda do benefício e o consequente enfrentamento da competição externa, não se empregando nem empreendendo.

A renda básica é um direito de qualquer pessoa que não tenha renda suficiente, qualquer que seja a razão. A justificativa lógica repousa no fato de a sociedade ter sido incapaz de oferecer a todos oportunidades de emprego no setor público ou privado assim como possibilidades para empreender. A crescente eficiência em produção e os grandes avanços na microeletrônica, inteligência artificial e robótica estão causando uma eliminação maciça de postos de trabalho.

Brynjolfsson e McFee⁴ demonstraram que o avanço contínuo em produtividade foi acompanhado, nas duas últimas décadas, por uma redução substancial nas oportunidades de trabalho. Frey e Osborne⁵ publicaram estudo muito interessante, envolvendo 702 ocupações, calculando aquelas que estão mais ameaçadas de extinção em função das tendências mencionadas. Os autores estimam que os EUA tem cerca de 47% das ocupações estudadas em risco de extinção dentro de uma a duas décadas.

Também devemos considerar que existe uma barreira psicológica importante derivada da noção enraizada que vincula renda ao trabalho. As pessoas terão que superar essa percepção como fizemos no passado recente com a escravidão, a tortura e os direitos de mulheres e minorias, finalmente aceitando a solidariedade no campo econômico. É dever civilizado prover uma renda mensal a todos sem recursos para atender às necessidades básicas. No entanto considero o modelo clássico de renda básica injusto ao distribuir dinheiro também aos que estão bem economicamente. Essa idéia seria aceitável se imaginarmos uma população que esteja iniciando sua vida com o mesmo nível de renda. Neste caso o benefício seria igual para todos. Mas todos os países registram séculos de desigualdade econômica. Na Suíça um de cada treze cidadãos precisa de ajuda do Estado. No Brasil cerca de um quarto da população é pobre e se encontra amparado pelo Bolsa Família. O custo de beneficiar a todos vai representar uma barreira formidável para a aprovação dessa política.

Vale notar o sucesso da experiência feita em Londres, quando foi dada quantia substancial a cada um de 13 moradores de rua crônicos; ou do experimento recente em Utah providenciando casas para indivíduos sem habitação; ou no Quênia e Uganda (GiveDirectly)

O modelo clássico possivelmente nasceu de nosso preconceito relativo à renda sem trabalho. Podemos imaginar que ele veio apaziguar os bem sucedidos, aqueles mais indignados com a idéia de dar dinheiro “à custa de nada”. O modelo clássico talvez pretenda “comprar” a adesão dessa classe fazendo-os também beneficiários. No entanto devemos dar sim “dinheiro por nada”, porque as ricas sociedades de hoje devem assumir a responsabilidade pela deficiência de oportunidades de emprego. Dando dinheiro aos necessitados e deixando-os escolher o que fazer com ele foi demonstrado ser não apenas justo, mas também economicamente eficiente.

Além de experimentos como aquele da Índia⁶, vale notar o sucesso da experiência feita em Londres⁷ quando foi dada uma quantia substancial a cada um de treze moradores de rua crônicos; ou do

experimento recente em Utah⁸ providenciando casas para indivíduos sem habitação. Os resultados excelentes custaram menos do que a cidade gastava para cuidar do problema em ambos casos. Também o sucesso da atuação da GiveDirectly no Quênia e Uganda ressaltam o acerto de focar nos pobres incondicionalmente. Muitos outros são conhecidos, todos demolindo receios.

A rede de proteção social existente em todos os países deve ser usada. A primeira medida entre nós seria remover as condicionalidades ligadas à Bolsa Família e auxílio-desemprego. A burocracia deve analisar as solicitações dos necessitados, famílias e indivíduos sem renda. Após ingressarem no programa, os beneficiários terão bastante tempo (alguns anos) até que a ajuda incondicional seja encerrada. Este longo intervalo vai anular a “armadilha da dependência” ao aumentar significativamente o tempo para que

o beneficiário progrida economicamente. Caso ainda não tenha renda a pessoa ou família poderá solicitar a permanência no programa por mais um período. Portanto quem estiver necessitado ou cair em necessidade econômica será ajudado.

A quantia paga deve ser suficiente para as necessidades básicas da família ou indivíduo. Aqueles que desejarem melhorar de vida irão buscar emprego em tempo parcial ou integral, ou iniciar negócio próprio. A renda básica ou mínima deve ser acompanhada, idealmente, de instalações comunitárias de suporte e educação onde for necessário. Paralelamente, algumas sugestões apresentadas no estudo “Get America Working!”⁹ poderiam ser implementadas no sentido de fazer alterações na estrutura de impostos para reduzir a despesa das empresas com os empregados, o que aumentaria a oferta de postos de trabalho. Ampliação e manutenção de infraestrut

tura também permitem a criação de muitos postos de trabalho. Em termos de viabilidade econômica, esta proposta busca a eliminação da armadilha da dependência ao cortar as condicionalidades oficialmente por alguns anos. O gasto será algo superior ao atual com o programa Bolsa Família pois indivíduos também poderiam se inscrever no programa. A despesa será muito inferior àquela exigida pelo “modelo clássico”, que seria universal. Os valores bastante modestos do Bolsa Família atual devem ser reajustados paulatinamente.

Reduzir a incerteza econômica resultará em muitos benefícios para a sociedade: haverá significativo impacto positivo na saúde mental dos beneficiários ao abater a ansiedade causada pela incerteza; a sociedade estará mais segura; e, mais importante, a armadilha da pobreza seria desativada, liberando a energia criativa de homens e mulheres.

francisco.nobrega@gmail.com

Nota do Autor.

As opiniões aqui exaradas são responsabilidade exclusiva do Autor, não sendo posição oficial do Conselho acima mencionado. Um texto semelhante, em inglês, está sendo submetido à sessão de opiniões do Basic Income Earth Network (BIEN). Agradeço a Marina P. Nóbrega por suas sugestões.

Nota de rodapé

- 1- *Renda de Cidadania*, Eduardo M. Suplicy. Cortez Editora, 2013.
- 2- *Por que Renda Básica?*, Josué Pereira da Silva. Annablume, 2014.
- 3- *In Our Hands - a plan to replace the welfare state*, Charles Murray, The AEI Press, 2006.
- 4- *Race Against the Machine - how the digital revolution is accelerating innovation, driving productivity, and irreversibly transforming employment and the economy*. Erik Brynjolfsson and Andrew McFee, 2011, Digital Frontier Press, Mass, USA.
- 5- *The future of employment: how susceptible are jobs to computerization?*, Carl Benedikt Frey and Michael A. Osborne, 2013, http://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/academic/The_Future_of_Employment.pdf
- 6- *Basic Income: a Transformative Policy for India*. Sarath Davala, Renana Jhabvala, Soumya Kapoor Mehta, and Guy Standing. New Delhi: Bloomsbury Publishing India, December 2014.
- 7- Sem-teto de Londres: http://www.washingtonpost.com/opinions/free-money-might-be-the-best-way-to-end-poverty/2013/12/29/679c8344-5ec8-11e3-95c2-13623eb2b0e1_story.html
- 8- O experimento de Utah: <http://www.newyorker.com/magazine/2014/09/22/home-free>
- 9- Get America Working!: <http://www.getamericaworking.org>